



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DO ROSARIO ALVES LEITE

**REDAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE  
ESTUDANTES VENCEDORES DO PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO**

Recife  
2020

MARIA DO ROSARIO ALVES LEITE

**REDAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE  
ESTUDANTES VENCEDORES DO PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Área de concentração:** Teoria e História da Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aurenéia Maria de Oliveira.

Recife

2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Natália Nascimento, CRB-4/1743

L533r                    Leite, Maria do Rosario Alves.  
Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher:  
uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naíde  
Teodósio. / Maria do Rosario Alves Leite. – Recife, 2020.  
184 f.

Orientadora: Aurenéa Maria de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE.  
Programa de Pós-graduação em Educação, 2020.        Inclui Referências e  
Apêndices.

1. Educação. 2. Violência contra as mulheres. 3. Gênero e  
Violência. 4. Discurso - Análise. 5. UFPE – Pós-graduação. I. Oliveira,  
Aurenéa Maria de. (Orientadora). II. Título.

MARIA DO ROSARIO ALVES LEITE

**REDAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE  
ESTUDANTES VENCEDORES DO PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: 30/ 06/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Aurenéa Maria de Oliveira (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

A Deus pela inspiração,  
pela companhia,  
pelo amor,  
pela graça  
e pela misericórdia.

## AGRADECIMENTOS

Ser grata é um convite diário e registrar todos os motivos e todos os nomes por que sou agradecida é desafiante, afinal além das pessoas que me acompanharam nesta jornada, como minha orientadora a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aurenéa Maria de Oliveira que com indescritível paciência e gentileza me acolheu, aconselhou, ensinou e transbordou em compreensão e profissionalismo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e aos educadores do Núcleo de Teoria e História, pela acolhida calorosa.

Ao Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza e ao Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes pesquisadores admiráveis e particularmente gentis por participarem da banca, sinto-me profundamente honrada com suas contribuições.

Aos colegas da Turma 36 do Mestrado em Educação, bem como aos demais orientados da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aurenéa, mestrando e doutorandos (2018-2020): Jevison, Karla, Marcela e Patrícia, pela troca de experiências, pela partilha de materiais de estudos e pelos profícuos debates que vivenciamos.

Aos amigos e amigas que contribuíram com suas orações, palavras de incentivo e de zelo, colaboração na sugestão ou na aquisição de livros: Regina Célia, Taciana, Wilckson e o pequeno Arthur.

Aos amigos de profissão que me estimularam a pesquisar em educação: Pietro Manoel, Hatiene, Conceição Cunha, Paulo Alexandre.

Às estudantes e aos docentes envolvidos com as premiações nas edições de 2008 e 2011 do Prêmio Naíde Teodósio de estudos de gênero pela partilha das memórias: Carla Karine, Caroline Gleyce, Múcio Sévulo e Sandra Cavalcante respectivamente.

Aos estudantes da EREM Professor Trajano de Mendonça entre 2010 e 2015 que coloriram meus dias em Rosa e Lilás, abraçaram de corpo e alma o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher a partir do espaço escolar, sendo responsáveis por produções únicas; bem como aos colegas professores, aos funcionários e à equipe gestora, que vivenciaram os projetos conosco, sem dúvidas contribuíram com a minha decisão em pesquisar educação e gênero na rede pública de ensino.

À minha mãe, Maria das Graças, e minha irmã, Rosângela (Rosinha), por comporem uma torcida fiel a cada etapa vencida, assim como a meu pai, Emanuel (*in memoriam*) que sempre se orgulhou de sua filha.

Ao meu par na vida e nos sonhos, amigo, esposo, amor, Edson Alves, pela paciência, pela escuta e pelo consolo nos momentos difíceis e pelas risadas nos dias mais leves, por me animar e viajar nos meus planos, dividir as alegrias e as inseguranças do cotidiano, minha gratidão.

## RESUMO

Em uma sociedade cujas relações de poder estão concentradas nas mãos de poucos e cujas fórmulas organizacionais são bem definidas, as diferenças são determinantes para que o indivíduo se destaque e alcance o sucesso tão prometido e sonhado. Mas, isso ocorrerá em ritmos e valores bem definidos, se forem consideradas algumas categorias, em especial, a de gênero. Ser mulher em uma estrutura alicerçada a partir de valores que exaltam masculinidades e suas formas de manifestação de força e de controle, as colocou em posição de desvantagem, antes mesmo do início da hierarquização social, uma vez que o uso da força física é manifesto desde o lar, até os espaços públicos. Quando as manifestações de violência geraram vítimas fatais, nas variadas esferas sociais, em uma escala como a que se registrou no Brasil e em particular, em Pernambuco nas últimas décadas do século XX, exigindo que o estado desenvolvesse ações de enfrentamento e de abrigamento para as pernambucanas agredidas, surgiram propostas como o Prêmio Naíde Teodósio de estudos de gênero, objetivando engajar algumas secretarias de estado, numa proposta de debate e produção escrita que envolva adolescentes e jovens, tomando a educação como ponto de partida e de chegada. Na perspectiva de investigar como se desenvolveu a produção de redações de estudantes da rede estadual de ensino e sua repercussão na rotina escolar, e, por conseguinte, a eficácia dessa ação como política pública para redução do índice de violência doméstica contra a mulher em Pernambuco, esta investigação fundamentou-se na Análise de Discurso de linha francesa como metodologia e teoria, como também apoiou-se nos estudos de gênero, enquanto categoria de pesquisa. Diante disso, foram observadas as ideologias que permearam as redações das estudantes e as memórias evocadas pelos seus respectivos orientadores sobre o período da produção textual, seja por parte das autoras dos textos durante a participação naquele concurso de textos, voltado para discussão sobre as relações de gênero, seja no conjunto do corpo docente e discente de cada ambiente escolar. Como resultado tem-se que a premiação levou às escolas um sentimento de euforia, que mostrou-se pontual e singular, infelizmente não repercutindo na rotina daquelas unidades de ensino e tampouco evidenciando mudanças nas práticas dos docentes ou no engajamento dos estudantes, exceto quando tal comprometimento já existia anteriormente, como no caso das estudantes premiadas.

Palavras-chave: Educação. Violência Doméstica. Discurso. Gênero.

## ABSTRACT

In a society in which the power relations are concentrated in the hands of a few and whose organizational formulae are well set, differences are decisive for the individual to stand out and achieve the success that was promised and dreamed of. However, this will happen at a well-defined pace and values if some categories are considered, especially gender. Being a woman in a structure based on values that exalt masculinities and their forms of expression based on strength and control, puts them at a disadvantage, even before the beginning of the social hierarchy, in which the use of physical force is seen from the households to public spaces. When the manifestations of violence generate victims, in the various social spheres on a high scale as of that seen in Brazil and in particular, in the State of Pernambuco in the last decades of the 20th century, requiring the state to develop coping and shelter actions for the victimized people from Pernambuco. Some proposals such as the Naíde Teodósio Prize for Gender Studies have emerged and aim to engage some state secretariats in a proposal for debate and written production involving adolescents and youngsters, taking education as a starting and ending point. From the perspective of investigating how the production of essays by students from the state school system developed and its repercussion in the school routine, and, therefore, the effectiveness of this action as a public policy to reduce the rate of domestic violence against women in Pernambuco, this investigation was based on the French Discourse Analysis as a methodology; the theory relied on gender studies as a research category. In view of this, the ideologies that permeated the students' essays and the memories evoked by their respective advisors, which contributed to reveal whether or not there were changes in the perception of the authors of the texts about the place that women occupy in society and their challenges for equality, were observed. of rights due to participation in that text contest, aimed at discussing gender relations. As a result, the award led schools to a punctual and singular euphoria, which unfortunately did not impact the routine of those teaching units, nor did they show changes in the practices of teachers or in the engagement of students, except when such commitment already existed before, as in the case of students awarded.

**Keywords:** Education. Domestic violence. Speech. Genre.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Evolução anual dos números de vítimas em Pernambuco entre 2012-2017 .....	22
Figura 2. Casos de homicídios de mulheres por região e ano no período de 2003 a 2013. .....	41

1

**LISTA DE TABELA**

Tabela 1. Levantamento do número de inscrições, de redações analisadas e premiadas no Prêmio Naíde Teodósio entre 2008 e 2012. ....	46
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Levantamento das temáticas ofertadas no prêmio Naíde Teodósio, 2008-2012 .....	47
Quadro 2. Levantamento do material para análise.....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de participantes por edição do Prêmio Naíde Teodósio entre 2008-2012. ....	46
Gráfico 2. Linha do tempo sobre Análise do Discurso.....	56
Gráfico 3. Intradiscurso x Interdiscurso .....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise de discurso
BTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAW	Convenção sobre eliminação de toda a forma de discriminação contra a mulher
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CPMI	COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
Datasus	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil.
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNДАРPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GAB/ SDS	Gabinete Secretaria de Defesa Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
idem	Na mesma obra
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MS	Ministério da Saúde
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
ONG	Organização Não governamental
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SCIELO	Scientific Eletronic Library On Line
SDS-PE	Secretaria de Defesa Social
SEDUC	Secretaria de Educação
SEE	Secretaria de Educação
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
SIH	Sistema de Informações Hospitalares
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SINAM	Sistema Nacional de Agravos e Notificações
SINAM	Sistema Nacional de Agravos e Notificações
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Serviço de Vigilância Sanitária

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO DE ESTUDOS DE GÊNERO.....	27
1.1 Violência Doméstica contra a Mulher .....	27
1.2 A Violência Doméstica contra a Mulher em Pernambuco .....	36
1.3 O Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero .....	42
2 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	51
2.1 A Pesquisa Qualitativa .....	51
2.2 A Análise de Discurso .....	54
2.3 O Gênero enquanto Categoria Teórica .....	67
3 O PERCURSO ANALÍTICO: o <i>corpus</i> discursivo e suas sinalizações.....	79
3.1 Sentidos e Fluidez da Ideologia .....	83
3.2 As Vozes Presentes nos Editais.....	889
3.3 As Falas/Memórias dos Orientadores .....	97
3.4 As Ideologias Manifestas nas Redações das Estudantes .....	101
3.4.1 O Machismo como Herança do Patriarcalismo .....	102
3.4.2 A Violência de Gênero no Cotidiano .....	108
3.4.3 O <i>Empowerment</i> Feminino.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICES	
Apêndice A - Levantamento de teses e dissertações sobre violência doméstica contra a mulher e educação.....	133
Apêndice B - Levantamento de teses e dissertações sobre violência doméstica contra a mulher com aproximação temática no repositório da Capes. .....	136
Apêndice C - Questionário aplicado às estudantes que foram vencedoras do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero .....	138
ANEXOS	
Anexo A - Edital do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano II .....	140
Anexo B - Edital do Prêmio Naíde Teodósio- Ano IV- 2011 .....	158
Anexo C - Redação vencedora do Prêmio Naíde Teodósio – Ano II – 2008 – Carla Karine Gomes Galvão.....	174
Anexo D - Redação Vencedora do Prêmio Naíde Teodósio – Ano IV – 2011 – Caroline Gleyce do Nascimento de Oliveira .....	177
Anexo E - Autorizações Para uso das Entrevistas na Pesquisa.....	179

## INTRODUÇÃO

O silêncio e a impunidade dominavam o país no final do século XX e início do XXI, revelando um lugar sombrio para as mulheres devido ao expressivo número de registros sobre agressões de toda ordem contra elas. A resposta legal para os atos cruéis dos agressores era o cumprimento de penas restritivas de direito, que podiam ser substituídas por distribuição de cestas básicas de alimentos em instituições de caridade e prestação de serviços à comunidade. Apenas em 2017 o Judiciário no Brasil pôs termo ao assunto de forma definitiva, unificação da jurisprudência com a súmula 588 do Superior Tribunal de Justiça que trouxe:

Súmula 588 - A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (Superior Tribunal de Justiça)

O verbete acima consolidou o entendimento sobre a conversão da punição, quando o crime estiver relacionado à violência doméstica, um avanço após longo período em que a comutação da pena de privação de liberdade era comum e contava com o respaldo legal. Antes da lei 11.340/2006 ser publicada, foi necessário que o Brasil recebesse uma advertência de um organismo internacional em razão da inércia processual, por mais de dez anos, do processo de tentativa de homicídio, em que o colombiano, Marco Antônio Herredia Viveros, atirou contra a esposa, a biofarmacêutica cearense, Maria da Penha Maia Fernandes, enquanto ela dormia. O casal se conheceu enquanto ele fazia mestrado na Universidade de São Paulo; casaram-se em 1976 e se mudaram para Fortaleza, onde tiveram três filhas.

Após um período de agressões, Marco Viveros atirou em Maria da Penha em 1983 e na ocasião ele afirmou para as autoridades policiais que houve uma tentativa de assalto, em razão do ocorrido a vítima ficou paraplégica, e ao retornar para casa, a fim de se recuperar das cirurgias a que fora submetida, passou a sofrer, com cárcere privado e em seguida foi surpreendida com uma nova tentativa de homicídio; dessa vez ele tentou tirar a vida da mulher, por meio de eletrocussão enquanto ela estava no banho. Após tudo isso, familiares e amigos conseguiram judicialmente a saída dela

de sua residência, sem perda da guarda das filhas, todavia, apenas em 1996, depois de dois julgamentos, repletos de recursos por parte da defesa, o agressor foi sentenciado a pouco mais de 10 anos de prisão, saindo do Fórum em liberdade logo após o julgamento.

Em 1998, com a ajuda do Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), fez a denúncia do caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) que aceitou a primeira queixa por violência doméstica contra a mulher. Naquele momento destacou-se que, apenas no início do século XX um organismo internacional adotou medidas efetivas em direção ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, revelando quão árduo tem sido o caminhar daquelas que sofrem agressão por quem antes jurou amá-las. Condenado, o agressor de Maria da Penha cumpriu dois anos de prisão e avançou para o regime semiaberto; já o Brasil foi punido com a exigência de criar uma legislação adequada a casos como esse que se multiplicavam em todas as regiões (INSTITUTO MARIA DA PENHA – IMP, 2020).

Com a entrada em vigor, no dia 22 de setembro de 2006 da lei 11.340/06, também conhecida como lei Maria da Penha, assinada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, teve início a aplicação de novos mecanismos de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher através de dispositivos legais que passaram a punir com mais severidade os agressores. No Título III, capítulo II da referida lei, encontra-se o rol de medidas de proteção às vítimas tais como: diretrizes para desenvolver políticas de prevenção por meio da articulação da União, dos Estados e dos Municípios; oferta de atendimento diferenciado na rede pública de saúde e assistência jurídica, além da sugestão de medidas voltadas para a educação e para a difusão de informações por meio de campanhas, promoção de estudos e de pesquisas (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2006).

Ao sugerir ações para prevenir ou minimizar a violência doméstica contra a mulher, é recorrente buscar na educação o suporte técnico e humano para planejamento e execução, entretanto, o intervalo entre a publicação do instrumento legal e a efetiva aplicabilidade dos recursos propostos, em geral prejudicam o desenvolvimento daqueles, comprometendo sua eficácia no que se refere à viabilização e implementação de projetos e/ou programas propostos. Para mobilizar

os sujeitos, considerando o contexto e o capital a serem empregados, é imprescindível que haja um investimento crescente e contínuo com envolvimento da comunidade escolar, o que exige celeridade e uma boa dose de vontade política por parte dos representantes do Poder Executivo.

No que se refere especificamente aos professores, as exigências abundaram dentro e fora da sala de aula, pois novas premissas eclodiram a exemplo da necessidade de ajustes na rotina escolar, no currículo e nas concepções de ensinar e de aprender, que passaram a ser diversas e por vezes antagônicas. É bom ressaltar que em momentos assim, as mesmas vozes que clamaram por mudanças significativas, também estabeleceram limites e interferiram no desenvolvimento de projetos ou programas que pudessem contribuir para a mudança de práticas que atentavam contra os direitos da humanidade. No caso do ensino público de Pernambuco, as orientações eram padronizadas para todas as unidades de ensino e no período em análise, não houve uma diretriz, materiais didáticos ou formações pedagógicas sobre relações de gênero entre 2008 e 2011, que é o intervalo temporal analisado.

A lei 11.340/06 sofreu alterações, trazendo transformações significativas ao sistema jurídico, com destaque para as práticas violentas contra as mulheres, cujas mudanças que foram implantadas aos poucos e muito lentamente. Dali em diante ocorreram desdobramentos para a justiça, a saúde e a educação, com propostas de campanhas e elaboração de projetos, a exemplo do que trouxe Portaria 15/2017 do Conselho Nacional de Justiça que orientava estados, municípios e o Distrito Federal a estimularem gestores e professores de unidades educacionais a organizarem, junto à comunidade estudantil, intervenções que difundissem a temática e contribuíssem para a reflexão e transformação de comportamentos violentos.

Anteriormente a 2015, a então presidenta Dilma Rousseff, havia sancionado a Lei nº 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), também conhecida como a Lei do Feminicídio, desencadeando uma série de condutas estruturantes e o aparelhamento dos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento e proteção às vítimas, ampliando e consolidando as políticas de enfrentamento, mas ainda sem redução significativa no número de óbitos (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2006, p. 1). Com tal dispositivo houve um avanço significativo na qualificação do crime resultante em morte de mulheres, no entanto o intervalo

temporal desta pesquisa não envolverá essa mudança em razão de abarcar apenas o período compreendido entre 2008 e 2011.

O instrumento legal que é a Carta Magna do Brasil, no *caput* do artigo 5º, encontra-se a afirmação que “[...] todos são iguais perante a lei e lhes está resguardado a inviolabilidade do direito à vida” (BRASIL, 1988), contudo, neste aspecto, ao lançar o olhar em direção às mulheres, não se identifica o efetivo cumprimento de tal direito e as estatísticas revelam isso em Pernambuco especificamente entre 2009 e 2011, que foram registrados 1.070 feminicídios, numa média de 357 mortes por ano, numa perspectiva mais ampla, a situação foi ainda mais grave, como nos mostra a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2013), publicada em 19/09/2013, com os textos em anexo: “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil” e o “Resumo Feminicídios por Unidade da Federação”, frutos de pesquisa coordenada pela técnica de planejamento e pesquisa do instituto Leila Posenato Garcia.

No Brasil, entre 2001 e 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2013). Tal estatística revelou um país marcado pela intolerância e pelo preconceito de gênero sob a égide da impunidade, reverberando em diversas esferas e grupos sociais, cujo cenário pode ter sido ainda mais impactante se considerado que em algumas localidades as informações sofreram influência alheia à vontade do pesquisador e a ausência de políticas públicas era real, visto que muitas ações de enfrentamento e de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica foram posteriores ao intervalo temporal mencionado.

Com a intenção, de reverter os índices alarmantes, foi que na primeira das duas gestões do ex-governador Eduardo Campos (2006-2010/2011-2014), filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi criada a Secretaria Especial da Mulher, decisão política de atendimento à população feminina e sob o apoio de vários segmentos do movimento de mulheres, sob a Lei nº 13.205, em 19 de janeiro de 2007, com a nomenclatura de Secretaria Especial da Mulher, passando depois com a Lei nº 14.264, de 06 de janeiro de 2011, à Secretaria de Estado, até a presente data. Três anos antes, o Governo Federal deu origem à Secretaria de Políticas para Mulheres, com

*status* de Ministério, e no ano seguinte elaborou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), organizado a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (CRUZ; ARAÚJO; CERQUEIRA, 2011).

Em agosto de 2007 aconteceu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo documento foi publicado no ano seguinte, enquanto isso em Pernambuco, o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero era lançado com o objetivo de estimular a produção de textos com diversas tipologias, da pesquisa acadêmica à divulgação de projetos e de vivências exitosas, bem como redações estudantis, voltadas para o campo de estudos sobre gênero; uma parceria da referida secretaria com a FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco) e com outras instituições, entre as quais a Secretaria de Educação (SEE), a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (PERNAMBUCO, 2007).

Em uma intervenção voltada para a produção de conhecimento, foi possível ver que a pesquisa em educação podia ir além das práticas pedagógicas já consolidadas, dialogando com outros campos da gestão pública, contribuindo assim para o fazer educativo, revelando como as escolhas políticas interferem no cotidiano da população e na organização social, afirmam Machado, Maia e Lambegalini (2007, p. 27): “A política tomada como objeto de estudo envolve relações e implicações manifestas nos cursos de ação dos governos ou organizações, uma rede de decisões e também de não ações...”. Não há uma relação aqui com as propostas de um ou outro grupo político, pelo contrário, trata-se de um trabalho reflexivo e que toma como objeto de análise a interseção entre setores de uma gestão que propõe uma ação coletiva como resposta à demanda social importante para o estado e para toda a Nação.

Do ponto de vista da estruturação da pesquisa e considerando como referência que a produção do conhecimento desenvolve-se na troca de saberes, em particular no espaço escolar, fomentando a reflexão sobre a aplicabilidade dos conhecimentos legitimados e dos novos, seja para os estudantes quanto para os docentes, promovendo mudanças significativas nos relacionamentos, discutir sobre a

violência doméstica contra a mulher a partir da sua relação com a educação, é o que suscita a presente investigação. Uma vez que ao mesmo tempo em que essa violência provoca indignação pública, também revela a face oculta da intimidade dos lares e, por conseguinte, a omissão e o medo. Sobre isso, os espaços de ensino e de aprendizagem são campos férteis à sementeira do desejo de deixar a plateia e subir ao palco da vida, seja como protagonista ou como coadjuvante, o importante é que cada qual desempenhe seu papel com dignidade e respeito.

Ao cogitar acerca da relação entre a educação e outros setores de serviço à população, e em particular às mulheres, foi importante observar as situações de desigualdade por que elas passam no cotidiano, dentro e fora do lar, daí a relevância da abordagem sobre as relações de gênero e seus desafios, visto que esse debate, construído na luta das mulheres por igualdade de direitos, possui um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, estabelecendo uma forma primeira de significar relações de poder (SCOTT, 1995). Daí reportou-se ao que ocorre em certos lares, quando homens subjagam suas companheiras e fazem uso da força para sentirem-se seguros e se manterem no controle, numa relação de poder cuja correspondência se aproxima da ideia de propriedade, revelando o nível de desigualdade na sociedade.

Assim, seja dentro ou fora da escola, a concepção elaborada acerca de gênero costuma tomar como ponto de partida a diversidade de interações estabelecidas ao longo da vida e como o indivíduo se deixa educar. Considerando tal assertiva, somada à reflexão referente ao conceito de gênero e às relações de poder daí advindas, foi que eclodiu como objeto de estudo desta pesquisa a análise do discurso de ex-estudantes do ensino médio da rede de ensino de Pernambuco, participantes e premiados das edições compreendidas entre os anos 2008 e 2011 do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero que concorreram na categoria produção de redação com temática sobre a violência doméstica contra a mulher.

O presente estudo gerou como *corpus* de investigação as redações vencedoras, os editais do prêmio nos anos investigados e, as entrevistas com estudantes premiados e seus respectivos orientadores premiados na busca responder ao problema da pesquisa referente à mudança, ou não, na prática pedagógica das escolas ganhadoras quanto a temática da violência doméstica, após a premiação dos estudantes do PNT (Prêmio Naíde Teodósio). A origem desse questionamento foi

resultado da experiência como professora da rede Estadual de Educação de Pernambuco, com aulas de língua portuguesa e literatura nas quais era comum surgirem temas instigadores como os que constam nos editais de variados concursos de redação, estimuladores à pesquisa, ao debate e à produção textual, uma miscelânea de desdobramentos, que motivaria e desafiaria educadores e estudantes no cotidiano da escola pública de qualquer estado da federação.

Assim, partindo da observação da realidade brasileira com a atenção voltada para o elevado índice de mulheres mortas vítimas de violência doméstica, especificamente no estado de Pernambuco, as experiências afloraram, descortinando o desafio do fazer educativo, do trabalho crítico e reflexivo, em que os direitos humanos e as relações de gênero foram mais que um tema transversal num currículo vivenciado na rotina escolar, mas voltou-se para a reflexão sobre o papel da educação enquanto manifestação democrática e cidadã. Nesta perspectiva, acendeu-se a debate sobre gênero e sua relação com a atividade educativa: o que competiria e o que seria possível incorporar ao trabalho pedagógico; e qual a mudança que efetivamente traria?

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam? De um ponto de vista geral responde-se que a mudança pode ter várias origens, transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em causa que engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na sua procura de novas formas de legitimação (SCOTT, 1995, p.92).

Partindo do princípio de responsabilização do poder público no que diz respeito à violência e à discriminação pela qual têm passado as mulheres, as escolas têm sido redutos masculinos a fomentar conceitos equivocados de discriminação e de 'brincadeiras' nada divertidas, tampouco respeitadas, envolvendo adolescentes e jovens do sexo feminino, como puxar o cabelo, abraçar ou beijar sem prévio consentimento, entre outros. Esse comportamento tem se repetido em hábitos desenvolvidos antes mesmo do convívio escolar, porém também são frequentes em áreas de lazer, de trabalho e até no lar. Nessa perspectiva e retomando a questão da violência doméstica contra a mulher em Pernambuco, foi importante frisar que ela não fez, entre 2008 e 2011, distinção de classe social, grau de escolarização, religião, local de moradia, entre outros tantos aspectos distintivos. Ao consultar a página da SDS-PE (Secretaria de Defesa Social), é possível acessar as informações que revelam que,

no referido período, em média, pouco menos de 22.000 mulheres foram mortas no Brasil; em Recife, esse número é de pouco mais de 8.000 no ano de 2012:

Figura 1. Evolução anual dos números de vítimas em Pernambuco entre 2012-2017



Observou-se que as ocorrências envolvendo a violência doméstica contra as mulheres pela Secretaria de Defesa Social em Pernambuco tiveram início em 2012 em razão da Portaria GAB/SDS 2.028, publicada em 12 de julho de 2011, que em seu artigo 12, que orientava acerca dos registros de “categorias criminais de violência doméstica”, entre elas as que se enquadravam na Lei 11.340/ 2006. Desse modo, os relatórios com a identificação dos tipos constantes no referido dispositivo legal apenas foram divulgados a partir de 2012 conforme revela a figura anterior, o que prejudicou a leitura fidedigna dos números desses crimes.

Diante deste cenário, esta pesquisa teve como objetivo geral o de analisar o discurso de estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram vencedores do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, na categoria redação, com temática escolhida da violência doméstica contra a mulher, isso feito no período de 2008 a 2011 e em escolas localizadas na região metropolitana de Recife. Como objetivos específicos, foram definimos primeiro, examinar os traços que revelam, no discurso desses discentes, participantes do concurso de redação, as questões sobre des/igualdade nas relações entre homens e mulheres, identificando como foram construídas as suas falas a partir das exigências dos editais; e segundo, qual a repercussão/mudança ou não na prática pedagógica escolar após a premiação desses estudantes no PNT.

A respeito da relevância desses objetivos, cabe destacar que inquietações próximas a essas levaram três pesquisadoras a fazerem um levantamento acerca da produção acadêmica sobre a violência de gênero no Brasil: Miriam P. Grossi, Luzinete S. Minella e Juliana C. M. Losso, culminando com a publicação do livro, “Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)”. Nesse, elas detectaram que no intervalo de 1975 a 2005, perfazendo 30 anos de publicações, foram identificados apenas 286 trabalhos de pós-graduação sobre a violência doméstica contra a mulher, sendo 134 dissertações de mestrado, das quais apenas 03 (três) no campo da educação. É perceptível a lacuna existente nesse campo de pesquisa em seus diversos desdobramento, áreas de conhecimento e alcance teórico.

Ainda no campo acadêmico, para esta investigação foi realizado um levantamento bibliográfico no qual constatou-se que de acordo com Heloísa Buarque de Hollanda (2019) na introdução do livro “Pensamento Feminista Brasileiro”, registra-se que os estudos sobre a luta por igualdade de direitos pelas mulheres chegaram à Academia e se distribuíram em diversos departamentos e disciplinas, o que para algumas analistas, de forma tímida, ajudavam a antecipar o ativismo feminista no Brasil. A autora aponta ainda os trabalhos de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Camem Barroso e Neuma Aguiar como representantes do feminismo acadêmico nos anos de 1960. Em 1973, na UFBA, onde foi ministrado um curso pioneiro denominado “Sociologia da Família e Relações entre os Sexos”; depois dele, muitas pesquisadoras seguiram participando de inúmeras conferências e grupos de estudos sobre gênero até a atualidade, em que apesar de alguns desafios persistirem, muito mais mulheres têm desenvolvido pesquisas relevantes em todas as áreas do conhecimento, em programas de graduação e pós-graduação dentro e fora do território brasileiro (HOLLANDA, 2019, p. 11-13).

Apesar das estatísticas revelarem a face mais cruel nas relações entre homens e mulheres: uma sociedade marcada pela desigualdade de direitos e de acesso à justiça, por outro suscitou significativa curiosidade acadêmica, ou melhor, interesse científico, propiciando estudos nas variadas áreas do conhecimento. No momento ainda havia uma prevalência de estudos na área da saúde, em particular nos cursos de enfermagem e de psicologia, com ênfase no atendimento às vítimas e sua prole; no entanto, foi nos cursos das ciências sociais que o enfoque se voltou para as realizações de enfrentamento e de acolhimento, conforme os trechos a seguir:

A área de saúde lidera a produção sobre o tema, muito provavelmente por conta do impacto que as violências contra as mulheres têm sobre o estado de saúde, obrigando-as a buscar a ajuda dos profissionais dessa área, os quais terminam por realizar e/ou estimular as pesquisas sobre o assunto. (...) O significativo número de estudos realizados nas Ciências sociais, confirma o seu pioneirismo nas discussões de gênero e de violência, registrando-se estudos que vieram a ter inclusive um papel importante no desenvolvimento do campo de estudos sobre violência no Brasil hoje (GROSSI; MINELLA; LOSSO, 2006, p.19-20).

Neste aspecto, tentando aprofundar o estado da arte do tema escolhido que recorreu-se à busca por textos que abordassem a temática de modo mais amplo: violência doméstica contra a mulher e educação, para em um segundo momento buscar textos de análise sobre o Prêmio Naíde Teodósio; em ambas as oportunidades foram consultados a SCIELO (*Scientific Eletronic Library On Line*), o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses Dissertações e o Repositório Institucional da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Na SCIELO ao aplicar os filtros: Brasil/Educação e Pesquisa Educacional/Ciências Humanas, foram encontrados 14 (catorze) artigos que se referem particularmente à questão de saúde, porém 03 (três) referiam-se particularmente à violência doméstica, são eles: Qualidade de Ensino e Gênero nas Políticas Educacionais Contemporâneas na América Latina, de Nelly P. Stromquist, em 2007; Violência Intrafamiliar e Intimidação entre colegas no Ensino Fundamental, por Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, em 2009 e por fim, Concepções sobre Violência Doméstica em 2016, por Raquel Faria Brisso e Mayara Aparecida de Oliveira.

No que concerne aos repositórios de dissertações e teses apresentou-se o levantamento resultante do uso de filtros semelhantes aos usados no site da SCIELO, tanto para a UFPE e a BDTD, quanto para a CAPES (vide Apêndice). Em ambas as páginas não havia registros de investigações sobre o Prêmio Naíde Teodósio, razão por que se aplicou o critério ainda sobre a temática ampliada que era a violência doméstica contra a mulher e a relação com a educação, mantendo-se o resultado anterior. Embora os títulos ou os resumos encaminhem para a similaridade temática,

ao enveredar no corpo do texto foi identificado encaminhamento distinto do abordado nessa investigação.

Ao proceder com o levantamento junto a CAPES, foram sinalizados 42.418 resultados para violência doméstica contra a mulher e educação, ao serem aplicados alguns filtros à pesquisa como: grande área de conhecimento: Ciências Humanas e Área de conhecimento: Educação. Ao refinar a busca sobre aproximações quanto ao conteúdo, constatou-se um número bem reduzido de pesquisas, visto que havia uma predominância sobre a repercussão no desenvolvimento e comportamento de crianças e adolescentes no meio escolar, bem como o atendimento das mulheres agredidas por programas e projetos que objetivavam oferecer suporte psicológico, médico ou profissional (vide Apêndice).

Sendo assim, enfatizou-se a lacuna existente na relação entre estudos de gênero e a prática pedagógica, como evidência de que ainda havia muito a ser investigado e foi nesse sentido que esta pesquisa visou contribuir ao realizar um estudo qualitativo, cujo referencial metodológico foi o da Análise de Discurso (AD) de linha francesa em Michel Pêcheux e Eni Orlandi e o marco teórico teve como foco as concepções de gênero em Guacira Louro e Joan Scott. Para tal, a dissertação foi organizada em três capítulos: o primeiro no qual discorre-se sobre a violência de gênero e sobre o Prêmio Naíde Teodósio (PNT); no segundo encontra-se a abordagem aos referenciais teóricos e metodológicos do trabalho e o terceiro em que apresenta-se o exame do *corpus* analítico e a avaliação dos resultados. Por fim, nas Considerações Finais, expõe-se uma reflexão sucinta sobre a importância da manutenção de políticas públicas de combate à violência doméstica que entrecruzam a educação e o gênero como faz o PNT.

## **1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO DE ESTUDOS DE GÊNERO**

O presente capítulo não tem a pretensão de discutir a gênese da violência doméstica contra a mulher, no entanto, objetiva apresentar breve contextualização sobre algumas práticas que atentam contra a vida, o patrimônio e o bem estar das mulheres. Para tal, foi feita uma incursão pela história e pela antropologia, tendo a educação como ponto de encontro entre esses campos.

O modo como os gêneros feminino e masculino se relacionam nas sociedades tem diferido de acordo com a estrutura organizacional, variando segundo a etnia, o território, o período histórico. O que há em comum em meio à tamanha diversidade, é o silenciamento e a exclusão por que passam as mulheres em todos os continentes. No que se refere especificamente à opressão que tem início no lar e comumente se expande aos demais lugares em que as relações de poder se manifestam, há um referendo ao abismo que separa *e/les* e *e/las*, independente dos regimes políticos, dos sistemas econômicos ou das orientações de crença.

### **1.1 Violência Doméstica contra a Mulher**

Segundo o historiador Peter N. Stearns em seu livro “História das Relações de Gênero”, há uma estrutura básica na formação das várias sociedades em que a mulher ocupa lugar de inferioridade, situação por ele considerada tão antiga quanto à existência humana:

A civilização mesopotâmica, que surgiu depois de 3.500 a.e.c., diferia da civilização egípcia, que emergiu logo depois no norte da África, não muito distante do sul. Por volta do quarto milênio a.e.c., também, a maior parte das sociedades agrícolas tinha desenvolvido novas formas de desigualdades entre homens e mulheres, num sistema geralmente chamado de patriarcal - com o domínio dos maridos e dos pais. As civilizações, de uma forma geral, aprofundaram o patriarcado e, ao mesmo tempo, definiram seus detalhes de formas distintas que combinavam com crenças e instituições mais amplas de cada civilização em particular. Nesse sentido, pondo um selo próprio no patriarcado, cada civilização uniu as questões de gênero com aspectos de sua estrutura cultural e institucional (STEARNS, 2017, p.27).

Notou-se assim que ao se organizarem, seja em pequenos ajuntamentos ou em grandes comunidades, as relações de poder tinham como referência o gênero como traço distintivo, ignorando as habilidades, a capacidade intelectual, social ou de qualquer outra ordem, por isso suas consequências repercutiram desde a antiguidade até o presente. De acordo com o pesquisador tais relações estariam entrelaçadas desde as primeiras civilizações e elas seguiriam norteando o convívio social dos dias mais remotos até a atualidade.

Ao inclinar o olhar para a constituição do corpo social no continente americano, em particular na América Latina, foi possível identificar que tanto os povos nativos, quanto os invasores europeus, tinham em comum um formato hierárquico com dominação masculina que foi seriamente acentuado pela influência europeia e sua visão de subserviência do feminino em relação ao masculino, reforçado pela força da visão cristã trazida pelos missionários durante a catequese (STEARNS, 2017, p.110).

Em direção ao final da segunda década do século XXI, alguns assentos na diminuta mesa, ao centro da sala de jantar da sociedade, seguiam sendo alvo de duras disputas e muitas dúvidas, posto que, em face de tal cenografia, a figura feminina ora se assentava e ora se levantava à guisa da vaidade das convenções sociais e das relações de poder ou de força política, que movimentavam com destreza, no campo ideológico, a distribuição dos *status* como hábil cerimonialista. Por certo, esse movimento de sistematização e reordenação variou de acordo com os aspectos culturais, religiosos e econômicos, no entanto, houve firme intencionalidade de preservação de valores que subjugavam as mulheres e os lançava no cativado da obscuridade social, ainda que as estatísticas apontassem para seu protagonismo ascendente, permanecia com a oferta do lugar da ocultação e do medo segundo afirmou o professor Stearns (2017, p. 31):

Á medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero - relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo - foram tomando forma também. Por fim, essa evolução haveria de se entrelaçar com a das civilizações.

Assim, fortaleceu-se, segundo o autor, a ideia de superioridade masculina na administração do patrimônio familiar, eis por que foi possível afirmar que posteriormente o controle tornou-se absoluto e irrefutável, de modo que, à mulher

caberia tão somente os cuidados com a casa e com a prole, restringindo-se o seu acesso aos espaços públicos, ao capital, ao seu corpo e a seu direito de ir e vir. O empenho em silenciá-la teve início no lar, ao designar-lhe ações que demandavam força física, disciplina e abnegação, mas, cujo reconhecimento como trabalho foi negado, como as atividades domésticas, consideradas como “não trabalho” reforçado pela afirmação de: “ela não trabalha, é apenas dona de casa”, desqualificando-se sua autoimagem e depreciando-se sua capacidade laborativa.

Com o passar do tempo as diferenças tornaram-se ainda maiores em todas as partes do mundo, seja no Oriente Médio com o uso do véu pelas mulheres em espaços públicos, como sinal de sua inferioridade e de seu pertencimento a pais e maridos, ou na Ásia, especificamente na China, onde somente no início do século XX as chinesas foram liberadas do costume denominado “pés de lótus”, que provocava deformidade nos pés delas a fim de deixá-los menores e agradáveis aos olhos masculinos, impedindo-as de andar de forma adequada (STEARNS, 2017, p.37).

Desse modo, o patriarcado avançou nas mais diversas tessituras sociais, desde a numerosa Índia onde a mulher evoluía espiritualmente ao reencarnar como homem, ou na racionalista Roma que autorizava ao marido punir a esposa, até a morte, em caso dela praticar adultério, num claro exemplo de execução sumária (STEARNS, 2017, p.38). Note-se quão desproporcional foi a valorização do gênero masculino sobre o feminino, de modo que muito tempo depois no Brasil, no começo do século XX, ganhou corporeidade legal no art. 240 do Código Penal Brasileiro, como defesa nos tribunais, o pedido de absolvição para o feminicida se este praticasse crime em razão de infidelidade da esposa, tese de Uxoricídio por adultério,, esta defendida pelo professor emérito da Faculdade de Direito da UFPE, Roque de Brito Alves; tal artigo perdurou até o ano de 2005

Em geral, em toda a América Latina o intercâmbio entre os habitantes nativos e os europeus invasores fora decisivo na mudança do papel da mulher nas sociedades locais, seja pelo poder bélico ou pelo ideológico, este último através das missões religiosas. Nesse aspecto, é certo que o somatório desses valores foi determinante para a consolidação de hábitos que reverberaram até o presente, como expôs a pesquisadora mexicana Marcela Lagarde y de Los Rios por meio da conceituação de patriarcado, em seu livro “Los Cautiveiros de Las Mujeres (2015, p. 95-96)”:

El patriarcado es uno de los espacios históricos del poder masculino que encuentra su asiento en las más diversas formaciones sociales y se conforma por varios ejes de relaciones sociales y contenidos culturales. Es patriarcado se caracteriza por: i]El antagonismo genérico, aunado a la opresión de las mujeres y al dominio de los hombres y sus intereses, plasmados en relaciones y formas sociales, en concepciones del mundo, normas y lenguajes, en instituciones, y indeterminadas opciones de vida para los protagonistas. ii] La escisión del género femenino como producto de la enemistad histórica entre las mujeres, basada en su competencia por los hombres y por ocupar los espacios de vida que les son destinados a partir de su condición y de su situación genérica. iii]El fenómeno cultural del machismo basado tanto en el poder masculino patriarcal, como en la inferiorización y la discriminación de las mujeres producto de su opresión, y en la exaltación de la virilidad opresora y de la femineidad opresiva, constituidos en deberes e identidades compulsivos e ineludibles para hombres y mujeres.

Tomou-se aqui a ideia de patriarcado para além do papel de provedor, protetor e administrador dos bens da família, pois, como de costume, afirmou-se ser possível perceber a descrição fiel dos vários campos de atuação em prol do controle absoluto e incontestável do homem, nas mais variadas instituições, estratos sociais e até nas formas de manifestação cultural.

Observando com mais proximidade, ainda foi possível perceber uma extrapolação do interesse pelo bem comum da família, em direção ao controle absoluto e incontestável do homem sobre a mulher, não apenas em seu círculo íntimo, mas também nas demais camadas sociais, conforme escreveu a antropóloga mexicana: *“El poder patriarcal no se limita a la opresión de las mujeres ya que se deriva también de las relaciones de dependencia desigual de otros sujetos sociales sometidos al poder patriarcal”* (LOS RIOS, 2015, p.96).

Ampliando os apontamentos anteriores, nesse excerto a autora explicitou a repercussão das ações ao longo dos séculos, em que os homens foram afastando as mulheres das posições de liderança e tolhendo suas forças, expropriando seus bens, desconstruindo sua autoimagem, de forma que não mais satisfeitos com tais ações no âmbito doméstico, expandiram seus domínios às relações de produção de bens e serviços, adulterando as condições de trabalho, de propriedade e da própria liberdade de seus semelhantes, visto que passaram a ser promovidos por tal ambição nefasta, além da discriminação de gênero, discriminações raciais, econômicas entre outras.

Esse conjunto de ações que garantiram no decurso dos séculos uma posição de mando aos homens e contribuiu efetivamente para a constituição de sociedades machistas, negando direitos, lançou as mulheres para margem de sua estrutura, legando às mesmas o lugar da subalternização, do medo e da objetificação,

reforçando estereótipos e fortalecendo a prática da violência como método de controle e de dominação, em particular e principalmente, na família.

Infelizmente em razão de tão longo período de opressão, persistiram muitos desafios a serem vencidos, pois o confronto ideológico travado no interior de cada grupo social e que se traduziu em movimentos constantes e graduais de mulheres em direção ao tratamento igualitário, fundava-se no embate das ideias e das práticas nas mais variadas esferas culturais, além disso, este choque precisou começar na consciência de cada uma, conforme explicou Lagarde y de Los Rios (2015, p. 266-267):

Las mujeres adquieren la consciencia de lo que son mediante la ideología patriarcal, también en ella adquieren consciencia de su opresión, y sólo después incorporan elementos de otras ideologías contrarias al patriarcalismo. Sin embargo, la conscientización de la opresión les ocurre a todas las mujeres sin que se autodefinan como feministas. O dicho de otra manera, todas las mujeres desarrollan aspectos del feminismo por si mismas. Lo hacen en la cotidianidad al confrontar por un lado el modo de mujer que de acuerdo con su círculo particular deben ser, con la mujer que realmente son.

Eclodiu ali o elemento de conexão entre a educação e a discussão sobre gênero, uma vez que como afirmou a pesquisadora, o processo de conscientização das mulheres acerca de seu papel social e de sua identidade enquanto cidadã estava diretamente relacionado com o conhecimento de mundo e das relações interpessoais, enriquecidas pelos saberes científicos, compartilhados e construídos nos espaços educacionais formais e não formais por meio da interação entre os seus partícipes. Neste sentido, produções que abordaram questões de gênero foram relevantes para essa conscientização de pesquisadoras e leitoras, a exemplo do livro organizado e coordenado pelas historiadoras Mary Del Priore e Carla Bassanezi Pinsky “História das mulheres do Brasil” que trouxe informações preciosas sobre as relações familiares, religiosas, econômicas, a partir do início da colonização, traçando um mapa sociocultural brasileiro acerca do perfil de mulheres no Brasil:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua lacuna, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORI; PINSKY, 2017, p.7).

Percebeu-se com a leitura que há mais em comum entre as mulheres ao redor do mundo do que elas próprias cogitam e foi nesse intuito que esta pesquisa transitou

entre as ciências humanas e sociais, no exato ponto em que ocorreu a interseção entre a educação e a violência doméstica contra a mulher, isso feito através das narrativas que chegaram às escolas por meio de textos escritos ou imagéticos, sussurrados ou encenados, que vaguearam pelos corredores, entraram pela sala de aula sorrateiramente e aguardaram o momento para revelar-se nos debates, nas trocas propiciadas por ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano.

No caminho de revelação da história dessas mulheres no Brasil, seja entre os nativos ou os europeus que aqui aportaram, notou-se que desde a adolescência, as garotas eram prometidas em casamento pelos pais, com raras exceções, e resguardadas as diferenças nos rituais de passagem para a idade adulta (entenda-se que aqui há uma referência à idade procriativa), à figura feminina cabia tão somente o matrimônio e a maternidade, ainda que assolada pela viuvez (RAMINELLI, 2017 p.16-19; FALCI, 2017, p.256-259). Ficou explícita assim, nestas referências, a total ausência de direitos das jovens ou das viúvas sobre a própria vida, uma vez que elas não podiam dispor da liberdade de permanecer desacompanhadas, contraindo ou não novas núpcias.

A fim de elucidar o referido cenário, Ronald Raminelli (2017) no texto nominado “Eva Tupinambá”, apresentou um panorama da sociedade indígena durante a chegada do europeu ao Brasil, trazendo o seguinte registro sobre as convenções matrimoniais:

De acordo com as tradições dos tupinambás, uma viúva deveria casar com o irmão mais velho do falecido. Na ausência deste, ela se uniria ao parente mais próximo do marido. Por sua vez, o irmão da viúva era obrigado a esposar a filha desta. Se esse enlace fosse impossível, por causa da falta de irmão, a moça teria como cônjuge o parente mais chegado da parte de sua mãe. O tio poderia se recusar a casar com a sobrinha. Nem por isso ela estaria autorizada a juntar-se com outro índio qualquer, pois o futuro esposo era escolhido pelo tio - o mesmo que não aceitara ser seu marido (Cf. DEL PRIORE; PINSKI, 2017, p.20).

Segundo Falci (2017), ao ler tais registros, foi possível reconhecer semelhanças no tratamento dado às mulheres no seio das famílias, indistintamente da origem étnica ou cultural, evidenciando que sua condição de subalternização é extraterritorial, embora na história da humanidade, tenha havido um período curto denominado por certos antropólogos, como matriarcal. A disponibilidade da própria vida, do leite e do corpo não lhes cabia compartilhar, ou mesmo administrar o próprio patrimônio, posto que, se considerava que seus bens eram de exclusividade

masculina, cabendo aos pais, esposos, filhos e irmãos a administração e a posse deles, nesse propósito, seus casamentos funcionaram como uma operação financeira na qual a união das fortunas sobrepujava os desejos delas.(DEL PRIORI, 2017, p.256).

Se para as mulheres com certo patrimônio, famílias com posição elevadas na sociedade, predominantemente brancas o direito à propriedade e ao seu corpo eram subtraídos, no que diz respeito às mulheres negras, escravas ou alforriadas, a objetificação apresentava uma intensidade maior, como apresenta Falci, no mesmo livro organizado por Del Priore e Pinsk (2017, p. 275), em seu capítulo intitulado “Mulheres do Sertão Nordestino”:

A mulher escrava era praticamente vista como aquela que guarda a semente, mas não a cocausadora do nascimento do filho. A mulher é uma coisa, a matéria onde podem unir-se os elementos que produzirão um outro ser. Mas, por si só, no seu estado *natural*, sem possuir o laço sagrado e o legal do casamento, seu fruto será também natural.

Neste aspecto podemos afirmar, diante das pesquisas feitas, que a sociedade brasileira tem se apresentado como um ambiente inóspito para as mulheres e, evidências dessa afirmação, encontraram-se nas estatísticas que apontaram para os altos índices de violência doméstica contra elas, isso desde os primeiros registros sobre a Nação, no qual documentos identificaram a existência de práticas violentas em razão do gênero, tanto por meio da intimidade quanto pela aproximação, consequente da relação familiar, tudo sob o olhar permissivo da Igreja e do Estado, geralmente omissos em relação às agressões ocorridas no lar (DEL PRIORE; PINSK, 2017). Numa referência à condição feminina na área urbana, no mesmo livro, o texto de Rachel Soibet no capítulo intitulado “Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano”, esclareceu que:

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras”, reprimindo seus excessos verbais.

A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura da classe dominante era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por ela encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua

condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações (Cf. DEL PRIORE; PINSK, 2017, p.363).

Como apresentou Soibet, a invisibilidade feminina foi marcante na história nacional revelando que as ações do passado colonial alcançaram a meta de esconder no interior das casas, como adorno: mães, esposas, filhas, irmãs, privando-as do acesso à educação, ao trabalho, ao meio político e de todo e qualquer lugar que as evidenciasse enquanto cidadãs, tais práticas fortaleceram o sexismo e estimularam o uso da violência como instrumento de controle.

Em razão disso, desde o Brasil-Colônia, que as mulheres compartilharam o desafio de sobreviver à visão patriarcal e machista que se fortaleceu ao longo do Império, ainda que tenha sofrido um pequeno declínio durante a República, perdurou com altos e baixos até os dias atuais. Embora a luta por equidade tenha sido nos últimos tempos fortalecida, todavia os registros, como os que se encontraram neste estudo, revelaram a razão da ausência feminina em locais de produção de conhecimento, na ocupação de postos hierarquicamente mais elevados, na ocupação de cadeiras no Parlamento, no acesso à formação e financiamento à pesquisa, entre outros espaços. Sobre isso, a ausência ou ineficiência de políticas públicas que atendessem às vítimas da violência doméstica foi sinalizador da desigualdade e injustiça social nessa área.

Dessarte, em vários documentos da história transpareceu a face cruel em razão do ser mulher, isso desde as piadas sobre solteirice ao casamento arranjado; da exclusão no inventário dos bens da família à expropriação dos recursos patrimoniais; do silêncio forçado pela reclusão ao ambiente doméstico ao feminicídio em via pública. Mudaram as estações, as autoridades representantes das instituições, contudo, o projeto de organização social em que a condição feminina situava-se em posição de assujeitamento pela violência persistiu, e neste caso, a Lei 11.340/2006, denominada de Maria da Penha, foi um reflexo da manutenção dessa violência, na medida que sua origem está ligada às tentativas de homicídio contra a mulher que lhe nomeia. Por fim foi necessário também destacar uma outra prática violenta, tão antiga quanto às demais aqui mencionadas, que respondeu ao questionamento acerca da permanência de muitas vítimas em relacionamentos abusivos: a violência simbólica,

cuja definição construiu Pierre Bourdieu (2019, p. 64), em seu livro “A Dominação Masculina”:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificação, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto.

Essa forma de agressão apresentou-se em múltiplos formatos e momentos da vida da mulher e em particular no relacionamento afetivo, a exemplo do que ocorreu quando ao escolher um parceiro ela fez uso de critérios consolidados como naturais e essenciais à combinação perfeita segundo o padrão da sociedade: que o homem fosse mais alto, que ocupasse um cargo ou exercesse uma função com maior salário ou notoriedade, tivesse um nível de escolaridade além do que possuía, de modo que ficasse visível a superioridade masculina e a provável relação de dependência dela. A referida prática foi adotada pela população feminina quando ela creu e asseverou o que Bourdieu (2019) chama de *acordo tácito* entre dominador e dominada, ainda que tal acordo explicitasse desvantagem para esta última.

A conjugação das múltiplas formas da violência doméstica descritas no artigo 7º da Lei 11.340/2006, em consonância com a violência simbólica, foram responsáveis pelo alto índice de feminicídio no Brasil, fortalecido por ações do cotidiano e pela naturalidade com que o machismo se instalou e se disseminou, fomentando relacionamentos abusivos, cujas vítimas sentiam-se culpadas pela agressão que sofriam, uma vez que lhes coube a escolha do parceiro, por conseguinte também lhes caberia a responsabilização dos atos ilícitos.

Infelizmente as instituições sociais robusteceram o ciclo da agressão ao aceitarem também, com certa naturalidade, diferentes tipos de manifestações discriminatórias contra as mulheres por meio de aparelhos culturais, religiosos e educacionais e neste aspecto, a omissão e a inexecução de políticas públicas que se comprometeram civil e penalmente em proteger as mulheres, permitiram tal ilegalidade. Por essa razão, foi que tentando atuar nesta esfera, na interseção entre a

educação e as relações de gênero, que alguns projetos foram desenvolvidos, objetivando elaborar ações de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, a partir de atividades escolares, de inovações curriculares e elaboração de planos eficientes que envolvessem as unidades educacionais num exercício contínuo de cidadania e alteridade, de construção ética e de reflexão sobre as relações sociais.

## **1.2 A Violência Doméstica contra a Mulher em Pernambuco**

A violência doméstica contra a mulher nunca foi exclusividade do Brasil, tampouco uma prática recente, pois, como exposto anteriormente em cada cultura, ao redor do mundo, a figura feminina foi vista por um ângulo de inferioridade diferente e em algumas sequer foram consideradas como pessoas. Por exigências normativo-sociais, certos papéis têm sido atribuídos exclusivamente às mulheres e outros apenas aos homens, em um jogo com posições prefixadas; ao longo dos séculos pode-se contabilizar perdas para ambos os lados, se for considerado que ser homem ou ser mulher exigia tomar a posição em favor apenas de um deles.

Várias formas de ver e tratar a mulher sempre estiveram diretamente relacionadas às práticas que se consolidaram com o tempo, dentro e fora dos lares, sendo o próprio conceito do que compete ao espaço denominado público ou privado, ainda que ao longo dos anos tenham apresentado mudanças, como reafirmou Rago (2004) ao citar Hannah Arendt (1981):

Segundo ela, o privado define-se melhor como o lugar da privação da luz, da invisibilidade, isto é, da inexistência social. (...) Recolhidos no mundo privado e submetidos à esfera da necessidade, lugar privilegiado da violência, onde se trava a luta pela sobrevivência biológica imediata, as mulheres e os escravos não participavam das atividades da pólis grega e, de certo modo, respeitando-se as diferenças, o mesmo sucede com as “minorias” e outros milhões de excluídos e em nosso mundo ainda hoje (RAGO, 2004, p. 33-34).

Nessa direção, a pesquisadora ainda afirmou que a sociedade se acomodou, de sorte que as mais simples regras de convivência sugeriram que as mulheres eram dependentes dos parceiros para as decisões mais simples, como dirigir-se a um garçom em um restaurante ou conduzir o próprio veículo a uma oficina para reparos. Embora tenham ocorrido avanços em algumas áreas que compunham o meio público, ainda foi possível ouvir sobre a necessidade da intervenção do legislativo, por meio de normativas, para que em razão da igualdade de exercício de uma atividade

laborativa, trabalhadores e trabalhadoras recebessem o mesmo valor em salário (RAGO, 2004).

Se por um lado é perceptível alguma mudança, posto que o novo milênio despontava como um momento em que muitas mulheres prosperavam em diversas áreas do conhecimento, nos espaços de poder e já não silenciavam ao serem acometidas por atos de injustiça, Margareth Rago (2004) traz mais um registro aterrador feito pela historiadora Yvone Knibiehler (2002), sobre a situação da mulher na França nas últimas décadas do século XX:

[...] a situação das mulheres se complicou profundamente nas duas últimas décadas, pois a “revanche” masculina se traduziu pelo recuo e pelo distanciamento em relação a elas, pela intensificação de sua transformação em mero objeto sexual e pelo aumento da prostituição forçada. “A cada ano, cerca de 50.000 mulheres de 20 a 59 anos são vítimas de estupro na França e uma a cada dez reclama da “violência conjugal”, constata a historiadora francesa (RAGO, 2004, p. 39-40).

Como os registros históricos franceses, os informes sobre o Brasil no mesmo período, e por conseguinte desta pesquisa, também não foram animadores, pois de acordo com o Mapa da Violência de 2015 ao fazerem um levantamento para o intervalo compreendido entre 1980 a 2013 foram identificados altos índices de mortalidade feminina, números obtidos a partir dos registros de sepultamentos e suas respectivas certidões, onde constavam a causa *mortis* com o uso de códigos predeterminados na área especializada, ajudando na classificação quanto ao local e a causa de cada óbito; os órgãos responsáveis pela emissão do referido documento também enviaram as referências para o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), que aqui é mencionado como referência por Waiselfisz (2015, p. 16):

Pelos registros do SIM, entre 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio.

Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%.

Os dados desse levantamento minucioso traduziram o que mulheres de todos os cantos do país viveram dia após dia, ainda que na contemporaneidade os instrumentos normativos criados para reprimir a ocorrência do fato criminoso, punir os agressores e proteger as vítimas estivessem em vigor, não houve uma mudança significativa, perceptível na sociedade, haja vista que as motivações para o exercício

da violência no interior de cada grupo familiar tem se apresentado em formas variadas e cujas agressões se manifestaram desde a ameaça até o feminicídio, enquanto que as punições que vão da medida protetiva à prisão.

Em razão de índices como esses, muito se discutiu a respeito da prática da violência contra a mulher pelo parceiro/cônjuge ser distúrbio emocional, como “excesso de zelo”, ou correria em razão das relações de poder, por conta do uso desmedido da força, etc., seja em qualquer situação o efeito foi o mesmo: exacerbação do machismo, do androcentrismo. Outro aspecto evidenciado foi que não há um tipo de vítima específica, traço étnico, opção religiosa, nível de formação educacional; mesmo que tenha havido maior ou menor incidência em um ou em outro desses grupos, todas as mulheres ocuparam o mesmo lugar em relação ao algoz: o de vítima.

Em um texto sobre esse tema, Guimarães e Pedroza (2015) levantaram a discussão sobre as normatizações elaboradas e destacaram os movimentos que antecederam as medidas ora vigentes, trazendo à memória as convenções internacionais nas quais o Brasil é signatário como a CEDAW (Convenção sobre eliminação de toda a forma de discriminação contra a mulher- Organização Das Nações Unidas - ONU, 1979) e a Convenção Interamericana para, Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA, 1994). Apesar disso e de uma Constituição que garantia igualdade de condições para cidadãos e cidadãs, durante séculos aquelas têm sido oprimidas e mais que isso, brutalmente assassinadas.

Com a Lei 11.340/2006, medidas para proteção da integridade física foram implantadas como o serviço de atendimento em delegacias especializadas, a disponibilidade de espaços para abrigo das mulheres e filhos, proteção do vínculo empregatício, equipes multidisciplinares no acolhimento e cuidado após agressões; mais recentemente foram criados os juizados especiais, diferentes programas e projetos para acolhimento, reinserção no mercado de trabalho, proteção pessoal e para a prole. Estas foram etapas implantadas ao longo de uma década, porém que nem todos os serviços foram disponibilizados em todos os municípios, em um território extenso.

Apesar disso, em todo o território pernambucano ao consultar o mesmo referencial: Mapa da violência de 2015, para o período compreendido entre 2008 e

2015, foi possível considerar que houve um declínio na taxa de mortalidade feminina por 100 mil mulheres, pois se em 2008 o percentual era de 6,6 vítimas, em 2012 caiu para 4,6 feminicídios, uma variação de 22,3%. Embora os números apontassem para uma mudança no cenário, uma vez que o estado saiu do 3º lugar para 17º em 05 anos (WAISELFISZ, 2015, p. 17-18), infelizmente o decréscimo não teve prosseguimento e a sensação de impunidade se consolidou.

Quanto às condições de atendimento às vítimas, se comparado aos momentos que antecederam à lei Maria da Penha, sem dúvidas houve avanços e a própria página da Polícia Civil de Pernambuco, passou por aprimoramento ao dispor de informes referentes às ocorrências por tipo de violência sofrida, assim como também reorientou os procedimentos para a denúncia; do mesmo modo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco com a Coordenadoria da Mulher, passou a fornecer informações e serviços de orientação e acompanhamento, além do jurisdicional. Essas ferramentas possibilitaram novas opções para quem buscava atendimento, no entanto, ainda fossem pouco conhecidas e carecessem de maior divulgação.

Neste aspecto, em Pernambuco pode-se afirmar que entre 2002 e 2010 figuramos entre os 10 primeiros em que mais mulheres foram mortas, isso segundo o Relatório referente aos trabalhos da Secretaria da Mulher para o Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, enviado à Comissão Parlamentar Mista De Inquérito - CPMI no Senado Federal, em abril de 2012, onde de 2002 a 2009 oscilou entre o 2º (segundo) e 6º (sexto) colocado em crimes letais, em que a taxa de homicídios por 100.000 habitantes variou entre 5,4 e 7,1, número absurdo em se tratando de um gênero apenas. No mesmo documento justificou-se no relatório, cuja finalidade era descrever a situação local em dados, as providências para o enfrentamento, em razão de denúncias de omissão do poder público em prestar assistência às mulheres na forma da lei (BRASIL, 2012).

O supracitado relatório formalizou o que vivenciaram as pernambucanas entre 2008 e 2012 em todas as cidades do estado, cujo registro em 2012 chegou a 28.189 ocorrências. Nele foram apresentadas as propostas do Poder Público de Pernambuco para o atendimento das mulheres em situação de violência a partir do ano de 2007 quando se deu a constituição de uma secretaria de estado específica para atendê-las, até a criação do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero em parceria com outras secretarias. Houve assim o compromisso de abertura de delegacias

especializadas, casas para abrigamento, comissões de políticas para mulheres, inclusão no Programa Pacto pela Vida e outras campanhas diversas.

Por outro lado, ainda em 2012 e com o mesmo destinatário, o Fórum de Mulheres de Pernambuco também produziu um relatório nominado “Dossiê Fórum de mulheres de Pernambuco para a comissão parlamentar mista de inquérito sobre a violência contra as mulheres”, neste documento o grupo apontou alguns problemas como:

As leis 13.169/2006 e lei complementar 143/2009 estabeleceram a criação de 07 (sete) Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher para cobrir a Região Metropolitana de Pernambuco, sendo que no período de 2007 a 2010, apenas 02 juizados foram efetivamente implantados e tem atuação restrita à jurisdição do município de Recife. [...] A criação de mais sete delegacias já foi anunciada pelo Governo do Estado, mas ainda não foram implantadas. [...] Nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) ocorrem inúmeros problemas de procedimento. Os Boletins de Ocorrência não são expedidos no prazo menor do que 30 (trinta) dias e ainda se exige a presença de duas testemunhas para que seja efetuado o Boletim, ferindo o que está previsto na Lei Maria da Penha. Além disso, observa-se que o Boletim de Ocorrência solicitando medidas protetivas é enviado aos juizados, mas as medidas protetivas não são concedidas pelo juiz/juíza em prazo hábil para proteção das mulheres, chegando a atrasar até seis meses. (PERNAMBUCO, Dossiê do Fórum de Mulheres de Pernambuco – FMPE, 2012, p. 04-05).

Foi possível notar que os dois documentos enviados à mesma Comissão, no entanto apresentaram pontos de vistas e avaliativos bem distintos, posto que, enquanto o primeiro apontou para as propostas da gestão estadual e os avanços em relação ao que determina a lei 11.340/2006, o segundo sinalizou para os avanços; desse modo, destacaram as condições de execução do plano gestado pelo Governo do Estado. Assim, nas páginas que antecederam os destaques do segundo documento, o Fórum de Mulheres reconheceu que embora a legislação tenha provocado mudanças significativas, com certo comprometimento no atendimento das vítimas em relação ao funcionamento dos serviços, havia ainda dificuldade nas instalações disponíveis à população para a ação pública.

Outra fonte relevante para análise do cenário pernambucano - 2008 e 2012 – teve origem no SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, que em 2015 publicou um estudo da pesquisadora Ana Paula Melo intitulado “Violência contra a mulher em Pernambuco”, cuja fonte de dados foram: o Sistema de Informações

Hospitalares (SIH/SUS), o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e o Sistema Nacional de Agravos e Notificações (SINAN), a partir dos quais elaborou infográficos que contribuíram para a leitura da situação no estado, como pode ser visto na tabela a seguir copiada do Datasus/MS/SVS e outros órgãos:

Figura 2. Casos de homicídios de mulheres por região e ano no período de 2003 a 2013.

Macrorreg de Saúde/Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Metropolitana	147	147	154	165	145	146	152	113	128	87	94	1478
Zona da Mata	38	38	32	47	44	55	47	49	43	38	57	488
Agreste	45	50	47	46	45	46	44	45	50	40	58	516
Sertão Pernambucano	14	12	21	21	27	30	26	17	19	29	21	237
Vale S.Francisco/Araripe	25	27	22	26	25	18	31	16	17	19	24	250
Ignorado O PE	5	2	6	5	4	3	4	6	4	2	2	43
<b>Total</b>	<b>274</b>	<b>276</b>	<b>282</b>	<b>310</b>	<b>290</b>	<b>298</b>	<b>304</b>	<b>246</b>	<b>261</b>	<b>215</b>	<b>256</b>	<b>3012</b>

Fonte: Datasus/MS/SVS/CGIAE O Sistema de Informações sobre Mortalidade O SIM

Fonte: (MELO, 2015).

Ao analisar a tabela acima, cujos grifos foram feitos pela equipe editorial, foi inequívoco que o número de óbitos por ano sofreu pequena variação, exceto em 2012 que apresentou certo declínio, mas, em geral houve uma morte a cada 27 horas aproximadamente com expressiva concentração na área metropolitana de Recife, que abrigou as primeiras delegacias e varas judiciárias especializadas, possuía abrigos e serviços médicos específicos, apesar dessa estrutura como rede de acolhimento detinha aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos casos fatais. Reforçou-se assim por que da seleção desse território no estado de Pernambuco, afinal, se no local onde havia tamanha concentração de aplicação de recursos também existia uma incidência de delitos à altura. De igual modo outras regiões demandavam atendimento similar, no entanto permaneceram deficitárias, em razão da lentidão na aplicabilidade dos recursos destinados às ações de enfrentamento e de proteção às vítimas. Em ambas as situações, a educação por meio das escolas começou a ser timidamente convidadas a contribuir como será visto a seguir,

De acordo com os capítulos II e III da lei 11.340/2006, apresentou-se uma multiplicidade de encaminhamentos a serem dados pelos Organismos Públicos a título de assistência e de atendimento às vítimas e seus familiares a curto ou longo prazos, o que exigiu investimentos sérios e de alto custo, o que de acordo com os documentos aqui apresentados foram executados com falhas e em alguns casos permanecem em

aberto. Entre os mecanismos sugeridos no dispositivo legal, o artigo 35 apresentou algumas proposições para o atendimento às mulheres em situação de violência, de responsabilidade conjunta, ou seja, da União, dos Estados e dos Municípios, a serem instalados nas cidades e terem na sua composição uma equipe multidisciplinar. Segundo o relatório do Governo de Estado de Pernambuco, estes teriam a sua justificativa e ao poder estatal, caberia o apoio estrutural e técnico inicialmente, no entanto, no dossiê do Fórum de Mulheres de Pernambuco, apesar de todos estarem devidamente instalados, apresentaram falhas no atendimento em razão da falta de profissionais.

Neste sentido, projetos e programas que oportunizassem a discussão em espaços públicos e privados, gerassem uma rede de apoio, divulgação sobre locais de abrigo e proteção legal, foram propostas que necessitaram ir além das páginas do Diário Oficial ou dos *websites*, era preciso materializar-se com fins de efetivamente responder às mulheres pernambucanas, porém ainda faltava inserir-se na sociedade, nas famílias, o que seria feito através de educadores e estudantes por meio da participação em atividades extra curriculares como o Prêmio Naíde Teodósio de estudos de gênero.

### **1.3 O Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero**

De acordo com o capítulo I da Lei 11.340/2006, que dispunha sobre as medidas integradas de prevenção, em particular no seu art. 8º, foi possível identificar proposições voltadas para atividades educativas com vistas à prevenção da prática de violência doméstica contra a mulher:

[...] V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. [...] VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

Em atendimento ao preceito normativo e em razão da urgência de medidas de enfrentamento no estado, foi planejado um convênio intersetorial, de rápida aplicabilidade e aceitação, custo baixo e impacto imediato junto às unidades de ensino e de pesquisa, que pudesse contribuir para a produção de material escrito e imagético para estudos futuros; assim nasce o concurso de produção textual para estudantes do ensino médio até a pós-graduação, professores e pesquisadores, Prêmio Naíde Teodósio.

O Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (PNT) foi lançado em 08 de março de 2007 pelo Governo de Pernambuco por meio da Secretaria da Mulher de Pernambuco, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de promover seleção competitiva de textos em forma de redações dissertativas para estudantes do ensino médio e técnico da rede pública e privada, relatos de experiências para professores do ensino médio e técnico, artigos científicos para estudantes da graduação e da pós-graduação, bem como, professores do ensino médio ou técnico, e mais adiante, em 2009, acrescentou-se a categoria de roteiro para documentário digital (PERNAMBUCO. Secretaria Especial da Mulher, Edital n. 3, de 02 de julho de 2007 e Edital nº 6 de outubro de 2009).

Segundo o disposto nos diversos editais do Prêmio, o seu objetivo é promover a pesquisa científica, o registro de experiências exitosas nos espaços escolares e o estímulo à produção escrita voltada para a análise e revelação crítica acerca dos papéis que cumprem homens e mulheres na sociedade, tanto quanto estimular as discussões nas escolas e nas universidades em prol da busca de igualdade nas relações de gênero e a sua conseqüente repercussão social. A cada publicação as temáticas propostas foram oportunizando a interseção com questões envolvendo a religiosidade, a saúde, o trabalho, o meio ambiente, a cultura, o esporte, a política, enquanto que a discussão sobre violência de gênero, etnia e raça sempre estiveram presentes (PERNAMBUCO. Secretaria Especial da Mulher Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2009: Concurso de Redações e Artigos Científicos Ano III, 2009, p. 10).

Desde a primeira edição vários órgãos públicos reuniram-se para seu planejamento e sua execução, ainda que ao longo dessa primeira década de existência tenha havido algumas alterações. A Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) tem sido fomentadora dessa

iniciativa que conta com o apoio das Secretarias de Educação; de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; como também da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambuco (IFPE).

A Dra. Naíde Regueira Teodósio nomeia o prêmio numa referência ao seu importante trabalho desenvolvido em favor da sociedade pernambucana na área da saúde, como médica, assim como em razão da sua trajetória política em favor dos menos favorecidos com seu trabalho no Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) e no Departamento de Reeducação e Assistência Social (DRAS), durante a gestão de Miguel Arraes, como Prefeito de Recife, entre 1960 e 1962, além de sua participação na diretoria da Federação de Mulheres de Pernambuco, antes de sua extinção em 1957.

Ao escolher a distinta médica, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco, a secretaria da mulher de Pernambuco apresentou um breve histórico de sua trajetória, desde o nascimento no município de Sirinhaém em 1915, seguindo por sua formação na Faculdade de Medicina de Pernambuco, onde foi aluna de Bernardo Houssay, pesquisador agraciado com o Premio Nobel de Medicina e Josué de Castro, que a inspirou-a a pesquisar na área de nutrição e de fisiologia; ali também conheceu Bianor Teodósio com quem se casou e teve três filhos e uma filha.

Através de suas pesquisas desenvolveu um composto à base de sangue de boi, que foi usado como complemento alimentar para crianças desnutridas e gestantes, revelando seu engajamento no combate à fome e à pobreza. Envolvida com questões humanistas, conheceu diversas pessoas e fez muitos amigos, alguns desses filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em razão da sua simpatia por esse grupo político e por sua curta participação na gestão municipal de Recife no início dos anos 60, foi acusada de subversão durante o período do Golpe Militar de 1964, sofrendo intensa perseguição política e ao exercício profissional, que redundou em sua prisão.

Sobre o cárcere da Dra. Naíde Teodósio registrou-se que não apenas ela esteve aprisionada, mas também o seu esposo e seus dois filhos mais velhos, enquanto que os dois mais novos ficaram desamparados por terem a sua residência interditada, sendo depois cuidados por familiares. Esse registro foi feito na dissertação

de mestrado em História pela UFPE, de título “As Mulheres do Raio Leste: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)”, defendida em 2016 por Thayana de Oliveira Santos, que também nos apresenta alguns trechos que fundamentaram a argumentação da acusação e outros da defesa, durante o julgamento da médica, que esteve sob detenção por aproximadamente três anos, como o escrito a seguir:

Para o Promotor José Maria Jatobá, em sua peça jurídica datada de 20 de novembro de 1964, Naíde Teodósio “foi enquadrada nos dispositivos dos arts. 10 e 11 letra b da Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança do Estado), por ter, com a Revolução de 31 de março deste ano, ficado provado as suas atividades contra o regime democrático que nos governa”. Para ele, a comprovação de tal crime consistiu na ajuda prestada pela mesma ao “Partido Comunista, tanto no estabelecimento da luta de classes, como na propagação das ideias totalitárias desse mesmo Partido, cuja finalidade é a destruição dos princípios que nos norteiam”.  
[...] Além de rebater um por um os argumentos da Promotoria, enfatizando, sempre, a inexistência de prova documental contra a sua cliente, o advogado de defesa ainda fez uma discussão muito pertinente acerca da “inexistência do crime político”. Segundo ele, o sistema jurídico brasileiro de então, “desconhecia a afirmação dogmática de delito político”, seguindo a orientação do direito francês ou inglês, que “fixa o conceito legal do *political character* no seu ‘*Extradition Act*’ de 1870.” (SANTOS, 2016, p.116;122).

Após as argumentações da acusação e da defesa, a ré foi absolvida de todas as acusações, no entanto, como em todo processo judicial, houve oportunidade para apelação da Promotoria contra a decisão do Juízo de 1º grau. Ao cabo do procedimento apelativo foi mantida a sentença pelo Superior Tribunal Federal e a acusada pode retornar às suas atividades na Universidade até a aposentadoria compulsória, o que não a deteve no exercício da profissão, junto à população menos favorecida, como sempre fez dentro e fora dos movimentos sociais. A Dra. Naíde Teodósio ainda assumiu um importante compromisso, com o Arcebispo Emérito da Cidade do Recife, Dom Helder Câmara, em sua Campanha Contra a Fome e a Miséria. Em abril de 2005 veio a falecer, deixando relevante contribuição no âmbito acadêmico-científico. Pela trajetória como profissional, como mulher e como cidadã foi homenageada pelo Governo de Pernambuco através Secretaria da Mulher com um prêmio que leva seu nome.

O PNT - como passaremos a nos referir ao Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero - tem envolvido número importante de escolas e recebido significativo registro de inscrições, em especial a rede pública estadual, neste caso

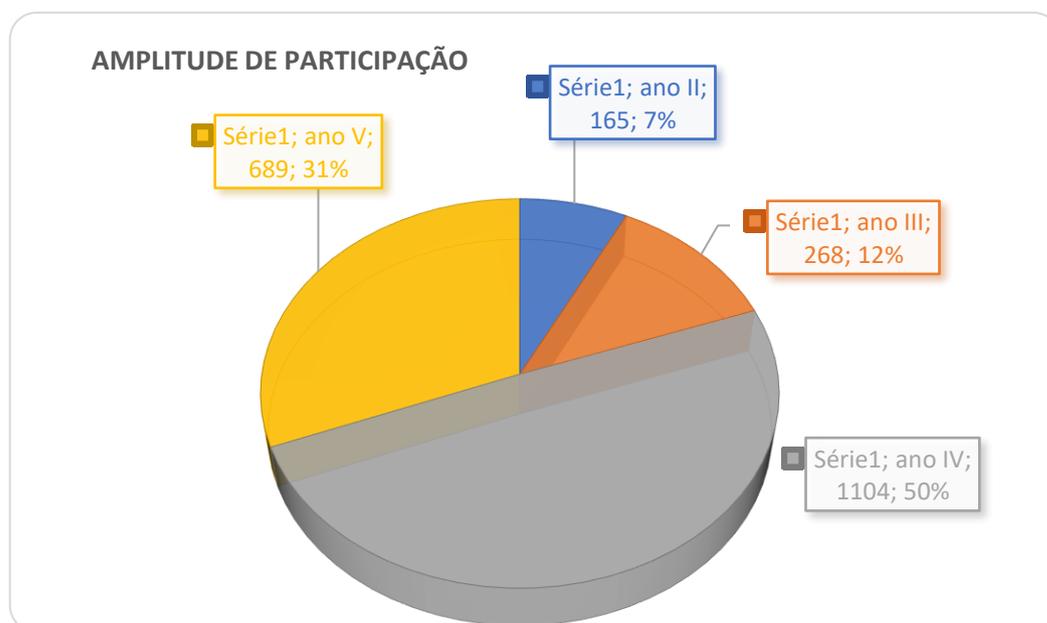
em particular na modalidade de redações ensino médio, como nos mostrou a tabela e o gráfico a seguir:

Tabela 1. Levantamento do número de inscrições, de redações analisadas e premiadas no Prêmio Naíde Teodósio entre 2008 e 2012.

Ano de publicação	Total de inscrições	Nº de redações	Redações premiadas
Ano II- 2008	165	90	10
Ano III- 2009/10	268	247	10
Ano IV- 2011	1104	748	09
Ano V- 2012	689	542	07

Fonte: Secretaria da Mulher de Pernambuco.

Gráfico 1. Número de participantes por edição do Prêmio Naíde Teodósio entre 2008-2012.



Fonte: Publicações dos trabalhos premiados 2008/2012 – Secretaria da Mulher de Pernambuco

A partir dessas referências foi possível afirmar que houve um crescimento significativo no quantitativo de inscrições com destaque para o Ano IV- 2011 que

revelou, entre os períodos observados, o melhor resultado depois de seguidos aumentos na submissão de inscrições. Outras mudanças puderam ser observadas no que se referia às temáticas, que ao longo dos anos passaram por mudanças significativas, com prevalência daquelas com enfoque sobre a violência doméstica e sexista, como revelou o quadro abaixo:

Quadro 1. Levantamento das temáticas ofertadas no prêmio Naíde Teodósio, 2008-2012

<b>Temáticas do Prêmio Naíde Teodósio</b>	<b>Ano II- 2008</b>	<b>Ano III- 2009/10</b>	<b>Ano IV- 2011</b>	<b>Ano V- 2012</b>
Violência doméstica e sexista				
Inserção das mulheres nos espaços de poder				
Mulher e meio ambiente				
Mulher e cultura				
Agricultoras familiares e reforma agrária				
Feminilização da AIDS e DST's				
A participação da mulher negra na formação da sociedade pernambucana				
A participação da mulher indígena na formação da sociedade pernambucana				
Patriarcado, educação e cultura				
Gênero e saúde				
Sexualidade e gravidez na adolescência				
Gênero e práticas esportivas em Pernambuco				
Gênero e ciência em Pernambuco				
O protagonismo da mulher idosa na sociedade pernambucana				
Gênero e Mídia				
Relações de gênero nas atividades da pesca artesanal				
Gênero e diversidade sexual				

Fonte: Publicações dos trabalhos premiados 2008/2012- Secretaria da Mulher de Pernambuco

Conforme indicou o levantamento acima, houve um acréscimo no número de temáticas a cada novo edital, com a permanência do olhar para o contexto social emergente, contribuindo para reflexão de gênero e lançando novos desafios aos participantes. Cabe destacar que seis proposições estiveram presentes em todas as edições, quais sejam: Violência doméstica e sexista; Inserção das mulheres nos espaços de poder; Mulher e meio ambiente; A participação da mulher negra na formação da sociedade pernambucana e A participação da mulher indígena na

formação da sociedade pernambucana. Apesar da diversidade de opções para a produção textual, revelaram os registros a preferência por “Violência doméstica e sexista” por parte dos inscritos. Ao ler os textos introdutórios de cada lançamento, notou-se certa predominância da participação de pessoas que se identificaram com o sexo feminino, bem como uma crescente presença de representações de todas as regiões do estado.

A cada edição foi elaborada uma publicação para distribuição na cerimônia da premiação entre os convidados, para encaminhamento às escolas da rede estadual de Pernambuco e uma versão eletrônica, que se encontra disponível no site da secretaria organizadora, exceto no ano de 2007 que não apresentou esse último formato. De igual modo, foi feita a publicidade entre os diversos órgãos públicos parceiros, de forma que a cada nova editoração, vários textos, diversas experiências e abordagens inusitadas vieram a público. Além do concurso de textos, o PNT favoreceu outra ação educativa, a criação de Núcleos de Estudos de Gênero nas escolas estaduais e nas Instituições de Ensino Superior (IES) com o objetivo de oportunizar a educadores e educandos momentos de discussão e de partilha de entendimentos sobre essas relações, dentro e fora dos espaços educacionais, bem como instigar a pesquisa sobre essa temática. Como explicitou a coordenadora do PNT de 2008, Rosário Silva, nas páginas iniciais referentes ao histórico do prêmio, na publicação daquele ano:

Nesse sentido, o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero surge de uma demanda muito específica: a necessidade de fomentar nos espaços formais de ensino uma reflexão crítica acerca das questões de gênero, mulheres e feminismos, porque acreditamos que o acesso ao conhecimento sobre essas temáticas deve ser ampliado. Assim, o Prêmio está centrado em dois objetivos complementares: a implementação da discussão de gênero nos espaços de ensino e a visibilização/publicação das pesquisas sobre a temática que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, Ano II, 2009, p. 16).

A parceria entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Educação trouxe aos educadores o convite à pesquisa, à produção e à vivência na sala de aula de questões sobre gênero e os seus desdobramentos revelaram a necessidade de elaboração de material sobre o assunto, preparo teórico e envolvimento da equipe gestora, da família e de diversos outros segmentos do poder público e de organizações não governamentais, que compõem a rede de proteção à mulher em caso de violência,

tudo isso para que se chegasse a diversas cidades do estado o debate sobre formas de enfrentamento e de resistência contra o feminicídio. Essas escolhas foram explicitadas noutro excerto da publicação anteriormente citada em que a coordenadora do PNT em 2008 afirma:

Entendemos que a educação é um instrumento fundamental na promoção de mudanças sociais. Por isso, realizamos uma série de andanças pelas várias regiões do Estado, visando à divulgação do Prêmio nas Gerências Regionais de Ensino da Secretaria Estadual de Educação, a partir da distribuição de cartazes e folderes nas escolas de ensino médio. Nessas andanças e no contato com professoras e professores percebemos o quanto o debate sobre gênero é recente no dia a dia da escola (PERNAMBUCO, Ano II, 2009).

A partir dessas parcerias alguns materiais de consulta com orientações sobre as questões de gênero, as conquistas das mulheres ao longo da história e os desafios do presente e do futuro, foram sendo elaborados e distribuídos nas escolas da rede estadual, IES's e demais espaços em que o debate estivesse sendo fomentado e a pesquisa desenvolvida, na perspectiva de enfrentar a violência por meio do conhecimento. Além das produções resultantes das diversas edições do PNT, foram organizados encontros para representantes das escolas que desenvolviam projetos ou que constituíram núcleos de estudos de gênero, a cada ano sendo acrescentados novos participantes e representantes dos órgãos envolvidos no prêmio.

Assim, nesta pesquisa, foram analisados os textos produzidos por estudantes do ensino médio vinculados à rede pública estadual que optaram pelo tema da violência doméstica nas edições compreendidas entre 2008 e 2012, embora a primeira edição tenha ocorrido em 2007, ela não foi adotada neste estudo por diferir dos parâmetros adotados para este estudo uma vez que naquele ano as redações selecionadas e relacionadas ao tema: violência doméstica e sexista, foram de autoria de estudantes da rede privada de ensino, enquanto que a presente abordagem será para produções oriundas da rede pública de ensino, posto que ainda que haja diferenças nas formas de gestão e docência entre as escolas públicas estaduais, há mais semelhanças entre elas que entre o ensino público e o privado.

Quanto à seleção do tema, conforme já registrado anteriormente, os números de mulheres mortas na área metropolitana era preocupante e exigia medidas urgentes para a redução na perda de vidas, por esse motivo a educação apresentou-se como uma alternativa para contribuir com o enfrentamento da violência doméstica, porque

além de atender mulheres de diferentes faixas etárias, seja como estudantes, professoras, parentes de alunos, etc. , elas vivenciaram naquele período, de forma direta ou indireta, situações em que seus direitos fundamentais eram negados, visto que a cada dia uma mulher era morta no estado, não havia como negar que a motivação para tal crime estava ligado ao sexismo, ao machismo e que os espaços escolares poderiam propiciar oportunidades para debate, conscientização e mudança por meio dos estudos de gêneros.

Eis por que foram examinados os dois textos, que optaram pelo mesmo tema: a violência doméstica e sexista, os depoimentos dos orientadores das estudantes vencedoras, cujas escolas encontram-se em cidades dentro da região metropolitana, que se assemelhavam quanto à densidade populacional, urbanização e economia no estado de Pernambuco. No que diz respeito às escolas, o cenário foi o seguinte: uma unidade de ensino estava na zona oeste da capital pernambucana e a outra na área limítrofe entre Recife e Jaboatão dos Guararapes, daí embora sejam da mesma rede de ensino, cabe esclarecer que apresentavam formas de atendimento à população diferentes, uma oferecia o ensino fundamental e o médio: Escola Marechal Eurico Gaspar Dutra; enquanto a outra estava vinculada ao regime semi-integral, cuja proposta tem carga horária e currículo ampliados e com turmas exclusivas de ensino médio: EREM Professor Trajano de Mendonça, apesar das distinções, ambas tiveram resultado exitoso no concurso de produção textual. Como o presente estudo não estava voltado para análise dos aspectos organizacionais das unidades de ensino e tampouco para os currículos adotados, tais aspectos não foram considerados como objeto desse trabalho.

Destacando que o objetivo mais amplo da presente investigação foi analisar o discurso dos estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram laureados no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, na categoria redação, cuja temática escolhida foi violência doméstica contra a mulher, ressaltou-se as motivações para a escolha do período compreendido entre 2008 a 2012, bem como a seleção de escolas localizadas na região metropolitana de Recife, para os pontos destacados uma mesma justificativa: o alto índice de feminicídio registrado durante aquele intervalo temporal e território. Nesse percurso, a leitura dos editais, das redações e a escuta e a transcrição das entrevistas foram mediadas pelo referencial teórico e metodológico da Análise de discurso e das teorias de gênero;

durante o estudo serão consideradas a relevância das memórias produzidas por alunas e docentes, a ideologia que perpassa a construção textual e o contexto em que foram desenvolvidas as produções, a dinâmica adotada pelos orientadores na unidade escolar também contribuirão para o estudo.

## **2 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

O presente capítulo destina-se à fundamentação teórico-metodológica apresentando as bases sobre as quais a investigação desenvolveu-se bem como, o tipo de pesquisa realizada e suas respectivas fontes. Assim, objetiva-se expor as abordagens que sustentaram o trabalho por meio do dimensionamento do campo, da escolha da Análise do Discurso como método de exame e do gênero como categoria teórica.

### **2.1 A Pesquisa Qualitativa**

Considerado o longo tempo de existência da investigação qualitativa em educação, o século XX apresentou novas questões sociais para ela, o que fez emergir outras formas de abordagem como a que, por exemplo, ressalta a dimensão do popular. Assim, a partir daquela época na Europa proliferaram trabalhos investigativos sobre homens e mulheres comuns e de tal registro foi possível vislumbrar uma linha que apontou para o desenvolvimento de pesquisas educacionais sob uma ótica qualitativa diferenciada, atribuindo à etnografia especificamente os trabalhos referentes à organização da vida escolar com forte influência da antropologia (WELLER; PFAFF, 2011).

No Brasil, foi na década de 70 do século XX, que ocorreu a maior propagação da metodologia em investigação qualitativa, transitando-a inicialmente entre os estudos etnográficos e a história oral, mais adiante passando pela pesquisa bibliográfica com foco nos processos de desenvolvimento da história de vida. Sobre essa mudança no campo metodológico Weller e Pfaff (2011, p.16) comentaram que: “Um terceiro tipo de abordagem qualitativa que foi adquirindo relevância nas pesquisas educacionais compreendendo os estudos que adotam as perspectivas interacionistas ou a análise do discurso como método”. Há outros aspectos

considerados, de cunho mais positivista, como a postura fidedigna do investigador face ao objetivo de estudo, despidendo-se de eventuais paixões, de ideologias ou crenças pessoais, seja durante o levantamento ou a análise dos dados, contudo, esses aspectos levantados foram comuns tanto às formas de investigação quantitativa, como qualitativa.

Tomando-se as relações sociais, a sua construção histórica, por conseguinte, os sujeitos que a produziram, tem-se uma dinâmica que muda numa velocidade descomunal e que exigiu mais que a tecnologia tão enaltecida no século XXI, porque pediu que o investigador fizesse um registro confiável e bem fundamentado, a fim de garantir a historicidade com sua complexidade e heterogeneidade. Essa historicidade está relacionada ao contexto em que se desenvolve o estudo e a enunciação e ela é fundamental para o analista de discurso posto que o “contexto imediato” e o “contexto sócio-histórico” são condições de produção do discurso, como bem assinala Orlandi (2015 p. 28-29).

Diante disso, a pesquisa qualitativa foi a classificação adotada para a presente investigação, à medida que nas ciências humanas ela carregava a própria designação em seu fundamento, ou seja, o ser humano a partir de seus relacionamentos de vida, trabalho, linguagem e produção, construindo e reconstruindo sua própria história e cultura. Nesse processo tem-se a humanidade, suas vinculações e sua linguagem como instrumento para compartilhamento das vivências e como afirmar Fazenda (2001, p. 50-51):

As Ciências Humanas não são, portanto, uma análise daquilo que o homem é na sua natureza, mas, antes, porém, uma análise que se estende daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando, trabalhando, envelhecendo, morrendo), para aquilo que habita este mesmo homem a conhecer (ou buscar conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho e das leis e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar.

Dito isto, faz-se importante colocar que nesse estudo procurou-se, numa perspectiva qualitativa, descrever a estrutura física dos espaços escolares a que as estudantes estavam vinculadas durante suas participações no Prêmio Naíde Teodósio (PNT) e neste aspecto destacou-se, entre outros pontos: a postura adotada pelos entrevistados na abordagem da temática da redação vinculada ao prêmio, assim como a organização/estruturação dos textos por eles elaborados.

Nesse sentido, ao organizar o percurso metodológico desta pesquisa, o ponto de partida foi o levantamento bibliográfico acerca da temática violência doméstica contra a mulher e sua relação com a educação, para fins de análise das redações escolares das estudantes da rede estadual de educação de Pernambuco, vencedoras do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero no período de 2008 a 2012, e para tal, foi eleita como metodologia a Análise do Discurso, e o gênero como categoria teórica de trabalho.

A seleção desse trajeto esteve vinculada à reflexão a respeito do alto índice de feminicídio ocorrido em Pernambuco, na primeira década do século XXI, neste aspecto, o valor de uma pesquisa varia de acordo com o interesse debruçado sobre ela, afinal há diversos motivos que estimulam o pesquisador em geral a buscar respostas para um determinado problema de pesquisa. Assim, no fazer ciência temos um caminho a percorrer que para Ivani Fazenda (2001) apresenta alguns pré-requisitos tais como: a existência de um problema; um procedimento a ser seguido e a confiabilidade das respostas obtidas, observadas ainda as condições e circunstâncias em que todo o trabalho é desenvolvido, tanto na coleta quanto na análise dos dados.

Dessa forma, cabe o esclarecimento sobre por que foi selecionado o período de quatro anos, a partir da segunda edição do PNT, de início em razão da segurança documental, uma vez que foi possível contar naquele momento com os editais e publicações na íntegra a partir do Ano II, que apenas foram disponibilizados, especialmente de 2008 em diante, seja nas plataformas virtuais da FACEPE e da Secretaria da Mulher de Pernambuco, seja, impressos com a divulgação das brochuras no evento de premiação, seguido da distribuição nas escolas de rede estadual de ensino.

Junto com as produções escritas das redações e editais da FACEPE, as entrevistas com os estudantes vencedores do PNT e seus educadores/orientadores foram instrumentos que enriqueceram a análise das redações. Em razão disso corroborou com o que escreveram André e Lüdke (1986, p. 34):

A grande vantagem da entrevista sobre as outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza complexa e de escolhas nitidamente

individuais. [...] E pode também, o que a torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação.

É no diálogo que se constitui a entrevista, em particular não estruturada, promovendo a espontaneidade e a interação entre pesquisador e informante, resguardados os cuidados que toda ação envolvendo pessoas com respeito a valores, crenças e ideologias merece. No caso, os entrevistados - reiteramos, ganhadores do PNT no período pesquisado e seus respectivos orientadores/educadores - com suas observações, foram considerados produtores de um outro texto, o que ajudou na compreensão da composição do cenário em que nasceram as redações, à medida que revelou as motivações, os marcadores temporais e a ambientação do lugar de suas escritas.

## 2.2 A Análise de Discurso

Apontar um evento ou uma data fundante para a Análise do Discurso é ignorar os estudos anteriores à sua constituição, as referências e as ausências nas diversas pesquisas que a antecederam e as demais disciplinas, além da Linguística, que a tomam como estudo. A sua existência não foi trivial, pois estudar integralmente os enunciados de uma sociedade é admirável e ousado, daí a sua relevância, embora até o termo que a define lhe preceda conforme Charaudeau e Maingueneau (2014, p.143) afirmaram:

O próprio termo “análise do discurso” vem de um artigo de Harris (1952), que a entendia como a extensão dos procedimentos distribucionais a unidades transfrásticas<sup>1</sup>. É preciso considerar o ambiente dos anos 60 para compreender as correntes que modelaram o atual campo da análise do discurso. Assinalem-se, em particular, a etnografia da comunicação (Gumperz e Hynes, 1964), a análise conversacional de inspiração etnometodológica<sup>2</sup> (Garfinkel, 1967), a Escola francesa; a isso se junta o desenvolvimento das correntes pragmáticas, as teorias da enunciação e a linguística textual. É necessário, também, dar um lugar para reflexões vindas de outros domínios, tais como a de Foucault (1996), que desloca a história das ideias para o estudo dos dispositivos enunciativos, ou a de Bakhtin, no

---

<sup>1</sup> “A extensão da linguística frástica aos encadeamentos mínimos de proposições, de frases (raramente mais de duas) ou à estrutura de períodos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 482).

<sup>2</sup> “Corrente da sociologia que originou a análise da conversação [...], é herdeira da fenomenologia social e do interacionismo simbólico, [...] com abordagem dinâmica da ordem social que atribui um lugar central ao ponto de vista dos atores observados em seu cotidiano... (*ibidem*, p. 224-225).

que diz respeito, em particular, aos gêneros de discurso e à dimensão dialógica da atividade discursiva.

Nota-se assim, que o percurso traçado até a década de 60 quando da formalização da disciplina Análise do Discurso (AD) carregava entre as muitas definições, certos aspectos que lhes eram indispensáveis, tais como a relação entre texto e contexto, a historicidade e os aspectos ideológicos. O trânsito entre a linguística, a sociologia, a história e a psicanálise foi favorável a certa instabilidade para alguns teóricos. Ainda que no seu berço, que foi a linguística, segundo Charaudeau e Maingueneau (2014), houvesse pontos de vista diferentes ao se debruçar sobre a AD como estudo do discurso, como estudo da conversação, ou como ponto de vista específico sobre o discurso.

Tal afirmativa foi corroborada por Sarfati (2010, p.106) quando disse que o caráter eminentemente móvel das fronteiras da análise do discurso ultrapassa o âmbito da linguística, embora sempre retorne a ela. Isso pede para seus praticantes “[...] uma razoável exigência de **transdisciplinaridade**. Por outro lado, para traduzir essa abertura necessária à apropriação de diferentes competências, convém também adaptá-las às condições da demanda” (*Idem*). Assinalou ainda o autor a tênue fronteira entre as disciplinas que se inserem em um processo de retroalimentação e que exigem dos pesquisadores o desenvolvimento de habilidades específicas de acordo com os contextos em que se inserem.

Assim, a AD organizou-se a partir de um tripé: a linguística, a história e a psicanálise, sem distinção entre forma e conteúdo, num entremear dessas disciplinas que a abraçam, sem excluir outras que pudessem contribuir seja no campo teórico ou analítico. Iniciando pela linguística, houve um convite à reflexão sobre conceitos já consolidados a respeito de língua e de linguagem, do enunciado e da enunciação, do esquema da comunicação, desvelando o alto grau de complexidade que envolve os falantes e seus objetos. Em seguida a história, encadeada na linguística, recebeu um sujeito inserido em um contexto, envolvendo-se com a memória e o já-dito, ampliando o universo de sentido, que não se desvencilha da ideologia. Enquanto isso na psicanálise, o sujeito descentrado, não tem controle do que o cerca, indefinível, pois se encontrou envolto pelo simbólico e pelo inconsciente e, por conseguinte, sua linguagem é embaçada. Numa apresentação, através de uma breve linha do tempo



Ao chegar à década de 60, ainda no século XX, os estudos sobre a escrita e o dito, para além dos aspectos linguísticos, articularam-se a outras ciências como a sociologia, a história, a filosofia entre outras e a “A polissemia de que se investe o termo “discurso” nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos, faz com que a AD se mova em um terreno mais ou menos fluído” (BRANDÃO, 2007, p. 16). Essa “fluidez” encaminhou para diversas reflexões acerca do que se entendia por “discurso” e suas nuances, tendo em vista os campos interdisciplinares.

Na França, entre os anos 60 e 70, teóricos franceses e de outras nações foram num movimento transdisciplinar que segundo Mazière (2007), buscou compor um “coletivo intelectual” para refletir e discutir a AD, o que desencadeou uma pesquisa fabulosa pela diversidade de contribuições e olhares, porém, mesmo após esse período de estudos, alguns pesquisadores prosseguiram percorrendo os caminhos compartilhados no passado:

Denise Malidier, artesã da primeira hora da corrente nanterense, apoiava a segunda corrente fundadora da AD quando da publicação de *Analyse automatique du discours* em 1969, tirada da tese de que Pêcheux defendera em 1968 (desde então conhecida como AAD 69). Pêcheux desempenhará um papel preponderante na reunião de um grupo de trabalho entre nanterenses e pesquisadores de outras universidades e do Centre National de la Recherche Scientifique [CNRS]. (...) Aqui, deve-se falar não da ação de um pesquisador - mesmo que essa ação tenha sido particularmente fecunda -, mas de uma fundação de um coletivo intelectual, para retomar o vocabulário da época, desenhado e estruturado na origem, em torno da revista École Normale Supérieure: *Cahiers pour l'analyse*. Um coletivo inquieto com as questões da ciência e de sua história, da ideologia, do sujeito (MAZIÈRE, 2007, p. 46).

A habilidade de Pêcheux em trabalhar fazendo convergir várias disciplinas, consolidou a AD que não ficou estagnada àquele momento, pois, ainda segundo Mazière (2007), esta metodologia “favorece “invenções”, isto é, formações discursivas do pré-construído, do inter e intradiscursivo, constelações de subjetivação da leitura, seguindo de deslocalização do sujeito, introdução dos parsers em AD etc.

Iniciador da Escola Francesa de Análise do Discurso, Michel Pêcheux deixou um legado inestimável no campo teórico por transitar entre o histórico, o social e o filosófico, convidando à reflexão crítica sobre o discurso e a ideologia que o envolveu e se dissipa na teia de significações que o tempo e o lugar revelam. Apresentando uma linguística que atuava além do seu campo científico, posto que convidava a

avançar as fronteiras externas e as internas da Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica, em um movimento espiralado de alternâncias, enquanto ciência, a AD nesse autor reeditou/ recompôs/ reorganizou/ ressurgiu, à medida que se relacionava com outras ciências:

Esse ressurgimento se manifesta na própria prática linguística, sob diferentes formas, que não cabe analisar em detalhe, mas das quais se pode dizer que se trata essencialmente ou de denegações da origem (“a Linguística atual não tem, graças a Deus, mais nada a temer das filosofias da linguagem idealistas ou não”), ou de repetições da origem (a Linguística atual encontra justamente o que falta na Lógica de Port-Royal ou no empirismo lógico, ou numa combinação de ambos”). (PÊCHEUX, 2014, p.78.).

Vê-se que havia um chamado da ciência da linguagem para fora de seu território, o que para esse estudo foi bem importante, uma vez que se pretendeu ir além da leitura dos textos dos estudantes e do levantamento semântico e sintático das palavras ali assentadas, subvertendo a fronteira do linguístico em direção ao social, ao histórico, ao ideológico e ao político. Em razão disso foi que Mussalim e Bentes trouxeram uma afirmação que esclareceu sobre o funcionamento e a produção de um discurso de acordo com a AD:

Para Pêcheux, é como se houvesse uma “máquina discursiva” um dispositivo capaz de determinar, sempre numa relação com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas formações sociais, conceito originário da obra de Althusser (1970) que designa, em um determinado momento histórico, um estado de relações - de alianças, antagonismo ou dominação - entre as classes sociais de uma comunidade (MUSSALIN; BENTES, 2006, p.105).

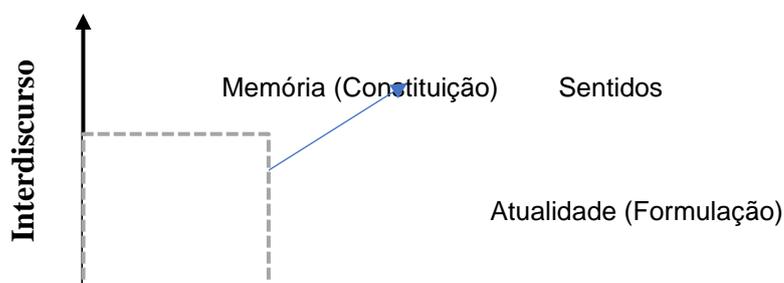
A relação do sujeito com a psicanálise, com a história e demais ciências sociais, foi marcante em toda a AD, bem como as suas repercussões para além do campo disciplinar. Em razão disso Orlandi (2015, p.17), revelou o emaranhado constitutivo do discurso, partindo da conjugação entre língua e história no processo de significação: “[...] é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, “linguístico-histórica”. Avançando em direção ao terceiro ponto do tripé ela destacou: “Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da

noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história.”

Desse modo, os sentidos dos enunciados vão sendo construídos à medida que são compartilhados, decodificados, tocados pelo que lhes é exterior, pelas condições de produção e pela memória. Como escreveu a Professora Eni Orlandi (2015, p. 29): “[...] as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. [...] em sentido amplo [...] incluem o contexto sócio histórico, ideológico.”. Dentro de sua própria ordem a linguagem vai se organizando de forma autônoma, mas não independente. Dentro desse entrelaçamento chega-se à memória, esta é considerada como interdiscurso, isto é, diz respeito ao que afeta o sujeito ao longo de sua vida em sociedade, por isso assinala a pesquisadora: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua.” (ORLANDI, 2015, p.30).

Nota-se que há uma conexão entre o já-dito e o que se diz no presente, contribuindo para a produção de sentidos e isso é perpassado pela ideologia e pelas experiências pessoais e coletivas de cada sujeito. Pode-se representar essa formulação por meio de um gráfico com duas retas cujo ponto de partida é o discurso, um eixo segue horizontalmente, que é o intradiscurso<sup>5</sup> e outro que segue na vertical, que é o interdiscurso<sup>6</sup> (vide gráfico 3); no espaço compreendido entre os dois, há uma outra área: “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2015, p.31).

Gráfico 3. Intradiscurso x Interdiscurso



<sup>5</sup> “[...] é aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas.” (ORLANDI, 2015, p.33).

<sup>6</sup> “[...] é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” (idem).

—————→  
**Intradiscurso**

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Em direção à constituição de sentidos faz-se necessário que o analista do discurso tenha atenção aos sentidos outros que atravessam os dizeres, ao equívoco, às experiências simbólicas, a presença e a ausência de certas informações, aos nomes de quem fala e às falas anônimas, à realidade e à memória, tudo relacionado e mediado pela ideologia. Assim abre-se a reflexão sobre os esquecimentos, que se apresentam em dois tipos: o número um e o número dois; segundo Pêcheux (1975), citado por Orlandi (2015, p. 33):

O esquecimento número dois que é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. [...] Este esquecimento produz em nós a impressão de realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras, que só pode ser assim. [...] É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos.

Conforme o excerto anterior, o esquecimento número dois opera no campo semiconsciente ou pouco planejado, pois ele vai se apresentando à medida que o discurso se manifesta, sendo, porém imprescindível para a organização do sentido e neste ponto em particular, ambos, seja o número um ou o dois, são estruturantes. Retomando as definições tem-se ainda segundo Pêcheux (1975), citado por Orlandi (2015, p. 33):

O outro esquecimento é o esquecimento número um, também chamado esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significaria, apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

Embora ao nascer já se encontre uma língua em funcionamento, isso não significa que ao usá-la não lhe sejam atribuídos outros sentidos, pois como seres sociais e diretamente afetados pela história, a cada nova emissão ou formulação, ainda que usando as mesmas palavras, essas significarão diferente a cada evento, pois os diversos sujeitos que nos atravessam, esquecem e retomam os dizeres. Um ponto relevante a ser destacado naquele momento foi a distinção entre Paráfrase e Polissemia, posto que a primeira foi referida na abordagem do “esquecimento número dois”, ao se mencionar as famílias parafrásticas, já a segunda estava relacionada, a princípio ao conjunto de sentidos que os vocábulos foram assumindo ou descartando no conjunto textual. A professora Eni P. Orlandi (2001, p 19-20), em seu livro *Discurso e Leitura* apresentou os dois processos que se articulam na produção do discurso assim:

Da observação da linguagem em seu contexto, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, que seriam fundamento da linguagem: o processo parafrástico e o processo polissêmico.

O *processo parafrástico* é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem).

O *processo polissêmico* é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem).

Há uma tensão entre os dois processos, entre o semelhante e o que se difere, um confronto entre o simbólico e o político, marcado pela ideologia (ORLANDI, 2015). Cabe então ao analista transitar nesses campos e reconhecer como o passado influencia o presente a partir dos dizeres do sujeito, em que ponto o interdiscurso e o intradiscurso se tocam e qual a área formada a partir dos sentidos atribuídos ao discurso (Gráfico 3).

Tome-se como exemplo o dito popular “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, assim, ao se deparar com tal frase, pode parecer estranho que em uma discussão o uso de um utensílio para solucionar o conflito, no entanto o sentido aqui adotado faz referência ao lugar em que a mulher ocupava na residência, ao espaço em que o cônjuge normalmente a encontraria, no lugar íntimo da casa: a cozinha. É também ali que devem permanecer as diferenças e as divergências entre o par, daí se há agressão contra ela, o assunto é do campo da privacidade, sendo inaceitável a intervenção de quaisquer pessoas, sejam da família ou das instituições, como a polícia ou setores da justiça.

O simbólico, traduzido na figura da colher, remete ao lugar do privado e o verbo meter, carrega em si o sentido de intromissão, uma vez que é usado com mais frequência na linguagem coloquial e ainda assim soa como inadequado, transmitindo a ideia de intervenção não autorizada. Quanto ao político, fica implícito que por tratar-se de uma situação que se desenvolve no interior de uma propriedade particular, às pessoas que não estão inseridas naquele grupo social, cabe o silenciamento, pois envolver-se seria invasão de privacidade.

Na virada do século XX para o XXI, com o avanço tecnológico e a mudança na legislação brasileira, o dito popular foi sofrendo alterações, principalmente em campanhas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher que têm circulado nas redes sociais. Desse modo a expressão tão comum no seio da sociedade foi sendo ressignificada à medida que as mulheres foram saindo da condição de subalternização doméstica e ganhando os espaços públicos.

Nasceram desse modo as paráfrases: “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?”, livro de Isabella Miranda (2015) com o subtítulo: uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. Ou ainda, uma campanha publicitária de uma rede de lojas que adotou o seguinte slogan: Magazine Luiza “mete a colher em briga de marido e mulher”. Em ambas as situações, o uso do texto original sofreu alterações referentes à gramática normativa, e em particular, na estrutura da língua, como será mostrado a seguir.

Por fim foi criado em Recife, a partir de 2017, uma *startup*<sup>7</sup> voltada para o social, vencedora de um prêmio promovido pela Associação Brasileira de *Startup* (ABS) por desenvolver um aplicativo para celulares e com perfil nas redes sociais “appmeteacolher”, que se identifica como um grupo de empreendedoras que forma uma rede para ajudar mulheres no combate à violência doméstica com o compromisso de interligar vítimas e não vítimas, umas apoiando as outras.

Assim, temos paráfrase nas duas ocorrências mencionadas, no primeiro exemplo, referente ao título do livro, a proposta é manter o texto original, mas alterando a ortografia de pontuação final, para um ponto de interrogação, cambiando do sentido afirmativo para o interrogativo, convidando quem lê a se questionar sobre

---

<sup>7</sup> São empresas iniciantes adaptadas ao formato digital que apesar de serem pequenas, apresentam uma proposta inovadora para produtos ou serviços, buscando investidores para o projeto que defendem até obterem autonomia financeira e se consolidarem no mercado. (BY ABSTARTUPS, 2017).

envolver-se ou não com a briga entre o marido e a mulher. Enquanto isso, a equipe que criou o aplicativo optou por uma redução parafrástica, quando apenas parte do texto, que de origem foi usado, se encarregando de conduzir o leitor aos sentidos iniciais, circulantes na sociedade.

Em ambos os casos novas significações foram criadas à medida que a leitura e a escrita aconteciam, produzindo interdiscursos que deslocaram sentidos consolidados nas instituições sociais. Desse modo, tanto no livro quanto no aplicativo para celulares foram criados e compartilhados novos cenários históricos e políticos e tal movimento denomina-se como processo polissêmico em que os dizeres dos outros interagem com os dos leitores e os sentidos transitam entre o novo e o antigo; são “efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade histórica” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Outro tópico importante se inscreve na denominada relação de forças. Essas são concernentes ao lugar social em que se posiciona o sujeito hierarquicamente, a seleção de seus vocábulos e a organização do que pretende dizer. Essas relações são permeadas por influências sociais, lugares e práticas anteriores ao enunciador, mas que o direcionam na sua produção discursiva. Assim é comum no ambiente escolar, que uma informação compartilhada pela equipe gestora tenha maior valor que uma dada pela equipe administrativa da secretaria escolar, por exemplo.

Isso ocorre porque o discurso é tocado pelo social e pelo histórico, ou seja, além das relações de força, pelas relações imaginárias e de sentido que formam as condições de sua produção. Tais condições de produção, em sua complexidade, são constituídas a partir do entrecruzamento entre a linguagem e a exterioridade, considerando a materialidade discursiva e seu processo histórico-social. “Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação.” (ORLANDI, 2001, p. 15). Não é um acontecimento particular a um indivíduo, mas um transcurso envolvendo os diversos grupos sociais por onde ele passa. Em razão disso, o lugar “[...] assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo de significações” (*Ibidem*, p.19).

E se acrescentar a esse processo as antecipações, tem-se um complexo fenomenal, como descreve Orlandi (2015), ao referir-se ao jogo de sentidos quando locutor e interlocutor produzem imagens um em relação ao outro e ambos, separadamente, acerca do objeto do discurso (relações imaginárias). Afinal as palavras têm seus sentidos alterados no decurso da história e das relações ao longo

do tempo e na extensão do lugar, pela individualidade do sujeito e em relação ao seu interlocutor.

E de onde vêm os sentidos? “[...] o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.” (ORLANDI, 2015, p. 20). São as relações de sentido e elas mudarão de acordo com as variantes: a posição de quem discursa e suas respectivas ideologias. Assim manifesta-se a formação discursiva e com ela testifica-se que as palavras não carregam em si seus próprios sentidos, mas são afetadas pela ideologia e materializadas na linguagem.

Tais formações revelam que variados elementos contribuem para o processo de significação das palavras, pois ainda que possuam a mesma ortografia, elas não significam igualmente. Retomando a palavra colher, tem-se uma multiplicidade de sentidos: para quem está se alimentando, é um talher; para o pedreiro, é um instrumento de trabalho para mexer a argamassa; mas para o agressor de mulheres refere-se ao ato de um terceiro se envolver na discussão entre ele e seu cônjuge.

A mudança de sentidos acontece de acordo com as condições de produção, mais especificamente, com a ideologia de quem expressa e também de quem interpreta. Para isso é preciso considerar que o texto não é necessariamente uma frase isolada, mas está envolto em uma gama de efeitos de sentidos vinculados à forma como a sociedade e as suas instituições se organizam, tecendo o simbólico e o real, mas também os processos de identificação dos sujeitos e de seus discursos.

Desde a concepção da AD francesa (sobretudo a AD 69) houve um vínculo entre a linguagem e a ideologia. Em razão disso Pêcheux e Fuchs teceram um comentário a partir de uma visão crítica acerca da produção científica e da organização acadêmica daquele período e pontuaram que o materialismo histórico, por eles defendidos, estava diretamente relacionado à superestrutura ideológica e esta, por sua vez, ao modo de produção, tomando as bases ideológicas como estruturantes, sem desprezar as econômicas. E sobre isso afirmaram:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou

fração de classe ligada a uma delas) (PÊCHEUX; FUCHS, 1975 apud GADET; HAK, 2014, p.162-163).

A partir do excerto anterior extraem-se afirmações contundentes sobre o sujeito, que segundo os autores, passa por um processo de “assujeitamento”, em que o que ele discursa não é original, particularmente seu, resultante de sua vontade própria, pelo contrário, decorre da ação de outrem, que em razão da posição hierárquica que ocupa na estrutura social, determina os papéis dos demais participantes, numa engrenagem de subordinação e controle a princípio observada a partir das relações econômicas, mas, que conforme Pêcheux e Fuchs, depois com a AD, extrapolam para realidades mais complexas como a ideológica.

A referência a Althusser com “os aparelhos ideológicos do Estado” também está ligada à citação anterior, em razão da influência que esse exerceu na pesquisa do também investigador Michel Pêcheux no que diz respeito ao conceito de ideologia ou de formação ideológica. Mais adiante, ainda sobre a relação entre o sujeito e o seu discurso os pesquisadores acrescentam: “[...] é impossível identificar ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das ideias e dos discursos), mas que se deve conceber o discursivo [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975 apud GADET; HAK, 2014, p.162-163).

Ainda sobre a relação entre ideologia e sujeito, Orlandi (2015) evidenciou pontos que merecem destaque como o trabalho daquela em produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Segue a pesquisadora discutindo sobre o assunto quando afirma que a ideologia constitui sujeito e sentidos, sendo aquele questionado pela ideologia na organização do dizer (ORLANDI, 2015).

Nesse processo em que a ideologia conecta a linguagem e o mundo, ainda que de forma simbólica, o sentido constituído pelo sujeito está afetado pela língua e pela história. Essa relação vai sendo estabelecida de modo contínuo, bem como a interpretação que mediada pelo contexto e apoiada pela memória e esquecimentos, vai compondo o conjunto de significações, de representações, de indícios e de imagens que ora expressam ora ocultam significações. Outra perspectiva sobre o assunto merece destaque, a observação presente no Dicionário de Análise do Discurso de Charraudeau e Maingueneau (2014, p. 267):

A ideologia foi objeto de numerosas definições, por parte de autores tão diferentes como Marx e Engels, Aron, Althusser, Arendt, Boudon, Balibar etc. Apesar das diferenças notórias, há um consenso, nos anos 60 e 70 em definir a ideologia como “um sistema global de interpretação do mundo social” (Aron, 1968:375) dotado de “uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade determinada. Sem entrar no problema das relações de uma ciência com seu passado (ideológico), digamos que a ideologia como sistema de representações se distingue da ciência pelo fato de que nela a função prático-social predomina sobre a função teórica (ou desconhecimento).

Assim, o conceito de ideologia atravessou teorias e percepções, porém será com Pêcheux e a AD que ele se expandirá durante o século XX, envolvido numa perspectiva interdisciplinar. E é em razão disto que a AD foi compatível com nosso estudo, ou seja, por ser ele de certa forma também interdisciplinar e por tomar por base a relevância do lugar de quem produz o discurso, as suas condições de produção, os sentidos projetados e as relações com o mundo e a ideologia que nas redações do PNT foram analisadas, tendo como foco as relações de gênero e a violência que as atravessa.

Desse modo, foi nessa perspectiva de captura do dito e também do não dito, das significações e dos sentidos constituídos ou não, considerando o contexto sócio-histórico em que as escolas e o próprio estado se encontravam no momento da produção escrita, que foram entrevistadas duas estudantes ganhadoras do PNT e seus respectivos educadores, no caso foram os dois professores de Língua Portuguesa, totalizando quatro pessoas entrevistadas. Lembrando que o critério para a escolha dos dois textos deu-se em razão de terem sido selecionados na categoria ‘redação do ensino médio’, nos anos de 2008 e 2011, respectivamente, envolvendo a temática da violência contra a mulher.

Nessa reflexão sobre o discurso, a partir de Pêcheux (2014), é imprescindível trazer alguns referentes que percorreram o exame das redações, editais e entrevistas, pois que estes carregam sinais e símbolos, tanto no caráter pessoal quanto no coletivo, haja vista que na AD o sujeito do discurso tende a esquecer a interpelação:

[...] sob a evidência de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo da interpelação, indicação que produz o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que..., isto é, X, o qüidam” que se achará aí; e isso sob diversas formas, impostas pelas relações sociais jurídicos-ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p.145).

Além da posição que chama de “forma-sujeito do discurso” tem-se o sujeito jurídico, que migra da singularidade de si para a universalidade da norma, bem como o ideológico, que a partir das relações sociais, envolve-se em novas formas de assujeitamento e cujo personagem em que investe - o adequado à “norma identificadora”, como nomeia Pêcheux (2014) - vai configurando a sua identidade:

Desse modo, é a ideologia que através do “hábito” e do uso, está designando ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser e isso às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc. (PECHEUX, 2014, p. 146).

Assim na AD busca-se a significação, entendendo a linguagem como mediadora entre os seres humanos e a realidade em que vivem suas histórias, isso materializado através das interpelações ideológicas. A história por sua vez, se inscreve e reinscreve no tempo através dos discursos. Eis porque foram relevantes os registros contidos nas produções estudantis analisadas nesta pesquisa, pois neles buscou-se como o simbólico e o político se inter-relacionaram por meio do reflexo do tempo, do lugar e da linguagem que ora é opaca, ora transparente, mas que se reinventa e ressignifica a cada nova interação com o leitor.

Esse movimento, que operou no campo da memória e foi se conformando em formações ideológicas e discursivas, sinalizou para nós as posições ocupadas pelos estudantes antes, na escrita das redações, e depois nas entrevistas, exibindo impressões que foram examinadas por meio de processos de paráfrase e de polissemia, como veremos adiante, no terceiro capítulo.

### **2.3 O Gênero enquanto Categoria Teórica**

Antes do universo da gramática normativa existir, com suas palavras organizadas em classes e seus nomes variando com flexões que lhes são próprias, a humanidade já estava envolta em questões de gênero, por exemplo: episódios corriqueiros sobre a escolha de um brinquedo, de itens para decoração de um quarto infantil ou até mesmo da organização de um enxoval para bebês; tais situações

produziram e reproduziram elementos utilizados como indicadores de masculinidade e/ou de feminilidade sociais.

Mais que uma desinência nominal indicadora do gênero feminino, o “a”, ganhou *status* de componente norteador de comportamentos, posição social e política, ao mesmo tempo em que restringiu direitos e serviu como justificativa para a exclusão, subalternização e prática da violência; isso porque o ser mulher tornou-se um desafio que extrapola a capacidade intelectual de qualquer ordem natural ou não. Desse modo, seja no lar ou no trabalho, ainda que detentora dos mesmos atributos exigidos para a ocupação de um cargo, todo o conhecimento e toda a habilidade de uma mulher esbarra no fato dela não ser homem, porque ao conseguir o almejado emprego sofre com a diferença salarial e o assédio moral que lhe acompanha. Isso é uma questão de gênero.

Problemática contemporânea? Certamente que não, conforme afirmou Scott (1995, p.76), as feministas americanas usaram o termo ‘gênero’ de forma pioneira, na segunda metade do século XX, porém o fizeram ainda sob a ótica da distinção da sexualidade, isto é, inclinadas na busca por definições apropriadas para as relações sociais advindas das diferenças entre homens e mulheres. Contribuindo para a reflexão sobre o tema a professora Joana Maria Pedro (2005), que considerou a baixa produtividade acadêmica tomando o gênero como categoria de análise; convida o leitor a pensar sobre o sentido em que o termo tem sido empregado, tomando como exemplo a gramática da língua portuguesa, especificamente a flexão dos nomes,

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

Percebeu-se pela exposição que a língua tem sido constitutiva de direito e instrumento de luta, trazendo para os discursos as marcas ideológicas, a partir da ação da história e da política, como visto na seção anterior sobre Análise de Discurso. Aqui o vocábulo ganhou substância e passou a encabeçar o vocabulário de início

particular, mas atualmente aberto para o bem e para o mal do movimento feminista, posto que os opositores ao feminismo anexaram à palavra “gênero” uma série de outros sentidos e valores, em geral confundindo boa parte da sociedade, produzindo textos de conteúdo duvidoso e forte traço apelativo. Em razão disso, a mesma pesquisadora acrescentou informações sobre a ideia circulante nas discussões internas do movimento feminista:

O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos - como o de votar e ser eleita -, nos direitos sociais e econômicos - como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado - entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres (PEDRO, 2005, p.79).

Outros dois momentos seguiram a essas duas ondas feministas, porém vale ressaltar que na segunda onda, o forte caráter político com publicações como “A mística feminina” e “O segundo sexo” de Betty Friedan e Simone Beauvoir, respectivamente, ganharam força. Naquele momento o modelo masculino representava para toda a sociedade, o parâmetro e cunho normativo; era desafiante para as mulheres que desejavam sair do lugar comum a elas designados, de filha, esposa e mãe enfrentar tal obstáculo, e muitas e importantes contribuições na luta por igualdade entre homens e mulheres foram vivenciadas durante essa onda com pesquisadoras, em particular historiadoras, lutando até o presente pelos direitos conquistados naquela fase, como Michelle Perrot, Joan Scott, Margareth Rago, Mary Del Priore e a própria Joana Maria Pedro.

Já na terceira onda feminista, o foco centralizou-se na distinção entre sexo e gênero com o lançamento da tradução do texto de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” que traz à tona as relações de poder estabelecidas em razão do ser homem e/ou ser mulher (PEDRO, 2005). Foi nesse texto que a pesquisadora norte-americana apresentou a trajetória da discussão sobre ‘gênero’ desenvolvida por historiadoras feministas e embora ela tenha feito vários percursos distintos a caminho da construção de uma teoria, destacou apenas três posicionamentos

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês

e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p.77).

Como objeto de pesquisa, os estudos de gênero buscaram naquele momento uma aproximação às Ciências Sociais e uma saída da relação direta com a ideia de 'mulheres', revestindo-se de certa neutralidade, afastando-se da reflexão sobre os lugares de poder por conta de uma excessiva roupagem acadêmica, porém tais estudos extrapolavam a compreensão de estudar a particularidade ou o papel desempenhado pelo masculino e feminino na sociedade, voltando-se apenas para a análise das interações entre eles e não para os aspectos da sexualidade.

Ao examinar as linhas de investigação, Scott (1995, p.78) fez algumas observações importantes sobre o patriarcado, trouxe referências às desigualdades baseadas no desejo de controle do homem sobre a mulher, além das distinções sexuais que reforçariam a desigualdade e promoveriam a sujeição feminina; sua crítica recaiu sobre a fragilidade do argumento fundamentado exclusivamente no aspecto biológico, físico, distante da historicidade e das variantes sociais. Seguiu a pesquisadora discorrendo sobre a teoria marxista, cujo vínculo estreito com a história para ela foi um ponto positivo, no entanto, esclareceu que uma tênue linha que conecta a temática de gênero ao materialismo, se restringia somente às relações de trabalho, negligenciando as diferenças sexuais (SCOTT, 1995, p.79-80). Os demais níveis e tipos de vínculos passavam, então, despercebidos pelos marxistas.

A pesquisadora deslocou-se para a terceira diretriz que embora se voltasse para a psicanálise, subdividiu-se em duas escolas: a anglo-americana e a francesa. Ambas, segundo ela, desenvolveram suas pesquisas a partir da ideia de identidade do sujeito, até chegar à identidade de gênero. Em comum, ambas exibiam como referencial temporal a infância com um grupo que via a identificação ocorrendo por meio da linguagem em seu processo de significação das palavras e com o outro ocorria por meio do mimetismo no qual as crianças reproduzirão as atitudes dos adultos com quem conviveram, o que constituirá a identificação de gênero (SCOTT, 1995, p.81).

A respeito dessa última hipótese investigativa, a autora considerou que as crianças aprenderam em outros espaços além do ambiente celular da família, afinal elas transitaram em variados cenários e com estruturas sociais também diversificadas;

em cada um daqueles elas adicionaram novas aprendizagens. Quanto ao conjunto dessa linha, comentou o seguinte a respeito do pensamento laciano:

A linguagem é o centro da teoria laciana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade de gênero. (...) Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a impressão da terminologia, a relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão. Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher” sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes e sim construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal eu acho instrutiva (SCOTT, 1995, p. 82).

Embora considerasse essa vertente “instrutiva”, afirmou em seguida o desconforto na ênfase atribuída ao individualismo, bem como a ausência da historicidade, ou seja, da flexibilidade necessária à observação das variantes temporais e a recorrente referência ao falo como significante, o que fez persistir o antagonismo entre o feminino e o masculino.

A partir das críticas e elaborações desenvolvidas por Scott buscou-se nesse trabalho, apropriar-se de um complexo de elementos essenciais à compreensão do que se entendia por ‘gênero’ e como em processos de formação de palavras em língua portuguesa, nos quais pela derivação ocorre o acréscimo de afixos gerando novos vocábulos, já numa composição, seja por justaposição ou por aglutinação, o processo linguístico exigirá tomar dois termos originais que necessitam abrir mão de alguns elementos da sua estrutura, mantendo essencialmente os seus radicais, e ao unirem-se a outro, colocando-se exatamente lado a lado, surgirá uma nova expressão, que carregará um pouco de cada uma das contribuições anteriores e apesar disso será nova.

No Brasil, apenas, no final dos anos 80 e início dos anos 90 a contribuição de Scott chegou como contraponto ao determinismo biológico, assim, a partir dela pesquisadoras salientaram a relevância das relações de gênero “[...] para

constituições das subjetividades, políticas públicas e relações com a história” (PEDRO, 2005). Após os anos 90, a atenção se voltou para a filósofa Judith Butler e sua reflexão sobre a colonização do gênero pelo sexo do ponto de vista biológico, veiculada em seu livro “Problemas de gênero”. Nesse texto, a autora questionou o real sentido do ser mulher e qual o interesse e o objetivo dos movimentos feministas ao buscarem representatividade política dentro de um sistema cujos parâmetros foram constituídos a partir da exclusão das mulheres e não de sua inserção. Observou ainda que o composto jurídico e a linguagem política adotada pelo feminismo não contribuíram para a emancipação, pelo contrário, reforçaram os modelos de dominação e de controle masculino

[...] Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2017, p. 20).

Partindo dessa premissa a autora levantou a discussão sobre que “sujeito” e que “representação” a mulher queria para a política e para a vida em sociedade; como esse lugar de representação a ser ocupado contribui para a mudança nas condições de trabalho, no acesso aos direitos fundamentais como cidadã e no cotidiano de todas as mulheres e não apenas de um determinado grupo. Mais adiante, nesta mesma obra, ela passou a discorrer sobre a identidade e o sujeito feminista, cuja estabilidade foi questionada junto com o binarismo masculino/feminino. Desenvolveu assim reflexão sobre como se consolidou o significado do termo gênero e sobre a falência ou não da influência dos elementos culturais sobre ele por meio da conexão direta com o termo sexo. Em razão disso declarou que “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2017, p. 27).

Com tal afirmação seguiu apresentando um conjunto de palavras que se aproximaram de um mesmo campo semântico: gênero/sexo/corpo; um território em que os sentidos transitaram entre o antropológico, o biológico, o sociológico, o histórico, o filosófico, todos mediados pela linguagem, pelo discurso e este atravessado pelo político. Neste trajeto, ela criticou teóricas como a francesa Simone de Beauvoir e a belga Luce Irigaray, cujos pontos de vista sobre corpo e liberdade

colidiam, em sua opinião, num movimento de aproximação e distanciamento que só reforçaram a não emancipação das mulheres.

Por fim, como a filósofa definiu gênero em sua extensão teórica? No corpo do texto, a apresentação foi desenvolvida a partir de conceitos já consolidados pelos movimentos feministas, pela sociedade e sendo esse o ponto de partida para a discussão, foram acrescentados outros que ora o equilibravam, ora o desequilibravam, porém sua estabilidade foi claramente questionada, pois esse termo para ela:

[...] é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo definidor (BUTLER, 2017, p. 42).

Por conseguinte Butler convidou ao debate sobre a fixidez conceitual e de espaços para aprendizagens sobre a alteridade, levando para o campo da linguística a análise política sobre o gênero ao discorrer acerca da sintaxe da concordância nominal, que por intermédio da língua - mais especificamente como ocorre na Gramática Normativa de língua portuguesa, usada como instrumento de regulamentação por meio de seus elementos acessórios como adjetivos, artigos e numerais - funcionava como determinante do nome, elevando o substantivo, como núcleo do sintagma nominal, à função de gerenciar a base de significação.

Numa quebra desse paradigma, sua proposta foi que os atributos, não necessariamente, estariam em concordância com a substância, de modo que haveria um descolamento e uma flexibilização desses elementos trazendo a fluidez necessária à constituição do gênero, desvencilhando-os do sexo biológico. Percebeu-se assim que para tal autora, os movimentos feministas estariam em constante processo de construção, desconstrução, reconstrução etc., ampliando a tenda para novas e antigas propostas, afinal apesar de tantos avanços ainda havia um longo percurso adiante para toda a sociedade percorrer, sobretudo na área da educação.

Sobre isso, saliente-se que investigar a educação envolvendo questões de gênero e violência não se configurou uma proposta inédita, como exemplo, podem ser citados os trabalhos de Grossi, Losso e Minella (2006) "Gênero e Violência: pesquisas brasileiras (1975-2005)" em que um levantamento acerca do panorama nacional do

final do século XX foi feito, revelando uma diversidade de produções acadêmicas envolvendo inúmeros programas de pós graduação e diferenciadas disciplinas, expondo que a temática alcançava desde a vítima, até o mais distante indivíduo da sociedade. Os dados trazidos pelas pesquisadoras evidenciaram que a violência doméstica, como objeto de estudo no período analisado, estando diretamente ligada à questão de gênero

Por exemplo, no tema mais explorado pelas pesquisas, o da violência afetivo/conjugal que concentra a maior parte da produção, não encontramos pesquisas sobre violências no âmbito dos casais homossexuais como se esta temática fosse restrita a casais heterossexuais. [...] Confirmamos também, que os crimes passionais, tema que inspirou as primeiras manifestações feministas no país, não receberam tanta atenção no decorrer deste período, a exemplo de outras violências sofridas pelas mulheres. [...] Vale ressaltar o fato de que é nos cursos de História, seguidos pelos de Direito, mas precisamente na habilitação em Criminologia, que encontramos um número importante de trabalhos sobre os “crimes de honra”. (GROSSI; LOSSO; MINELLA, 2006, p.24).

Apesar do inestimável valor sociológico e antropológico, as pesquisas de gênero contribuíram para toda a sociedade, em particular para a educação em razão da ressonância sobre a mulher e a sua prole. Além disso, inserir no currículo ou na dinâmica escolar a reflexão sobre tal tema pode funcionar como profilaxia social, cujo fim seria prevenir o aumento de relações afetivo/conjugais com práticas de violência em razão do gênero, uma vez que sendo oportunizado o debate e a orientação a crianças, adolescentes e jovens acerca da ética e do convívio pacífico entre os indivíduos, seja possível minimizar os danos provocados e evitar futuros relacionamentos abusivos de subalternização e depreciação entre os pares.

Tomando como referência o movimento feminista brasileiro, Maria Amélia Teles, entre outras feministas, apresentou os passos iniciais em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres, afirmando que

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. [...] Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. [...] No decorrer do tempo manifestou-se de formas variadas, todas elas dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres (TELES, 1993, p.10).

Novamente percebeu-se a relação entre a estrutura social, a formação histórica e cultural de cada sociedade, refletindo sobre o modo dos homens se relacionarem com as mulheres e em que condições foram oportunizadas a elas tomarem as próprias decisões sobre sua educação, seu trabalho, seu sustento, sua prole, sua família, sua vida. Ao ser normatizado, ainda que tacitamente, o controle e a propriedade do homem em relação à mulher, na verdade reforçou-se a ideia de superioridade de um sobre o outro, fortalecendo o sentimento de posse e o sentimento de propriedade dele sobre ela, foram essas as etapas que caracterizaram o processo de objetificação que se consolidou e opera até os dias atuais.

Em meio a avanços e retrocessos, chegou-se ao século XXI no Brasil com índices alarmantes de violência doméstica contra o gênero feminino, isso apesar dos dispositivos legais em vigor como a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha e alguns outros instrumentos que visam coibir tal prática criminosa e punir os agressores. Em conexão com medidas de caráter institucional, nas esferas públicas, foi possível considerar que houve um aprofundamento no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, no entanto os números não confirmaram que tal rede institucional tenha coibido as agressões. Diante disso, no presente contexto, tornou-se imprescindível a incorporação das contribuições de algumas ciências como a história, a filosofia, a linguística, a sociologia, a psicanálise, a política e tantas quantas forem necessárias para minimizar esse problema.

E qual o papel da escola nesse cenário, escola que desde seu surgimento foi marcada pela exclusão das mulheres, entre outras formas de classificação como a de adultos e crianças, católicos e protestantes, ricos e pobres etc.? Sem dúvida, que ela já chegou ao Brasil replicando o modelo da sociedade em que foi inserida (LOURO, 2014). No que diz respeito às relações de gênero, em especial a discussão acerca da violência doméstica, embora haja recomendações para que o tema seja discutido nos espaços escolares, há entraves de ordem estrutural em torno dos currículos e da formação de professores e embora esse não tenha sido o propósito desta investigação, há de se concordar com Louro (2014, p. 88) quando afirmou que cabia à educação, a responsabilidade de promover tais ações junto ao corpo docente e ao discente, pois:

A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos das disciplinas escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos

de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos.

Desse modo, a responsabilização de educadores, autoridades, instituições públicas e privadas voltadas para a educação transbordou para todos os lados e ainda que um ou outro professor tenha desenvolvido algum projeto com grupos estudantis, isso não foi suficiente, uma vez que as consequências de relacionamentos abusivos não alcançaram apenas os indivíduos do círculo mais próximo à vítima, mas toda a sociedade. Daí a relevância da permanência e do avanço em pesquisas sobre ações cujo objetivo alcancem não uma unidade escolar, mas um espaço territorial mais abrangente, em que seja urgente a tomada de decisões para o presente, mas também para mais adiante, como foi o objeto desta investigação.

Neste aspecto, ao se analisar as redações vencedoras do PNT elaboradas por estudantes secundaristas da rede pública estadual de ensino de PE e as entrevistas dos estudantes e dos docentes/orientadores *a posteriori*, buscou-se em seus discursos entender como eles definiam gênero e violência doméstica. Decerto que cada um ao escrever e ser entrevistado trouxe sua experiência e suas concepções particulares, expectativas, dúvidas, frustrações sobre essas questões, especificamente aquelas referentes à violência, contudo, nesse itinerário as palavras evocadas e as silenciadas serviram de componentes de investigação na análise do dualismo masculino x feminino, tomado como fundamentado nas interações em sociedade

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1995, p.86).

Essa assertiva de Scott extrapolou a barreira da história, ampliando-a para o horizonte do sujeito da psicanálise na qual a distinção entre os sexos não impedia o diálogo, embora muitas vezes se silencie uma das partes em razão de uma força que é mais político-ideológica que efetivamente física. Assim, a incessante luta pelo poder acirrou as diferenças entre os sexos, promovendo a reflexão a partir de quatro

elementos: os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos, a noção de político e a identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 86).

Em direção a outros cenários, perspectivas novas sobre gênero foram desenvolvidas como a da pesquisadora Guacira Lopes Louro que em seu texto “Gênero, História e Educação: construção e desconstrução” (1995), sublinha a necessidade de análise deste conceito em relação às práticas educativas e seu papel na história da educação (LOURO, 1995, p.102). Tomando a mulher como sujeito/objeto, ela se dispôs a percorrer os estudos de gênero nem sempre tendo a aquiescência dos companheiros de seu campo de atuação, porém, investigar um segmento social historicamente posto à margem, tanto no espaço público quanto no privado, não foi de surpreender os limites provocados pela dominação centrada no masculino.

Diante do exposto, elaborar um conceito sobre gênero foi um grande desafio que exigiu disposição para se pensar além dos aspectos biofísicos dos seres humanos, como também encarar o tempo e o espaço como mediadores das relações sociais, afinal esta é uma categoria envolvida com e nas instituições sociais, sendo perpassada por questões ideológicas que produzem conceitos sobre e dos sujeitos. Como afirma Louro (1995, p. 103), “O conceito surge então como uma ferramenta teórica que parece ser potencialmente fértil para os estudos das ciências sociais em geral, e, então, para os estudos da História e da História da Educação”.

Por essa razão, envolver estudantes e docentes em ações, projetos ou programas que propiciassem a reflexão sobre como a sociedade recepcionou e reagiu à barbárie por que passaram vítimas de feminicídio, inicia-se nos espaços de compartilhamento e construção de saberes, a exemplo da escola, e se expande para onde quer que os pés alcancem, porque como uma semente disseminada ao vento chega aos lugares mais distantes, o conhecimento compartilhado difunde-se no tempo e no espaço.

Resgatando a história no início do século XX, a luta por visibilidade e acesso aos direitos exclusivamente masculinos tenha levou as mulheres a um novo patamar e ao voto, porém, o sufrágio só passou a ser reconhecido posteriormente pois, a primeira onda do feminismo não foi suficiente para que numa sociedade essencialmente patriarcal, se repensasse a estrutura organizacional e os papéis dos indivíduos, dentro e fora da família (LOURO, 2014, p. 19).

Em direção a outras conquistas, desta feita, que não se restringissem às questões sociais e políticas, as intelectuais buscaram elaborar uma teoria de gênero que foi disseminando no mundo acadêmico a paixão por uma nova estratégia de luta, isto é, o fazer intelectual (LOURO, 2014, p. 20); foi a segunda onda feminista avançando. Discutia-se assim, a ocultação da mulher nos e dos espaços públicos e isso dizia respeito à negativa do acesso à educação, ao conhecimento, à ciência, o que fez com que esse movimento repercutisse até os dias atuais, pois facilmente ouve-se nos corredores ou nas reuniões docentes que o número de meninos que são bons em matemática e física supera o de garotas, em razão de suas habilidades naturais, numa explícita manifestação sexista, comum nas escolas de educação básica, explicitando a falta de equidade no acesso a certas áreas do conhecimento, outrora de total domínio masculino .

Como apresentado de forma objetiva por Louro (2014, p. 28) contemporaneamente a “[...] pretensão é, então, entender gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos”. Com isso foi possível o abandono da questão biológica, entendendo que “A ideia é perceber gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc.” (*ibidem*, p.29). Com essa nova onda surgiram novos confrontos e possibilidades de se entrelaçar as questões de gênero com as de educação.

Resguardados os acertos e equívocos dos primeiros estudos, foi preciso considerar que a ampliação do espaço para reflexão e discussão propiciada por aquele momento tinha sido importante para o desenvolvimento de diversas iniciativas que emergem em forma de publicações, grupos de estudos, conferências, entre outras. Buscava-se, porém, mais que visibilidade, almejava-se pensar e repensar os valores sociais, históricos e ideológicos, as concepções sobre o ser homem e ser mulher, os aspectos relacionais. Enfim, foi preciso discutir gênero e nesse momento é necessário ir além, reconhecendo o ponto em que a violência de gênero e a educação se encontram, no momento em que as retas se tocam e formam um ângulo cuja área constitui-se em espaço para desconstrução de um modelo excludente, machista, racista, abrindo a oportunidade para que o enfrentamento às diversas formas de violência contra a mulher saia do espaço doméstico para o público, convidando à reflexão e à mudança por meio do conhecimento e do exercício da alteridade.

### 3 O PERCURSO ANALÍTICO: o *corpus* discursivo e suas sinalizações

O presente capítulo expõe o processo de interpretação das redações de estudantes do ensino médio premiados no Prêmio Naíde Teodósio (PNT), procedimento este carregado de sentidos e de ideologias representativas do inacabado, ou seja, da incompletude que “[...] é característica de todo processo de significação (ORLANDI, 2008, p.19). Essa “incompletude”, além de valiosa e profícua, revela a produção textual no que tange à autoria e à força que o dizer emanou naquele contexto social e histórico, mas destaca principalmente, o tecer político em que os discursos foram desenvolvidos.

Na delimitação do *corpus* foi necessário fazer um recorte, uma vez que o Prêmio já apresentava aproximadamente dez edições. Em razão disso, foram observados como critérios de seleção: a escolha pela mesma temática, a rede de ensino e a área geográfica em que se encontravam essas escolas com jovens premiados, isso feito no intervalo temporal em que os indicadores de violência contra a mulher apresentaram um aumento, conforme já apresentado no capítulo I desta dissertação. Dessa maneira, foi possível constituir material suficiente e adequado ao propósito desta investigação.

Em seguida, foi produzida uma análise discursiva não só das redações dos estudantes que tiveram como rede escolhida, pela abrangência, a estadual de Pernambuco, mas também: das entrevistas feitas com professores orientadores dos vencedores e também dos editais correspondentes às edições referentes aos textos destacados. Ou seja: a linha temporal do *corpus* analítico compreendeu os anos de 2008 a 2012, conforme já foi registrado na introdução deste trabalho; o tema selecionado foi o da violência doméstica contra a mulher e a delimitação territorial envolveu escolas estaduais da área metropolitana<sup>8</sup> de Pernambuco.

---

<sup>8</sup> “[...] composta por 15 municípios, Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata”. (PERNAMBUCO, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, 2016).

Embora boa parte das produções acadêmicas optem pelo anonimato de entrevistados e demais textos durante a análise, neste trabalho não foi possível manter estudantes e professores sem identificação, posto que as redações foram publicadas, conforme os respectivos editais (Anexos A e B). No que concerne às publicações, aconteceram a cada edição pela organização do PNT: uma editoração em brochura impressa e também digital; a última disponível na página da Secretaria da Mulher de Pernambuco como parte do seu acervo, como pode ser lido no quadro a seguir:

Quadro 2. Levantamento do material para análise

Ano / edição	2008 – Ano II	Identificação	2011 – Ano IV	Identificação
<b>Redação Premiada</b>	O dia-a-dia das mulheres domésticas	R1	Até quando?	R2
<b>Estudante autora</b>	Carla Karine Gomes Galvão	E1	Caroline Gleyce do Nascimento de Oliveira	E2
<b>Escola estadual</b>	Escola Marechal Eurico Gaspar Dutra	Xxxxxxxxxx	EREM Professor Trajano de Mendonça	xxxxxxxxxx
<b>Município</b>	Jaboatão dos Guararapes	Xxxxxxxxxx	Recife	xxxxxxxxxx
<b>Orientador(a)</b>	Múcio Sévulo	P1	Sandra Cavalcante	P2

Fonte: (SECRETARIA DA MULHER DE PE, 2011).

O exame desse material seguiu o itinerário metodológico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa tendo como base os trabalhos de Michel Pêcheux e no Brasil, os de Eni Orlandi. Tal método foi importante, pois considerou elementos como o contexto de produção, a ideologia, as paráfrases e as discursividades. A confluência de diversas disciplinas nele presentes atuaram em constante permuta de saberes o que propicia uma percepção ampliada e fecunda, seja quanto à historicidade, à linguagem ou à psicanálise, expressas no discurso escrito ou falado dos sujeitos enunciadoreis.

Assim, para a AD há uma relação estreita entre a linguagem e a história e no caso dos textos analisados, o contexto histórico foi determinante na escrita, uma vez que a violência doméstica contra a mulher foi o eixo temático e motivador para as premiadas. Aqui é importante destacar que no período em que as redações foram elaboradas, como registrado no capítulo I, a sociedade brasileira e em particular, a pernambucana, passava por um longo período de aumento nos registros de casos de

agressão e de feminicídio, ainda que essa denominação seja posterior a ambas as escritas.

A violência contra a mulher não era recente, tampouco exclusividade do território nacional, não se restringindo a um grupo étnico, religioso, econômico, intelectual ou etário, alcançando indiscriminadamente. Tal afirmação foi baseada, além dos dados estatísticos constantes nos capítulos anteriores, no artigo “Violência contra a Mulher: problematizando definições teóricas” de Guimarães e Pedroza (2015, p. 256) em que elas expõem em números as agressões que este gênero tem sofrido ao longo da história:

No Brasil, uma das primeiras e principais pesquisas que denunciaram a gravidade das violências sofridas pelas mulheres revelou que 43% delas já haviam sofrido algum tipo de violência sexista, sendo em 70% dos casos perpetradas por parceiros ou ex-parceiros conjugais (Fundação Perseu Abramo, 2001). Conclusão alarmante da referida pesquisa é a estimativa de que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil.

Indubitavelmente as situações envolvendo a violência doméstica sempre estiveram atreladas às questões de gênero, estas por sua vez permanecem desde o início da vida em sociedade até os dias atuais, manifestas em desigualdades na vida privada e na pública, no ambiente de trabalho, com as diferenças na ocupação de funções de poder, nos âmbitos históricos, sociais e culturais. Em razão disso, seria natural que elas estivessem presentes nos textos analisados, em referências diretas e indiretas ao panorama sócio-histórico que se apresentava aos autores, e que interferiram nas condições de produção de seus discursos, na história e na historicidade de cada texto:

Por sua historicidade, por seu modo de produzir sentidos, podemos dizer que um mesmo texto é atravessado por várias formações discursivas. Há uma relação (discurso/texto; autor/sujeito) que se faz da dispersão para a unidade, produzindo uma relação representada entre linguagem e história. Há diferentes processos de significação que acontecem no texto, processos que são função da historicidade, ou seja, da história do(s) sujeito(s) e do(s) sentido(s) do texto enquanto discurso. O objetivo da análise é então compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele um objeto linguístico-histórico. É apreender sua historicidade (ORLANDI, 2008, p.88).

A historicidade a que se refere a autora diz respeito a uma relação que se desenvolve no interior do texto, não necessariamente interligada com o que acontece fora dele, palavra por palavra, no entanto, por menos que a cronologia dos calendários

e das agendas não ecoem na estrutura, cooperam na construção dos sentidos, como foi possível ler no seguinte parágrafo da Redação nº 02 publicada em 2011 (Anexo D), doravante seguindo o Quadro 1 passando a ser identificada como R2: “Muito se tem dito e escrito sobre o tema, que não é novo, mas conseguiu recentemente *status* (grifo da autora) relevante, a ponto de ser hoje uma das muitas preocupações governamentais.”

Foi possível perceber no parágrafo acima escrito na R2 pela estudante 2 (E2), que a temática da violência doméstica não era recente, nem desconhecida naquele momento da produção escrita, porém apesar da importância social, as autoridades não vinham enfrentando a situação com a seriedade necessária. A historicidade manifestou-se naquele momento, revelando a relação entre a linguagem e a história a que se referiu Orlandi no excerto citado. *In casu* pode-se observar pelo uso dos advérbios “*hoje e recentemente*” a sinalização temporal, que revela a ausência do poder público até aquele momento, ainda que a situação já fosse manifesta a todos, convidando o leitor à reflexão sobre a inexistência de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

Diante disso, embora não estivesse explícito, a redatora trouxe para o universo textual a reflexão sobre o papel do Estado em defesa das mulheres vítimas, que a exemplo dos homens também precisavam ter o direito à vida, à integridade física e psicológica garantidos, era a ideologia contra a violência doméstica transitando em meio às palavras. Além dos advérbios, o uso do adjetivo “*relevante*”, pela estudante, remeteu ao seu posicionamento quanto ao tema e sua relação com a sociedade, e em particular, com a escola, uma vez que foi mencionada a importância desse debate no cotidiano.

Desse modo, o parágrafo destacado reportava-se a elementos sociais que lhe foram apresentados ao longo da vida, seja pela escolarização, seja pelas muitas vozes que lhe acompanhavam naquele momento; ali ela refletiu sobre o papel das instituições públicas face à segurança da população e como os dados estatísticos interferiam na formulação e na execução das políticas públicas, ao fazer da referência a “*uma das muitas preocupações governamentais*” (E2). É dessa maneira que a história atravessa a linguagem e as duas se encontraram no discurso manifesto naquele texto.

### 3.1 Sentidos e Fluidez da Ideologia

O trabalho com texto produzido por outrem foi um convite e um desafio, uma vez que a interpretação se assemelha a um complexo, um emaranhado de ideias, lembranças, registros recentes ou antigos que se encontram e dialogam com o leitor, pois os sentidos estão em movimento e o texto está aberto, daí procede a reflexão de Eni Orlandi (1996, p. 12) quando afirmou:

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação.

A significação que acompanhou cada redação e o dizer nas entrevistas estavam cheios de possibilidades de entendimento, pois não havia clareza total ou um mesmo modo, e ainda que parecesse uma repetição simples, ao usar novamente as mesmas palavras, o contexto social, histórico, ideológico e político, já eram diferentes da primeira elocução, de modo que havia semelhanças, mas não repetições literais. Assim, as redações aqui analisadas foram mediadas pela linguagem, pelo pensamento e pelo mundo, o que gerou o discurso e suas significações.

Outro dado importante no trajeto analítico foi averiguar que os sentidos têm diversas direções e necessidades, que a sua exterioridade reclama as relações de autoria, a interpretação histórica, a ideologia a que o texto está filiado, bem como as memórias que agem no interdiscurso e as vozes que ecoam no seu corpo; daí ser salutar que na AD o trabalho interpretativo seja entendido como entremeio que conecta a linguagem com outras áreas do conhecimento, não como instrumento, mas como ela enuncia criando um novo campo significativo:

Inscrevendo-se no campo da reflexão sobre a linguagem, o que a AD questiona é o que é deixado para fora, no campo da linguística: o sujeito e a situação. A AD vai redefinir isso em função da constituição

de seu objeto. Por redefinir? Porque a situação, tal como ela é trabalhada nas ciências sociais, é incomparável com a concepção de linguagem em sua ordem própria. Por seu lado, a noção de sujeito reaparece sob duas formas - o sujeito empírico e o sujeito psicológico - formas essas que o colocam na origem, enquanto onipotente e determinado pelas suas intenções: ora tendo o controle do sistema, ora plenamente identificado a ele. Em nenhum caso, entretanto, é pensado em sua relação contraditória com o sistema (ORLANDI, 1996, p.26).

Dessa maneira, à medida que se desenvolveu a análise, o que não aconteceu vocábulo a vocábulo, porém por meio da ideologia, observando em estruturas fechadas, das regularidades, os sistemas sintáticos, morfológicos e fonológicos, esses e outros aspectos, foram constituindo o discurso. Para isso foi preciso considerar a historicidade, o simbólico e como já mencionado o ideológico, seja por meio do levantamento de informações oficiais ou por meio dos relatos nas entrevistas; assim, foi se desvelando, pois é nessa relação entre o interior e o exterior que um discurso remetia a outro, uma memória a outra, numa referência explícita ao interdiscurso, uma vez que os sentidos sempre se referem a outros, sendo constitutivo da identidade (ORLANDI, 1996, p.31).

Neste aspecto, analisar um discurso é mais que o ato de ler; é descortinar significados, ressignificar o social, o histórico e o político, distinguindo-se de outros processos de interpretação pela amplitude que a interdisciplinaridade<sup>9</sup> lhe confere. Afinal, no exercício interpretativo não há uma relação direta, palavra a palavra, frase a frase, não obstante é sair da relação referencial e encaminhar-se para o processo de significação e para o que Orlandi denomina de “análise da historicidade do texto” e explica:

Isto significa um corte na relação palavra/coisa, pois a palavra já é vestígio de (outros) discursos (presentes por sua ausência necessária). Nesse mesmo deslocamento se trabalha a distância e não a sobreposição (ou coincidência) entre o lugar da enunciação e a posição sujeito, está constituída pela relação com as formações

---

<sup>9</sup> “É essa ideia de produção coletiva, desconsiderando a autonomia das disciplinas e atenta à epistemologia, que Pêcheux soube fazer trabalhar e dinamizar no CNRS, num período em que havia certa hesitação em acolher programas interdisciplinares em ciências humanas. A transdisciplinaridade e, mesmo que se trate de palavras que ele não usa a epistemologia, serão suas referências, mesmo que se trate de palavras que ele não usa, ou usa pouco, desde o estabelecimento de uma problemática, a partir dos anos 1964-1967, até o trabalho dos anos 1980: seminário do laboratório de psicologia social (Paris VII – CNRS), que congrega matemáticos, analistas de dados, psicanalistas, filósofos, linguistas e historiadores; seminário da RCP ADELA (RCP: Recherche Coopérative Programmée; ADELA: ‘Analyse du discours et lectures d’archive’) que reúne politólogos, sociólogos e linguistas do verbal e da enunciação; debates do CERM (Centre d’étude et de recherche marxiste)...” (MAZIÈRE, 2007, p.46-47).

discursivas, projeções da ideologia do discurso (ORLANDI, 2008, p.47).

[...] unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais”. Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva) (ORLANDI, 1996, p.30-31).

No percurso da Análise do Discurso o analista vai observando os movimentos do sujeito ao apresentar o discurso, como o organizou, que argumentos selecionou, a que ideologias se filia, lembrando que a historicidade o envolve e a linguagem significa, articulando-se, sendo imprescindível entender como o texto funciona em sua construção linguística e histórica, como os sentidos são produzidos a partir do sujeito entrelaçando as situações do interior do texto à exterioridade; disso advém a afirmação de que:

Eis outra via possível de se pensar à historicidade na perspectiva em que a estamos colocando: história do sujeito e do sentido. Inseparáveis: ao produzir sentido, o sujeito se produz, ou melhor, o sujeito se produz, produzindo sentido. É esta a dimensão histórica do sujeito - seu acontecimento simbólico - já que não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido. Ou melhor, de sentidos. Daí o equívoco como condição do significar, sendo o mais importante deles o que cria a ilusão referencial, a da literalidade (ORLANDI, 1996, p. 56-57).

No estudo dessa historicidade não houve apenas um sentido ou uma formação discursiva, mas a diversidade das relações entre a história e a linguagem, processos de significação e por conseguinte, de produção de sentidos. Retoma-se a ideia de que o texto não é um documento, mas sim um discurso e como tal é tocado pelas memórias, pelo simbólico, bem como reforça que a interpretação não é unívoca, palpável, porém vai sendo desvelada aos poucos, à medida que o analista interage com as peças do jogo discursivo, decifrando cada gesto, cada deslocamento de sentido e aprecia o próprio interdiscurso.

Já quanto à originalidade, registra-se que nenhum discurso é em si mesmo original, inédito, mas sofre forte intervenção da memória, interfere no sentido e coopera com a sua identidade, são as denominadas vozes que atuam sobre o sujeito, resultando no que escreve da professora Orlandi (1996, p.31): “Mas ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória

discursiva)”. E ao ler as redações foi possível reconhecer o “já dito”, a memória dos discursos que lhes antecederam, em campanhas publicitárias, em mobilizações nas mídias sociais, entre outros suportes textuais que em algum momento veicularam mensagens acerca da violência doméstica contra a mulher, como lido nos trechos a seguir:

Essa situação é realmente preocupante: uma mulher é espancada a cada 15 minutos; a cada cinco brasileiras, uma declara ter sofrido algum tipo de violência por algum homem (E1/R1).

Todos os dias, familiares dessas mulheres mortas injustamente fazem protestos e criam ONGs onde a pergunta principal é: Até quando? Ou seja, até quando a impunidade reinará em nossa nação? Até quando milhares e milhares terão que ser mortas? (E2/ R2).

Ao ler as redações das estudantes 1 e 2 (denominadas de E1 e E2), ou mesmo os destaques anteriores, não foram encontrados os referenciais das informações que passaram a integrar os respectivos textos, revelando aceitação tácita dos dados como verdadeiros e inquestionáveis; a não referência das afirmações contudo, constituiu-as como confiáveis dentro do universo do concurso, uma vez que tais elementos eram reiteradamente compartilhados nos meios de comunicação daquele período passando assim a compor a memória discursiva das redadoras e por conseguinte ao transferi-los para o texto escrito o fizeram como se lhes pertencessem, fossem de sua autoria, deslocando-os do contexto social e político anteriores.

As vozes ocultas nos trechos destacados revelaram também outros autores, ainda que nas redações tenham aparecido em segundo plano, ou seja, foram apenas mencionadas, mas não tiveram acesso à escrita de forma direta mas se fizeram ouvir por meio das redadoras como no primeiro destaque, em que a estudante escreveu: “[...] a cada cinco brasileiras, uma declara...”, qual o perfil dessa declarante? Qual a idade, classe social, ocupação, onde vive? Há um alargamento do sentido de “brasileiras”, comportando as mais diversas mulheres que nasceram ou viveram no Brasil, num ressoar de que a violência sofrida por uma mulher brasileira alcançou todas as demais, irmanando-as de tal maneira que sua individualidade, tornou-se irrelevante face à prática intolerável sofrida por quaisquer delas.

Enquanto isso, no segundo destaque, houve uma referência explícita aos familiares de vítimas de feminicídio que desejavam ser ouvidos pelas autoridades; neste sentido, buscavam suporte em ONG’s (Organizações Não Governamentais), no entanto, seus questionamentos continuavam sem respostas e a estudante soma sua

voz às demais, num gesto de identificação, enquanto mulher, brasileira, ainda que não use esses vocábulos, faz uso do discurso direto livre e da pontuação para enfatizar a própria inserção. Dessa forma, a exemplo da outra redatora, envolveu-se com o tema de forma particular, situando-o no mundo e povoando o texto de sentidos.

A pontuação, no segundo excerto, sobressaiu-se em razão do uso das interrogações nos questionamentos, como expressão da dor e da indignação, de quem escreve, por parte das famílias das vítimas, pela impunidade dos criminosos. Desse modo mobilizou as emoções e o clamor por respostas do poder público como o do uso dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido. Nesse caso, tanto Orlandi quanto Pêcheux, consideraram que ela (a pontuação) poderia servir como instrumento importante na organização dos sentidos e a esse respeito, a pesquisadora fez a seguinte afirmação:

A pontuação administra - sem eliminar - a falta e o equívoco. (...) Gesto de um sujeito que se situa em um mundo com suas dimensões em que o sentido é carregado de memória e o dizer tem sua extensão, seus segmentos, suas dimensões. [...] A pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação (ORLANDI, 2008, p. 116).

No caso analisado além da apresentação do efeito interrogativo, a estudante fez da pontuação um instrumento indicativo do tempo e da insatisfação dos familiares das vítimas, que questionavam o poder público e toda a sociedade acerca de repetidas mortes de mulheres ao longo de décadas, ou mesmo séculos, nos quais mães, irmãs, filhas, foram vitimizadas pelos homens com quem se relacionavam. Os sinais de pontuação cooperaram como instrumento para a história e, por conseguinte, para a memória, a princípio da família, mas também da autora do texto, cidadã, que por meio das interrogações, registrou mais que descontentamento ou revolta, evocou a responsabilização pelos crimes e denuncia a impunidade.

Em continuidade à discussão sobre ideologia e discurso, aquela orienta a interpretação em uma direção, toma a linguagem com seus efeitos e a história com a sua opacidade e equívocos (ORLANDI, 1996, p. 40); ainda que pareça evidente e explícito, nenhum dizer deve ser tomado na literalidade ou transparência, porém relacionando os campos do simbólico, do material e do imaginário. Cabendo assim o que escreveu a já referida autora sobre a definição de ideologia: “[...] ela é efeito da

relação do sujeito com a língua e com a história na sua necessidade conjunta, na sua materialidade.”.

Nessa interpelação os sentidos vão se revelando, as representações vão aflorando, e embora de forma inconsciente, o sujeito vai evidenciando o seu dizer, ainda que não seja exclusividade sua, mas um ecoar de vozes que lhe sussurram as palavras, as ideias, os conceitos que lhe acompanham ao longo da vida, no entanto, de tão familiarizado crê que lhe é original, como foi possível identificar na leitura dos excertos das redações acima e corroborado com a publicação de Orlandi (1996, p.30-31):

Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. [...] É a ideologia que produz o efeito de evidência e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais”. Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mas ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva).

Enfim, o efeito ideológico manifesta-se na associação entre o sujeito e a realidade, mas também entre o sujeito e o simbólico, e a língua, e a posição em que está inserido na sociedade; não acontece em bloco, mas como uma relação em que concorrem a língua, a história e a ideologia e desse modo o discurso eclode em sentidos, lembrado, no entanto, que nesse processo não há transparência da língua. Sobre isso o texto *Análise de Discurso*<sup>10</sup> em sua conclusão afirmou que:

Se pensarmos a ideologia a partir da linguagem, e não sociologicamente, podemos compreendê-la de maneira diferente. Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação. Pelo que podemos expor, a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia (ORLANDI, 2008, p.55).

---

<sup>10</sup> Conforme nota no livro “Discurso e Texto - Formulação e Circulação dos Sentidos”, a Profª Eni Orlandi esclarece à página 55, sobre a forma de como se refere à teoria discursiva: “Tenho mantido preferencialmente a forma ‘Análise de Discurso’ a ‘Análise do Discurso’. Por quê? Esta questão se pôs em francês porque a diferença de/ du (do) era relevante pois o efeito de sentido com ‘de’ era de ‘um’ discurso enquanto ‘du’ abria para os discursos em geral. Ao meu, em nosso caso, *Análise de Discurso* produz melhor esse efeito de discurso tomado em geral, como objeto e não como um discurso (do discurso político, do discurso jurídico, etc.)” (ORLANDI, 2008, p. 55).

A cada etapa do circuito da análise enveredou-se em contínuas leituras e releituras, em um encadeamento de significados e dizeres que cada sujeito, leitor ou autor, por si já refaz à medida que o mesmo também transita por situações novas dia após dia, pois carrega em seu dizer diversos outros, que direta ou indiretamente atuaram sobre a sua forma de perceber e vivenciar o mundo e compartilhar isso por meio da linguagem. Ao compartilhar o discurso com os demais, novos dizeres vão surgindo, num tecido cujos fios conectam os discursos e as ideologias, pois essas são imanescentes ao humano e à sua produção discursiva.

### 3.2 As Vozes Presentes nos Editais

O Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, segundo os próprios editais, diz respeito a um processo seletivo de produções inéditas em formato de textos escritos: redações escolares, artigos científicos, relatos de experiência e roteiro para documentário de curta metragem digital, organizado por algumas secretarias e fundações do governo estadual pernambucano, quais sejam, Secretarias de Educação, da Mulher e de Ciência e Tecnologia; Fundações: FACEPE, FUNDAJ e FUNDARPE e a Companhia Editora de Pernambuco. Esses coordenaram as duas edições analisadas neste trabalho.

A estrutura dos editais de 2008 e 2011 (anexos A e B) foram semelhantes, exceto peço o acréscimo de 05 artigos, na publicação no mais recente; isso ocorreu em razão do maior detalhamento no capítulo referente às modalidades, ao público e à premiação. Também foram acrescentados, na segunda edição analisada, um artigo sobre uma homenagem às instituições por meio de um diploma<sup>11</sup> de reconhecimento institucional e um outro, sobre “Menção Honrosa”<sup>12</sup> para algumas redações. Foi igualmente expandido no mesmo edital o capítulo referente à formatação dos textos (Capítulo VI) e aos suportes para envio dos materiais por meio eletrônico e presencial (Capítulos VII-X). Outro acréscimo relevante referiu-se aos direitos autorais, anteriormente ausentes (Capítulos XII-XIII), embora ambas as edições tenham se

---

<sup>11</sup> **Art. 9º. Diploma de reconhecimento institucional: I.** Receberão diploma de reconhecimento institucional a Universidade/Faculdade e/ou Escola com maior número de inscrições aceitas de cada uma das seguintes regiões do Estado: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão (PNT 2011, Anexo II).

<sup>12</sup> **Art. 10. Menção honrosa: I.** Serão publicadas 02 (duas) redações no Livro do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero - Ano IV com o título de menção honrosa (Edital PNT 2011, Anexo II).

submetido à publicação, no edital PNT 2011, estiveram explícitas as especificações para editoração (PNT 2011, Anexo B).

Quanto às orientações estruturais e legais aos participantes, as alterações realizadas de um para outro edital produziram mais objetividade, ampliando e requalificando as informações, trazendo assim, maior segurança jurídica aos candidatos e à Comissão Organizadora, de modo que fortaleceu a credibilidade e promoveu o aumento significativo no número de participantes, conforme registrado no capítulo I desta pesquisa, onde também foi possível registrar o acréscimo de 08 para 12 temas que podiam ser abordados entre uma e outra edição.

Apresentadas as mudanças estruturais no corpo dos editais, seguiu-se às questões referentes ao conteúdo ideológico, que é fundante para essa premiação. Em ambos os editais, foi possível destacar o capítulo contendo o objetivo do Prêmio, ler o seguinte:

**Capítulo III - Do Objetivo**

**Art. 3º** - O presente Edital tem por objetivo estimular e fortalecer a produção crítica de conhecimentos sobre as relações de gênero, contribuindo para a promoção dos direitos das mulheres em sua diversidade, através de pesquisas e estudos que busquem contemplar as dimensões de raça, etnia e classe social (PNT 2008, Anexo I).

**Capítulo III - Do Objetivo**

**Art. 3º** - Este Edital tem por objetivo estimular e fortalecer a produção crítica de conhecimentos sobre as relações de gênero, contribuindo para a promoção dos direitos das mulheres em sua diversidade, por meio de pesquisas e estudos que busquem contemplar as dimensões de classe social, raça, etnia e geração das mulheres em Pernambuco (PNT 2011, Anexo II).

A assertividade com que os capítulos de ambos os editais foram publicados parecia não exigir esforço analítico imediato, no entanto, a relação entre a linguagem usada e o mundo no qual ela se materializava não era direta, palavra a palavra, tampouco significava o que estava ao alcance de uma simples decodificação. Neste caso em particular, ficou evidente o que Orlandi discutiu em um artigo publicado em 2007, intitulado de “Educação em Direitos Humanos: um discurso, sobre os significados aparentes em uma enunciação”:

A primeira observação é a de que a linguagem não é transparente. [...] Uma segunda ordem de observação é a de que não há uma relação termo-a-termo entre a linguagem, o pensamento e o mundo. [...]

Uma terceira observação pode incidir justamente sobre o fato de que os sujeitos e os sentidos se constituem ao mesmo tempo. [...] Isso nos leva a pensar que, todo enunciado é constituído por pontos à deriva, podendo deslizar para um outro, diferente de si mesmo, produzindo assim diferentes sentidos para diferentes sujeitos e situações, já que não há linguagem que não se confronte com o político (ORLANDI, 2007, p. 295-296).

Ao fazer a leitura dos editais à luz da reflexão de Orlandi, foi possível avançar para além da superfície dos artigos que apresentavam os objetivos do PNT, num processo de leitura em etapas. Assim, havia semelhanças na escolha vocabular em ambos, mas, como já sinalizado anteriormente, existiam elementos consideravelmente ampliados na proposta de 2011 e que não estavam presentes em 2008, como a delimitação geográfica para Pernambuco no Ano IV, restringindo às ações de mulheres dentro do próprio estado. Esse aspecto evidenciou que naquele momento havia a intencionalidade de promover o PNT como um dos instrumentos da Política Pública de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

A opacidade das palavras, a não correspondência termo-a-termo e a constituição do sujeito e dos sentidos foram manifestos no momento em houve o deslizar para um outro, diferente de si mesmo, no qual se vinculou no edital PNT 2011, a produção textual ao lugar que foi o nascedouro do concurso, porém, também que enfrentava o aumento no número de vítimas fatais da violência contra a mulher. Neste aspecto, era urgente levar à população a mensagem de que o poder público estadual fazia o enfrentamento “[...] já que não há linguagem que não se confronte com o político” (ORLANDI, 2007, p.295).

A referida afirmação baseou-se nos próprios objetivos dos editais que trouxeram nas suas estruturas expressões como “estimular e fortalecer a produção crítica”, usadas no artigo 3º, ou seja, se reconheceu que já havia uma movimentação em defesa das mulheres, vítimas de violência, e naquele momento, enquanto representação do poder do estado, o prêmio se posicionava ao lado de quem de forma consciente e contínua vinha discutindo, cobrando soluções e desenvolvendo ações em favor das agredidas e de suas famílias. Um posicionamento essencialmente político e voltado para o atendimento à demanda urgente cujos números revelavam a mais dura face da covardia humana.

Em documento publicado pelo SOS Corpo em novembro de 2015, intitulado “Violência contra as mulheres em Pernambuco” (Figura 2) foi possível identificar o

cenário entre o ano de criação do PNT e a realização das duas edições analisadas: o Ano II (2008) e o Ano IV (2011), em particular a primeira edição destacada, foi precedida por números aterradores de mortes de mulheres. Naquela ocasião o estado chegou a ocupar o segundo lugar nacional em óbitos, era 2006 e os dados disponibilizados pelo Instituto Sangari, publicados no Mapa da violência 2015, informações que também foram usadas para elaboração do Programa de Segurança Pública Estadual Pacto Pela Vida, criado em 2007 pelo Governo de Pernambuco, o que fortaleceu a iniciativa de um concurso de redações para chamar a atenção de jovens estudantes para a gravidade da situação, bem como atender à demanda legal e às orientações do sistema judiciário brasileiro sobre a violência doméstica, conforme já explanado no capítulo I deste estudo.

Apesar de ter sido publicado em 2015, o documento produzido pelo Instituto Sangari contribuiu para expor a conjuntura social que envolveu o estado de Pernambuco, pouco antes da promulgação da Lei 11.340/2006 e após ela, promovendo reflexão e empenho em favor das mulheres vítimas de violência doméstica e assim, também revelou a ideologia que permeou o PNT e seus editais, voltados para o engajamento das secretarias estaduais, em particular a de educação, uma vez que a partir da edição de 2008, Ano II, a presença das escolas estaduais tornou-se mais expressiva.

Embora não tenha sido objeto de análise nesta pesquisa, foi possível confirmar os elementos políticos supracitados na brochura publicada pela Comissão Organizadora do PNT 2008, contendo os textos vencedores daquela edição e cujo prefácio foi escrito pelo governador em exercício Eduardo Henrique Accioly Campos, no qual ele fez o seguinte registro:

Queremos evidenciar que o valor dessa iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria Especial da Mulher, se amplia com a parceria com o Governo Federal, por meio da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). [...] Promover o fortalecimento do debate nos espaços formais de ensino sobre as desigualdades entre homens e mulheres e afirmar mais um espaço de estímulo à produção de conhecimentos é uma justa e carinhosa homenagem a Naíde Teodósio.

Nesta perspectiva, o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero abre novos caminhos, também, à participação social e traz para o interior do nosso governo sua contribuição potencial à formulação de políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres no Estado (PERNAMBUCO, Secretaria Especial da Mulher - PNT, 2008, p.10).

Mais adiante, em 2011, a fim de produzir o fortalecimento do PNT como instrumento crítico e educativo, houve uma intensificação do estímulo à participação de estudantes e professores da secretaria de educação estadual com a diplomação das escolas que apresentassem maior número de inscrições realizadas, conforme determinou o art. 9º do edital<sup>13</sup> daquele ano. Tal encaminhamento revelou forte intencionalidade política por parte do Governo de Pernambuco, que embora apresentasse diminuição sutil no índice de mulheres como vítimas fatais nos casos de violência doméstica, no dia a dia, contudo, enfrentava constantes ataques dos movimentos sociais e também dos adversários políticos do então chefe do executivo estadual, que se encontrava no início do segundo mandato, numa clara manifestação do político e do histórico no discurso daquele edital.

Ainda referindo-se ao edital do PNT IV- 2011, sobre o acréscimo qualitativo contido no art. 3º com “[...] as mulheres em Pernambuco”, esse trouxe mais que novas palavras ao texto, ou seja, condicionou às produções ter como referência os valores locais no estado, ou seja, tal expressão buscava transparecer um movimento de valorização da mulher pernambucana, apontando para o fortalecimento do projeto político nacional denominado de Pacto Nacional enfrentamento à violência doméstica contra a mulher (2007-2011), do qual Pernambuco foi signatário e que entre outras ações sancionou o Decreto 38.576, de 27 de agosto de 2012, com a criação de Câmaras do Pacto Pela Vida sob a responsabilidade da Secretaria da Mulher, conforme foi ajustado no processo de implementação das ações do referido Pacto (BRASIL, 2011, p. 58).

Além disso, a mesma sequência discursiva apontou para um outro aspecto, não-dito, que apesar das estatísticas apresentarem as mulheres pernambucanas como vítimas, havia aquelas que resistiam, conheciam seus direitos e faziam da violência material de suas investigações. Seria esse o caminho que mudaria o panorama da violência no estado? O desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre os direitos das mulheres e suas consequências seriam suficientes para impedir o avanço do feminicídio ou conscientizar a sociedade a respeito da equidade entre

---

<sup>13</sup> **Art. 9º. Diploma de reconhecimento institucional: I.** Receberão diploma de reconhecimento institucional a Universidade/Faculdade e/ou Escola com maior número de inscrições aceitas de cada uma das seguintes regiões do Estado: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

homens e mulheres? Independente das respostas, esta foi essa a estratégia escolhida pelo poder público estadual, por meio de suas secretarias e fundações, para responder ao clamor das ruas e do governo federal contra a violência doméstica.

Ainda no art.3º dos dois editais foi possível identificar a concepção das relações sociais sobre a qual o PNT se assentava: “conhecimentos sobre as relações de gênero,” ou seja, a produção a que se submeteu ao concurso foi apresentada de início aos elementos de caráter social e filosófico que envolviam mulheres e homens e seus relacionamentos. Foi estabelecido que além das discussões envolvendo gênero, fossem estabelecidas as correlações com raça, etnia, classe social e geração, abrindo espaço para produções diversas e encaminhamentos que timidamente começavam a se tornar públicos, de certo modo, numa provocação aos espaços de educação.

Na edição de 2011, como no exemplo anterior, foram publicadas as produções vencedoras, já o prefácio foi redigido pelo conjunto dos secretários estaduais e presidentes das fundações, que participaram da edição dessa brochura discorrendo sobre a relevância do PNT para a sociedade pernambucana por meio da educação, como pode ser lido no excerto a seguir:

Compreendemos que no campo das relações de gênero, para que tenhamos êxito, necessitamos investir de forma planejada, continuada e ousada, porque estamos apostando em mudanças de valores e hábitos, presentes nas relações entre homens e mulheres há muito tempo. Nesse sentido, o Prêmio consolidou-se como um espaço potencialmente construtor de uma educação não sexista, não racista e não homofóbica, pois possibilita que professores e estudantes reflitam sobre as representações de gênero presentes em nosso cotidiano (PERNAMBUCO, Secretaria Especial da Mulher, ano IV, 2011).

Quanta complexidade abarcavam aquelas palavras: raça, etnia, classe social, geração. A interseção de quaisquer uma delas com o gênero, exigia mais que frases feitas ou jargões, por parte dos estudantes de ensino médio; era preciso conhecimento e maturidade, em razão da diversidade de variantes e de possibilidades, cabia no edital um maior detalhamento, o que não ocorreu no artigo subsequente, em que outros temas foram delimitados, no entanto, ainda assim eram insuficientes face à extensão das conexões possíveis, gerando lacunas e empobrecendo o debate que se desejava gerar nos espaços escolares.

Naquele momento encaminhar a discussão às escolas estaduais não era novidade, visto que na segunda metade dos anos 90 já havia um indicativo nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal e sob a identificação de “Orientação Sexual”, todavia, a abordagem estava voltada para questões envolvendo aspectos de saúde (BRASIL, 1997, p, 41). Nos anos 2000, as discussões sobre as relações de gênero e a luta das famílias de mulheres, vítimas da violência doméstica, ganharam os espaços públicos, culminando com a Lei Maria da Penha, cujas ações propostas para enfrentamento à violência, uniram-se a outros instrumentos legais gerando a produção e a publicação de materiais que passaram a circular nas unidades escolares, fomentando debates profícuos e muitas vezes dissonantes.

No caso da proposta da comissão organizadora do PNT, em ambas as edições estudadas, a escolha pela abordagem: “as relações de gênero, contribuindo para a promoção dos direitos das mulheres em sua diversidade”, sinalizou para algo que contemplava a história das mulheres e a luta por direitos antes subtraídos. Ao referir-se às relações de gênero o artigo não concernia à sexualidade, à interface biológica, mas aos lugares, às posições sociais, políticas e econômicas, para os indivíduos de ambos os sexos nos mais distintos espaços no cotidiano.

Havia ainda uma exigência voltada para a valorização dos avanços femininos até aquele momento. Com isso era fomentada a ideia de equidade e ela se constituía num ambiente estimulante para novas conquistas, embora o número de agressões e mortes não apresentassem decréscimo, era solicitado que os textos, de certa maneira, tratassem sobre a beleza da vida em um cenário de morte. Com os temas apresentados no art.4, ficou mais evidente a intenção de promover nos espaços escolares e de pesquisa, a ampliação do diálogo acerca das relações de gênero acrescido dos aspectos envolvendo raça, etnia e a presença feminina em espaços predominantemente masculino. Sem fugir do tema mais instigante que era a violência doméstica contra a mulher, ao oferecer outras propostas, convidou-se os participantes a pensarem em outras posições na sociedade para as mulheres, além do lugar de vítima.

Nesse recorte, retomando o art. 3º dos editais do PNT 2008 e 2011, resguardada a diferença no fecho do segundo texto, o político atravessou o histórico, a opacidade se apresentou como transparência com os sentidos que eclodiram naqueles momentos sendo determinados pela história e pelas condições de produção

dos documentos, razão por que propor um concurso de redações e textos científicos em que as mulheres estivessem no centro da discussão, ainda que retratassem o sofrimento, a luta e os desafios do passado, do presente, do futuro, foi um dispositivo para estimular estudantes e pesquisadores a pintarem um novo quadro sobre as condições da mulher no estado. Se não era possível alterar os dados estatísticos tão desfavoráveis, ao menos era necessário criar uma atmosfera de mudança, de não silenciamento, de enfrentamento.

A comissão organizadora do PNT, responsável pela redação de cada edital, tanto os que foram analisados quanto os subsequentes, representou um coletivo que ocupou o lugar de sujeito que produz discurso e que imprimiu ao texto as suas memórias, tocou com sua história e compartilhou a ideologia que abraçava. Por esse motivo nenhuma palavra ou expressão foi descuidada ou inocente, ao contrário, apresentou como premissa a discussão sobre gênero e os seus desdobramentos, entrecruzando-se com outras temáticas, também relevantes para a sociedade: raça, classe social, etnia e outros tantos que se relacionavam com a luta por equidade entre homens e mulheres.

Além das relações de gênero, o sujeito que discursou nos editais também repartiu com os leitores em geral, e sobretudo com os inscritos, a sua escolha política ao solicitar textos voltados para o enfrentamento das diversas formas de violência por que passavam as mulheres. Abriu-se naqueles dois momentos espaço para a denúncia, o apoio ou a discordância sobre as políticas públicas disponíveis à população feminina. Um outro movimento foi em direção à valorização da produção científica envolvendo as pernambucanas e que bifurcou para a afirmação da competência feminina em enfrentar os desafios de ser mulher e de dar uma resposta à sociedade por meio o envolvimento de diversas secretarias de estado no PNT, funcionando como mecanismo de minimizar o silenciamento por tanto tempo do poder público.

Como os editais chegaram às escolas estaduais, foram recebidos pelos estudantes e educadores, assim como se deu o processo de produção das redações, constituíram importante etapa desta pesquisa; em razão disso, foram elaboradas e aplicadas entrevistas aos professores e as estudantes premiadas, afinal cada leitor interage de forma pessoal com os documentos que constituem os parâmetros para a produção escrita, em especial, de um concurso.

### 3.3 As Falas/Memórias dos Orientadores

No percurso da análise houve busca de dados para além das redações produzidas pelas estudantes vencedoras do PNT em 2008 e 2011, por meio de entrevistas com os professores que as orientaram. A partir dessas interlocuções foi possível inteirar-se das ações prévias à escrita, do ambiente em que elas estavam envolvidas e de como se deu o acesso às informações sobre o concurso de textos do Prêmio Naíde Teodósio, tanto para os professores quanto para as jovens. O instrumento selecionado para coleta das informações foi o de entrevistas gravadas, e depois transcritas, com perguntas objetivas sobre o trabalho realizado durante o período de produção textual e a escola em que era desenvolvido.

Foram dois encontros separados por algumas semanas, em razão da disponibilidade dos docentes, uma vez que ambos atuavam em outras unidades de ensino, diferentes daquelas onde estavam no momento do concurso. Os locais para as entrevistas foram escolhidos pelos professores, o primeiro na própria residência em razão de atualmente trabalhar em outro município e ser o dia agendado a sua folga, e a segunda entrevista ocorreu em uma escola estadual em que atualmente a educadora atua na equipe gestora. Com tranquilidade e afirmando que podiam não ter todas as respostas, foram solícitos e puderam rememorar situações significativas para eles em suas trajetórias profissionais.

Algumas informações sobre os professores e as estudantes foram trazidas a esse trabalho em razão da importância para a compreensão do cenário em que as jovens se encontravam no momento da escrita, como por exemplo, a formação acadêmica dos educadores: enquanto o orientador de 2008 possuía graduação em Educação Artística pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e mestrado em Letras pela mesma instituição de ensino superior (2004), com ênfase em teoria literária, a orientadora de 2011 tinha formação em Letras com licenciatura em língua inglesa e especialização nesta área.

Ambos os educadores desenvolviam atividades voltadas para a produção textual, o primeiro em formato de concurso de poesias, no qual a estudante premiada participava ativamente; já a segunda professora desenvolvia na rotina das aulas de

língua portuguesa e literatura, escrita e reescrita de textos. No que diz respeito à temática da violência doméstica contra a mulher, na escola de Jaboatão dos Guararapes não era desenvolvido nenhum trabalho relacionado à temática, mas ocasionalmente eram feitas algumas ações pontuais em datas como o dia internacional da mulher; na escola recifense, diferentemente, havia um projeto que discutia o tema e envolvia toda a escola em ações promotoras de debate e enfrentamento para o cotidiano.

Ao ouvir e ler as entrevistas foi possível estabelecer uma relação com o que Eni Orlandi em seu livro “Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico” escreveu sobre a exterioridade discursiva e que mais uma vez sinalizou o contexto histórico social da produção das redações:

A noção que trabalha a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é a de interdiscurso. O que define o interdiscurso é a sua objetividade material, essa que, como diz Michel Pêcheux (1988), reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, [...]. É isto que fornece a cada sujeito “a sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”. Aí se explica o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. Garantia de legibilidade e de interpretação: para que nossas palavras façam um sentido é preciso que (já signifiquem) (ORLANDI, 1996, p.39).

Considerando o que trouxe a pesquisadora, foi possível afinar as práticas docentes com os resultados obtidos pelas estudantes no PNT; neste caso, a promoção do debate, o hábito da produção escrita, o envolvimento com a temática, ocasionalmente ou com mais profundidade, foram preponderantes para que as estudantes se sentissem estimuladas a participar com seus textos, embora não tenham sido elaboradas ações específicas para a redação e participação no prêmio, as que já eram desenvolvidas na rotina escolar enriqueceram o vocabulário delas e ampliaram a argumentação, de modo que ao se habilitarem a escrever, o fizeram com o senso de propriedade e com segurança, como afirmaram os dois orientadores, Professores Múcio e Sandra (2019):

Não! Eh... ela me procurou... eu sempre tive a prática em relação a escrita e dizia aos meus alunos o seguinte: “Primeiro você escreve (riso breve) e depois é que eu te ajudo (riso breve) aí foi, eu sugeri que ela pesquisasse alguma coisa... lesse alguma coisa ... ela devia ter visto alguma coisa, trouxesse o texto e aí a partir do texto era que

eu iria fazer, dar alguma orientação...dizer melhora aqui, explore mais isso, explore mais esse ponto...enfim eu acho que é o que se faz numa orientação, seja no ensino médio seja no ensino superior, né? No ensino de pós graduação, eu acho que é assim que deveria ser (*Professor Múcio*).

A escola tinha um projeto, o Rosa e Lilás, que era um projeto que envolvia toda a escola, professores e alunos, que trabalhava a questão do gênero e a violência contra a mulher, e esse trabalho deu uma grande ajuda para os alunos desenvolverem a redação né? Desenvolveram seus textos e isso estimulou a quantidade de aluno que participou, foi um projeto que, de certa forma, coincidiu com a proposta, tanto que quando chegou o concurso, a proposta para a escola né? A divulgação, os alunos já sabiam, tipo assim: Ah que bom eu já trabalhei essa aqui! Eu lembro que tinha aluno que disse assim: a gente vai ganhar porque a gente já conhece o tema, já pesquisa e realmente aconteceu da aluna Caroline ganhar (*Professora Sandra*).

A participação dos orientadores foi bem maior que os mesmos conseguiram dimensionar, posto que o desenvolvimento de projetos, envolvendo a escrita, exigira leitura e habilidade argumentativa para as discussões durante as atividades, o que foi obtido pela rotina planejada por eles. Sem falsa modéstia, os dois consideraram mais significativas as competências das estudantes do que a própria prática pedagógica, o que tem sido comum em profissões que têm menor visibilidade e valorização social, como é o caso do magistério e em particular na rede pública de ensino. De certo modo, os docentes têm sido continuamente desqualificados, uma vez que quando os estudantes, sob sua responsabilidade, obtêm êxito, o mérito tem sido transferido para aqueles e negada à participação dos profissionais que planejaram e executaram as etapas anteriores à vitória.

Sobre a participação desse conjunto de profissionais que compunham os professorados das escolas naqueles momentos, ao saberem das estudantes com redações premiadas, em ambas houve uma importante mobilização para se fazerem presentes, ou seja, em ambas as edições, a Secretaria da Mulher enviou transporte para que estes professores, estudantes e seus pais comparecessem à cerimônia de premiação, que nas duas ocasiões ocorreu no Teatro de Santa Isabel, embora na memória da professora Sandra, aquela tenha sido no Palácio das Princesas. Toda essa movimentação promoveu um período de empolgação e envolvimento dos demais alunos em outras atividades da escola, no entanto em 2019, ano em que foi feito esse levantamento junto aos docentes, aquelas escolas não mais desenvolviam projetos com temática voltada para o enfrentamento à violência doméstica. Sobre aqueles

momentos de comemoração os entrevistados professor Múcio e professora Sandra (2019) comentaram:

Olha, foi um momento assim de festa, tá? Porque, que eu me lembre a escola nunca tinha participado, nenhum aluno de um concurso público assim [...] E aí a menina foi premiada e houve uma festividade no Teatro Santa Isabel, e foram diretores professores só isso teve uma repercussão muito grande né? [...] Eu acho que isso teve um ponto positivo assim no sentido de estimular os professores a ter iniciativa (*Professor Múcio*).

Sim! No dia da premiação fretamos um ônibus para até o Palácio das Princesas para receber né premiação do governador e isso estimulou os alunos a participar do concurso de redação, a querer escrever, a querer pesquisar mais, teve estímulo sim! A escola ficou realmente, é reconhecida com a premiação desse concurso (*Professora Sandra*).

Além dos relatos, foi possível reconhecer que na euforia da premiação desencadeou nas escolas um desejo de seguir vencendo, pois, tanto docentes quanto discentes foram tomados pela alegria de ter o envolvimento em ações de extrema relevância social, visando alcançar a valorização que lhes faltava no cotidiano. Assim, na rotina de profissionais mal remunerados, que trabalham em espaços desconfortáveis para estudo e lazer, tendo como público jovens e adolescentes, cujas famílias nem sempre os apoia, como é o quadro das escolas da rede estadual de Pernambuco, receberem uma premiação é algo indescritível.

Mas, com o passar do tempo é natural o arrefecimento dos ânimos, afinal, a dura realidade foi embaçando os dias de glória, no entanto, o calor expresso pelas duas jovens em seus textos, as acompanhou até a universidade, isto é, animou-as a seguir produzindo. Com a vencedora de 2008 aconteceu de voltar a participar do concurso, em outra modalidade, sendo novamente premiada em 2017 com o artigo científico para estudante de pós-graduação: “A Mulher na Ciência: análise da representação feminina e da produção científica entre docentes da universidade federal de Pernambuco”. Por outro lado, a estudante vencedora de 2011 cursa o mestrado acadêmico de Ciências da Linguagem na UNICAP.

No que se refere à mudança de postura dos educadores das escolas em que premiação, os dois professores comentaram que houve poucas alterações tanto na prática pedagógica quanto no estudo da temática; no caso da escola em Jaboatão, antes não havia nenhum trabalho específico e seguiu assim, enquanto que a de

Recife, que já desenvolvia um projeto voltado para o enfrentamento à violência doméstica, teve sua motivação elevada. Tal dado revelou que mudanças na dinâmica pedagógica levam muito tempo e exigem empenho de todos os segmentos da comunidade escolar. Neste aspecto, a responsabilidade precisa ser compartilhada para além dos muros da unidade de ensino, não devendo deter-se apenas a uma proposta no projeto político pedagógico, sendo necessário ir além.

Ao fazer contato com os educadores, uma atitude e um discurso se fizeram comum aos dois: “Eu não lembro de muitas coisas, de detalhes” (adaptado). Ao fazerem tal afirmação, reproduziram uma frase comum entre educadores experientes, no caso sentiam-se pouco confortáveis de ao falar, faltar-lhes alguma informação, deixar de mencionar um nome ou uma data. Aconteceu assim durante as entrevistas, ou seja, ao iniciarem as repostas, as palavras foram fluindo como se ativassem a memória e esta os fizesse voltar no tempo e reviver aqueles momentos. Ao discorrerem sobre o passado nas salas de aula e corredores da escola, na organização do material para envio e no acompanhamento do processo de seleção, era comum parar, pensar e repensar e apenas dar respostas curtas; os gestos do pausar e pensar antes de falar esteve presente em cada pergunta, como se ali no silêncio, no olhar vago, fosse possível ativar alguma área em repouso da mente.

### **3.4 As Ideologias Manifestas nas Redações das Estudantes**

A Análise de Discurso tem seu caráter impregnado na e pela constituição de sentidos; esses sentidos, por sua vez, como já foi abordado, estão atravessados pela memória, pela história, pelas condições de produção, pela heterogeneidade, isso dentro de uma determinada formação enunciativa não estável e marcada pela ideologia. Tudo isso compõe o que em AD chamamos de interdiscurso. Em razão disso Mussalim e Bentes (2006, p. 32), fizeram a seguinte afirmação:

O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas que compõem o interdiscurso.

Por isso ao ler as redações escritas em 2008 e 2011 foi importante considerar cada um dos aspectos inicialmente citados, uma vez que foram constitutivos dos

sentidos suscitados a cada leitura. Com isso não se deseja afirmar que as leituras esgotaram os sentidos possíveis, pelo contrário, em cada espaço por onde os textos circularam, em cada intervalo temporal em que foram lidos, de acordo com a memória e a ideologia de cada leitor, os sentidos sofreram mudanças. Tais alterações estavam relacionadas à formação ideológica que orientava o discurso, dentro de uma gama de possibilidades a partir das condições de produção, da historicidade e dos parâmetros determinados pelos editais, esses também com suas posições ideológicas.

Ao analisar as duas redações premiadas, foram selecionados três encaminhamentos ideológicos pertinentes às propostas do PNT, em cada uma das edições, destacaram-se: a herança do patriarcalismo, a violência de gênero manifesta no cotidiano e a convocação às mulheres a se empoderarem. Desse modo, para cada ideologia acima citada, foi desenvolvido um subtópico, que a partir de recortes dos textos analisados, puderam ratificar a afirmação da pesquisa fundamentada na AD que compreende o discurso como uma linguagem opaca, repleta de sentidos, de memórias e de não-ditos que se intercambiam ao interdiscurso, ou seja, “[...] enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2015, p. 46). Nessa perspectiva a análise seguiu na busca das formações ideológicas dos sujeitos em suas redações.

### **3.4.1 O Machismo como Herança do Patriarcalismo**

“O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um superior” (CESARE LOMBROSO, 1896, p. 115, apud DEL PRIORI, 2017, p.592). Foi com ideologias semelhantes a essa que se consolidou o patriarcalismo em boa parte das culturas e fez proliferar o machismo entre as diversas estruturas sociais ao longo do desenvolvimento da sociedade humana, por conseguinte a violência os acompanhou até o presente século.

Ainda segundo Mary Del Priore, o cientista italiano, psiquiatra, antropólogo e higienista Cesare Lombroso não foi o único a reforçar as ideias sobre o lugar e o papel inferior da mulher dentro e fora do lar; inspirado no pensamento do filósofo Augusto Comte, inclusive o Brasil teve seu grupo de adeptos da teoria positivista que, entre

outras ideias, defendia princípios semelhantes aos do cientista veronês, como foi possível observar no trecho a seguir:

Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que mulher não deveria possuir dinheiro - um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver abnegadamente cuidando da família (DEL PRIORE, 2017, p.592).

Para discorrer sobre o patriarcalismo e depois sobre o machismo, a história foi a grande aliada nessa pesquisa, cujos registros feitos sobre as diversas formas de organização social, sendo fundamentais para a percepção de como ele surgiu e de como tem se manifestado. De início foi importante distinguir os termos a partir de suas significações usuais; daí os dicionários foram o ponto de partida: “**ma.chis.mo** - s.m. 1. Atitude de machão 2. Comportamento que tende a negar à mulher os direitos concedidos aos homens ~ machista adj.” (HOUAISS; VILLAR, 2009), ou ainda: “**ma.chis.mo** - s.m. atitude de quem não aceita a igualdade de direitos entre o homem e a mulher” (CEGALLA, 2008).

O uso desses dois dicionários foi relevante para identificar a conceituação circulante no ambiente escolar sobre machismo, por serem esses dois exemplares aqueles que facilmente eram encontrados nas bibliotecas das unidades de ensino na rede estadual pernambucana, pois, em alguns períodos já compuseram *kits* de livros entregues aos estudantes durante o ensino fundamental. Além disso, eram de fácil manuseio e como o acesso à rede mundial de computadores não era tão comum nos períodos pesquisados, poderiam ter sido usados pelas estudantes ou seus colegas de turma quando da divulgação do concurso em análise.

Ao ler aquelas definições foi possível identificar a precariedade conceitual que em geral chega às bibliotecas escolares. Neste sentido, considerou-se que no período em aconteceram as duas edições, o acesso à informação via internet ficava limitada ao plano de dados de cada estudante ou professor, uma vez que as unidades de ensino não tinham acesso à rede com qualidade nos seus espaços. Assim, para quem buscou em dicionários ou livros similares esclarecimentos acerca do patriarcalismo ou

do machismo, deparou-se com definições superficiais e insuficientes para promover a compreensão do tema.

Sobre isso, sabe-se que ao longo dos anos, no exercício das relações de poder na sociedade humana, o patriarcalismo consolidou-se como forma de organização e de controle em diversas e diferentes culturas, muitas vezes aliado às religiões e aos sistemas educacionais, colocando a mulher em um lugar de subalternização e favorecendo ao processo de objetificação da mesma. Tal prática pode ser vista ainda na antiguidade, como expôs Stearns (2017, p. 32-33):

Nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados criaturas superiores. Tinham direitos legais que as mulheres não possuíam (embora as leis protegessem as mulheres de alguns abusos, pelo menos no princípio). Assim o código de Hamurabi, na Mesopotâmia, a partir do segundo milênio e.c., estabelecia que uma mulher que não “tenha sido uma dona de casa cuidadosa, tenha vadiado, negligenciado sua casa e depreciado seu marido” deveria ser “jogada na água”<sup>14</sup>. Não havia contrapartida disso para os homens, embora o código estabelecesse que a esposa poderia abandonar o marido se ele não provesse suas necessidades. [...] Culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem em público.

Os registros históricos trouxeram que o patriarcalismo e, por conseguinte o machismo - visto que este foi e continua sendo uma forma de expressão das desigualdades geradas por aquele - foram se consolidando ao redor do mundo a princípio em razão das mudanças na economia e na produção, para depois se tornarem pilares na construção social das diferenças em razão do ser homem e do ser mulher, para além da estrutura biológica, como afirmado por pesquisadores e leigos nas mais diversas civilizações. Conforme essas ideias eram fortalecidas nas relações econômicas, seus desdobramentos chegaram aos demais campos da vida social, interferindo diretamente na educação, uma vez que esta tem sido usada para amoldar práticas que reforçam a dessemelhança entre os gêneros.

Ao tomar as redações e buscar nelas elementos que remetessem ao patriarcado e, por conseguinte ao machismo, foi perceptível a forte presença dos familiares e a anuência ou omissão nas situações de agressão, como nos trechos destacados a seguir:

---

<sup>14</sup> “Morta por afogamento”.

Muitas mulheres trabalham dentro das casas o dia inteiro, lavando, varrendo, passando, cozinhando e cuidando das crianças, no entanto muitas delas são agredidas ou abusadas (Redação 01, PNT, 2008).

Já as vítimas de agressões físicas sofrem pelo desconforto de ter que conviver debaixo do mesmo teto do agressor, uma vez que, em 90% dos casos de agressão física, o agressor é o próprio marido que, na maioria das vezes, comete o delito sob o efeito do álcool ou das drogas (Redação 2, PNT 2011).

Em ambos os trechos ficou evidente a robustez do poder econômico e das relações de força do agressor em relação à vítima a partir do vínculo familiar. Nos dois textos a violência praticada revelou-se na organização patriarcal, em que os agressores subjagam as mulheres, a partir do controle patrimonial que se traduziu no uso da força física, a exemplo do primeiro texto em que a estudante registrou que as vítimas empenharam-se em cumprir os papéis de dona de casa, mãe, cozinheira, e que apesar de “fazer a sua parte” no conjunto de atribuições que lhe cabiam, não receberam dos companheiros a contrapartida em proteção, afeto e respeito.

O caminho argumentativo escolhido pela autora desvelou que foram tais funções atribuídas às mulheres na administração do lar como exclusivas, que geravam naquelas a expectativa de serem correspondidas pelos seus parceiros, todavia eles optaram por seguir as práticas consolidadas e manifestas do machismo, como resultante do sistema patriarcal vigente, em que aos homens foi concedida a liberdade de cumprir ou não com as convenções por eles mesmos criadas. Ao elencar detalhadamente os “deveres” cumpridos pelas vítimas e os “direitos” desrespeitados pelos algozes, a redatora compartilhou a frustração de outras tantas mulheres que também seguiram o modelo familiar em que os papéis foram definidos a partir do gênero dos cônjuges, sinalizando para a presença da ideologia patriarcal em seu texto.

Caberia aqui um questionamento recorrente sobre, qual o lugar da mulher dentro e fora da família? Assim, embora o patriarcalismo tenha se estendido por toda a malha social, de tal forma que na primeira década do século XXI, homens agiam de acordo com o pensamento de Lombroso, citado inicialmente neste tópico. O avanço do patriarcalismo fez com que a orientação contida no Código de Hamurabi fosse cumprida cabalmente, e se naquele momento era apenas um código elaborado por

um monarca para seus súditos, em outras sociedades ocorria movimentação semelhante no que dizia respeito às atribuições de homens e de mulheres, como assinalou Stearns (2017, p.33).

Muitas sociedades agrícolas impediram as mulheres de possuírem propriedade de forma independente. [...] Dada à importância da propriedade em sociedades agrícolas (em contraste com as de caça e coleta), os homens sentiam necessidade de controlar a herança de gerações futuras, e com isso começou regulando a sexualidade das esposas. [...] Culturalmente, os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem em público. O alcance do patriarcalismo foi poderoso e extenso.

No trecho acima se pode ratificar o que trouxe a redação da segunda estudante em 2011, acerca da relação entre a violência sofrida e a questão patrimonial, ponto nevrálgico nos matrimônios, ao escrever que: “Já as vítimas de agressões físicas sofrem pelo desconforto de ter que conviver debaixo do mesmo teto do agressor”. Confrontando o trecho da redação sob a luz da memória da pesquisa histórica, foi possível identificar que pouco mudou quanto às relações de poder por intermédio do controle das riquezas. Uma vez que o marido tinha o domínio sobre os bens do casal, estabelecia-se para a esposa o desamparo e a insegurança, em razão do sustento da prole e de si mesma, pois sua condição de dependência econômica ficava mais patente, na medida em que ela estava fora do mercado e tinha pouco tempo de escolarização.

O desejo de sair da residência, mas não saber para onde ir, caso conseguisse se desvencilhar do companheiro, foi o maior desafio no sentido de seguir a vida sem a proteção masculina, isto relacionado a aspectos tanto emocionais como financeiros, fortalecidos na interseção com a religião e os valores morais. A precariedade financeira por muito tempo foi responsável pela permanência em relacionamentos abusivos, daí a proposição na legislação pertinente em que fossem oferecidas alternativas economicamente viáveis às vítimas, por em muitos casos apresentarem formação inconclusa, por ter deixado o mercado de trabalho para cuidar do lar ou falta de experiência comprovada em atividade laborativa formal.

Os dois excertos, apesar do intervalo temporal que os separa, trouxeram aspectos marcantes em casos de violência doméstica contra a mulher: o primeiro apresentou a correspondência ideológica entre direitos e deveres dos cônjuges;

enquanto que o segundo expôs a ideologia da dependência da vítima em relação ao agressor; ambos os aspectos vinculados ao patriarcalismo. Nesse ponto, a memória e o interdiscurso foram preponderantes para que tais registros fossem feitos, por trazerem às estudantes as vivências das suas ancestrais, das vozes de outras mulheres com quem conviveram fora do círculo familiar, mas que estão ali as tocando por meio de muitas vozes interiores que se corporificam na linguagem.

Notou-se que as estudantes expuseram práticas sociais amalgamadas na sociedade brasileira ao longo dos séculos, que têm sido usadas como alegações para explicar a violência doméstica contumaz. Na redação de 2008 os papéis dos consortes no convívio familiar foram bem delimitados e de tão rígidos, exigiu, no cotidiano, que a cada direito correspondesse um dever e que esses estivessem diretamente relacionados ao gênero, sendo inaceitável que a esposa, apesar de executar todas as atividades que lhe cabiam, não recebesse em contrapartida alguns benefícios. Nesse momento ficou patente que as convenções sociais contribuíram igualmente com a legislação nos ajustes familiares vigentes, uma vez que embora a constituição nacional afirmasse haver igualdade entre homens e mulheres, os segmentos sociais se submetiam a preceitos que compunham a tradição, ainda que esses reforçassem a desigualdade em razão do gênero.

Enquanto isso no texto de 2011, a dependência foi o destaque ao se reportar aos bens familiares, numa referência à moradia e à precariedade da situação da vítima que por falta de abrigo se submetia ao relacionamento abusivo. A despeito da legislação brasileira ter reconhecido a constituição de um patrimônio coletivo do casal, ao menos a partir do início do relacionamento conjugal, o que propiciaria a equidade na partilha do acervo, a insegurança perdurava e o sentimento de desamparo permanecia. Tal situação era resultante do longo período de expropriação patrimonial pelo qual as mulheres passaram nas mais diversas sociedades e que alcançou o século XXI.

Seja em razão da delimitação dos papéis por meio da distribuição de tarefas ou pelo controle do patrimônio familiar, os homens subjugaram suas companheiras, irmãs, filhas, etc. ao longo da formação das sociedades; sob a justificativa de que o ambiente público era sujo, impróprio e corrupto, as mantiveram fora das escolas, dos laboratórios de pesquisa, dos cargos de chefia, dos tribunais e da política. Tais afirmações não foram subtraídas de panfletos, discursos, manifestos ou gêneros

textuais semelhantes, mas dos acervos da história, da antropologia, da sociologia e de outras ciências que registraram e expuseram como o sistema patriarcal constituiu-se em um modelo de exclusão e que em muitos aspectos feriu os direitos humanos, em particular o direito à vida.

### **3.4.2 A Violência de Gênero no Cotidiano**

A violência doméstica contra a mulher não surgiu repentinamente, tampouco sem fundamentação prática e teórica, como foi possível encontrar durante o percurso dessa pesquisa. De imediato, o que chamou a atenção foram os marcadores históricos sobre como a violência foi usada para manter as mulheres em seus lares e distante dos espaços públicos, das possibilidades de independência financeira, dos postos de comando no mercado de trabalho e como isso foi feito e persiste até os dias atuais por meio de variados mecanismos de controle, e por que não afirmar, por violações em níveis e formatos distintos, porém não menos danosos, daí a nomenclatura adotada na lei 11.340/2006 para os tipos de delitos que compõem o capítulo denominado “Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

Conforme o tópico anterior, que discorreu sobre o patriarcalismo, esse sistema obteve um alcance inimaginável ao se consolidar em culturas cuja extensão territorial ou comercial foram marcantes, em razão disso foi possível encontrar referências históricas que fazem alusão à propagação de tal sistema de organização social em um processo que poderia ser semelhante a um intercâmbio cultural, porém fortemente influenciado pelas relações de poder a partir das relações de gênero, como explicou Stearns (2017, p.47-48) :

Os desenvolvimentos durante o período clássico permitem perceber de que maneiras as trocas com sistemas de valores alternativos podem afetar a questão de gênero - particularmente a avaliação e os papéis das mulheres. [...] A maioria dos grupos se aferrava claramente a suas formulações de gênero, refletindo as influências externas apenas em um grau tímido. As mudanças, quando ocorriam, tinham menos a ver com interações culturais do que com desenvolvimentos políticos internos.

Se as trocas culturais não foram determinantes para a inferiorização da mulher no período clássico, não se pode dizer o mesmo acerca da ocupação europeia no

continente americano, em particular na América Latina, pois, com os mais diversos grupos étnicos que aqui habitavam, os registros apresentaram que as práticas locais diferiam e até ofendiam os valores morais e religiosos dos invasores, fossem espanhóis ou portugueses. Para os missionários, além da liberdade sexual reinante entre os nativos, foi importante reduzir a influência feminina nas atividades sociais, restringindo-as à procriação e à execução de atividades domésticas, ainda que elas tenham sido as mais acessíveis à nova fé (STEARNS, 2017).

Ainda segundo o pesquisador, as mulheres indígenas, apesar de participarem de grupos essencialmente patriarcais, elas desenvolviam atividades artísticas e destacavam-se em rituais religiosos, dentro e fora dos lares, posteriormente tais participações lhes foram negadas pela igreja que se estabelecia. Do mesmo modo, na administração do patrimônio familiar, ainda que antes da chegada de portugueses e espanhóis elas tivessem acesso aos bens e sua gestão, o novo modelo apenas admitia homens em todos os cargos de comando. Além disso, a presença dos europeus foi responsável por epidemias como a varíola, ondas de violência e outras desordens que promoveram a morte de muitos nativos, deixando uma marca vergonhosa na história da América Latina (STEARNS, 2017).

Mais adiante, especificamente no século XIX, a psicologia e, por conseguinte a psicanálise passaram a integrar o rol das ciências que defendiam a inferioridade feminina, desta feita por meio de discussões sobre a sexualidade e sua relação com a incapacidade da mulher. Assim durante certo período a inferioridade feminina em relação à masculina teve respaldo científico, como aponta Joel Birman (1999, p. 11), em sua obra “Cartografias do Feminino” ao referir-se ao pensamento freudiano:

*Ter ou não ter falo e os seus atributos, seria essa a questão que dividiria o mundo dos sexos e dos gêneros. Ou, então, ser ou não ser o falo implicaria a dimensão narcísica originária da tal diferença sexual.*

*Acreditar-se portador de um poder de superioridade por ter o pênis como atributo do falo seria a crença maior da arrogância masculina em relação às mulheres. Em contrapartida, não ter o pênis como atributo do falo seria o signo maior da inferioridade das mulheres e a fonte proverbial de sua inveja.*

Neste e em outros trechos em que comentou a obra do pai da psicanálise, Birman (1999) apresentou o pensamento que predominou até o início do século XX, porém que se perpetuou até o seguinte como redigiram as estudantes do PNT na segunda e na quarta edição. O tom depreciativo referente à condição da mulher em

relação ao homem, de inferiorização pela ausência do falo, uniu-se a outras afirmações tomando a biologia como delimitador da ideia de fraqueza e posteriormente fragilidade feminina; naquele momento o machismo encontrou suporte nas ciências da saúde e embora alguns pesquisadores, a exemplo de Freud, tenham repensado suas teorias, para alguns homens, em particular aqueles que escolheram o caminho da violência, as suas companheiras eram consideradas como objetos e não como semelhantes.

A relevância dessa discussão acerca da passividade/inferioridade feminina encontrou em outro trecho da análise de Birman (1999, p.60) sobre a teoria freudiana, algo que merece destaque, pois, para ele, Freud argumentou que: “[...] as mulheres reconhecem com mais facilidade e assumem de bom grado a sua condição de insuficiência e desamparo, o que nem sempre é o caso dos homens”. Porém, nesse ponto a história constatou que ocorreu o oposto do que o pai da psicanálise pensava, haja vista que as mulheres avançaram, no mesmo período em que ele desenvolvia sua obra “Le fétichisme” (1927), por intermédio da luta por emancipação e acesso a alguns direitos, a exemplo do voto, como fizeram as sufragistas na primeira onda do feminismo.

Essa discussão influenciou a análise das redações por meio da memória discursiva ressignificada. Assim, ao ler os textos das estudantes, a temática da violência contra as mulheres esteve presente em toda a extensão, trazendo dados estatísticos, notícias de jornais da época, frases usadas em campanhas publicitárias ou expressões que se tornaram conhecidas em razão dos movimentos sociais, produzindo muitas paráfrases.

Como apresentado no tópico referente aos editais, esse era um dos temas propostos e o mais escolhido entre os inscritos no concurso em todas as edições, o que denotou a urgência percebida, a necessidade que o assunto fosse debatido e o discurso materializado na escrita. As expressões exclamativas e seus comandos reforçaram o desejo de mudança e uniram-se aos pedidos de vítimas, seus familiares e seus amigos, clamando por solução às autoridades, aguardando o encaminhamento de ações efetivas no combate ao feminicídio.

As formas de abordagem do tema, além de separadas pelo intervalo temporal de três anos, expuseram pontos de vista distintos de um mesmo desafio social e político, pois, se por um lado na segunda edição do PNT, a estudante tomou como

referência a banalização da violência contra a mulher no cotidiano a partir do espaço domiciliar, por outro, a segunda redatora, na quarta edição, optou por um cenário marcado pela indignação face à falta de respostas por parte das instituições públicas, usando referenciais estatísticos e tendo em conta a mobilização social por meio de organizações não governamentais, conduzindo o texto para fora das residências das vítimas e de suas famílias.

Houve aqui então um deslocamento, uma polissemia na discussão sobre as agressões praticadas do interior dos lares para os espaços públicos, à medida em que provocaram estudantes e educadores a refletirem e escreverem sobre o tema, a elaborarem argumentos, a buscarem informações, levantarem dados e organizarem seus discursos de modo que os leitores se identificassem com eles. E embora as duas redações apresentassem trechos que representavam a violência doméstica objetivamente, os destaques selecionados, em razão da similaridade foram distribuídos em dois blocos como denominado a seguir:

#### Bloco A – Da violência sexual

A violência sexual afeta, sobretudo, a mulher e ocorre no espaço doméstico. No caso do estupro, as maiores vítimas são as adolescentes e as jovens mulheres. Estudos indicam que, em geral, estes atos de violência são praticados por parentes ou pessoas próximas, dificultando a denúncia pelas vítimas (R1, PNT, 2008).

A violência sexual, sem sombra de dúvidas, é a pior, pois, em 85% dos casos, vem acompanhada de agressões físicas e verbais. As mulheres, além de sofrerem estupros e espancamentos, ainda têm que enfrentar a desilusão de estarem sendo violentadas por alguém tão próximo a elas (R2, PNT, 2011)

#### Bloco B – Da porção diária de violência

Essa violência se tornou tão corriqueira que, às vezes, a mulher não percebe que está sendo agredida ou que está sendo vítima de violência sexual e, quando se dá conta, tem medo de denunciar, porque o opressor muitas vezes a ameaça de morte ou de espancamento (R1, PNT, 2008).

Queixas, mais queixas e BO's são registrados todos os dias nas delegacias e praticamente não têm mais valor, pois, quando vemos mais um caso de mulher assassinada, e ao fazerem uma busca sobre a vida dela, descobre-se que a mesma já havia registrado inúmeras queixas contra o agressor que passou a ser assassino (R2, PNT, 2011).

As afirmações no primeiro conjunto revelaram a face cruel porque passaram vítimas sobreviventes e seus familiares, e ainda que tipificados no artigo 7º da lei

11.340/2006, a violência sexual foi negada ou subvalorizada pelos agressores, posto que as questões envolvendo o corpo feminino foram por muito tempo controversas, à medida que o corpo da mulher era negado a ela, objetificado, principalmente no relacionamento conjugal. Nos dois textos, questões como estupro e gravidez indesejada foram pontos importantes para as estudantes, marcas na memória discursiva, indício de escuta e de observações ao longo da vida, reveladas através da seleção vocabular e da pontuação que marcaram a linguagem.

O uso da estatística como fonte de informações foi também uma estratégia selecionada para respaldar as afirmações e revestir de veracidade os argumentos construídos, como em: “Estudos indicam” ou “85% dos casos”; embora não tenham identificado as fontes, lhes auferiram credibilidade, autoridade, como se não houvessem dúvidas sobre a veracidade, o que poderia ser tomado como indicativo de proximidade em relação às vítimas; não por ter convivido com elas mas, por empatia, por solidariedade, por sororidade.

Outro elemento que se destacou na escrita foi à existência de vínculo afetivo entre agressor e vítima, o que para as estudantes provocou estranhamento, em meio a um relacionamento que em geral não revelava amor, pelo contrário, expunha a ira manifesta, provocando sofrimento; tal percepção não foi enunciada, mas revelou-se um ponto nevrálgico no texto quando, sobretudo na redação de 2008 a violência não respeitou os laços familiares, mas mesmo assim, houve obstáculo à denúncia por parte das mulheres. Enquanto isso, na produção de 2011 a violência sexual foi acompanhada por espancamento. Em comum, os dois textos exibiram a frustração de uma relação de desamor, em um misto de paradoxo e antítese.

A despeito de não ter sido discutido, em nenhuma das redações, o ideário sobre casamento abrigou-se no não dito, como uma relação entre duas pessoas em que há amor recíproco, cujos papéis são bem definidos com a esposa abraçando a maternidade e cuidando da prole, e o marido como provedor da família, levando conforto e segurança a todos. Para traduzir tal imagem sobre a família, a palavra “desilusão” (Redação 01, PNT, 2008) transbordou em sentidos e sentimentos de dor, frustração e medo. A escolha do vocábulo “desilusão” foi resultante do aprendizado ao longo da vida, das conversas com familiares, dos debates nas escolas, nas leituras e das construções ideológicas, que contribuíram para criar o conceito por trás do nome.

Ainda sobre esse desconforto entre o ideal e o real do relacionamento entre vítima e agressor, o que provocou comentários sobre o direito de intervenção por parte do Estado nas famílias, Flávia Biroli (2018, p. 113-114) no livro *Gênero e Desigualdades* fez a seguinte afirmação:

É esse fato, não a idealização da vida familiar, que tem sido o fundamento das leis e das políticas de combate à violência doméstica. Entre as mais recentes, destaco a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340), de 2006, e a Lei Menino Bernardo (Lei 13.010), de 2014. Os avanços recentes são marcados pelo entendimento de que a privacidade não pode servir para proteger agressores e que as relações de poder no âmbito familiar devem ser reguladas com o objetivo de garantir a integridade física e mental das pessoas. A privacidade como conceito abstrato pode servir mal às pessoas mais vulneráveis na família e ocultar violências.

Mas, se por um lado a desilusão foi o que restou após a violência doméstica para muitas mulheres e seus filhos, a esperança de que os dispositivos legais pudessem ser aplicados pelo poder público também se fortaleceu à medida em que as ações começaram a ser implementadas nos estados e municípios; no entanto, foi também perceptível, nos discursos produzidos pelas jovens, que os agressores não se deixaram intimidar pela Justiça e pela Segurança Pública, com o número de casos de feminicídio sofrendo apenas uma tímida redução, resultante de um conjunto de fatores entre eles da morosidade na aplicação das leis e, por conseguinte, nas medidas de enfrentamento ali previstas.

Para o agressor, o entendimento sobre a relação afetiva foi bem diferente, sem muita idealização, voltada para a garantia da sua posição de mando ainda que por meio da força. Outro aspecto relevante foi o desdobramento dessa força em diferentes mecanismos de controle, todos devidamente tipificados no corpo da lei 11.340/2006, porém o mais intrigante foi reconhecer, por meio do estudo de Birman (1999, p. 205), como se deu a construção da superioridade masculina em detrimento da inferiorização feminina:

Nesse contexto, o caminho para se tornar mulher coloca a jovem em posição subalterna de reivindicar - diante do pai e dos homens em geral - uma criança/falo do sexo masculino, a fim de, especificamente, superar a ferida de sua condição feminina. Enfim, embora Freud tenha traçado três vias possíveis para o confronto das mulheres com sua castração - a frigidez, a virilidade e a maternidade -, evidenciou uma única possibilidade efetiva para o se tornar mulher de verdade, a saber, a maternidade.

A análise da teoria freudiana pelo psicanalista Joel Birman (1999) permitiu reconhecer no cenário da primeira República no Brasil, como os homens foram orientados até o início do século XX e de que modo a ideia sobre a maternidade ser a única finalidade do casamento, negando às esposas a própria identidade, o direito sobre o próprio corpo e, por conseguinte, determinando que a vida social delas fosse restrita aos cuidados com a casa e com a prole, de maneira que eles viam as companheiras como objeto para atender o desejo sexual e manter a linha sucessória, sem descuidar das atribuições domésticas. Já para algumas mulheres, a promessa de conforto, provisão e muito afeto, cobrava delas diversas habilidades, da gastronomia à economia, da puericultura à medicina alternativa, independente de sua classe social, sempre se esperou mais do que apenas serem elas mesmas.

Eis por que homens e mulheres olharam para o relacionamento sob prismas diferentes: se para eles era aceitável o uso da força física, o controle obsessivo, o sentimento de posse; para elas restavam a subalternação, o silenciamento e o desamparo emocional. Tantos foram os desafios manifestos no cotidiano retratado pelas estudantes, que alguns foram destacados para a análise, como na redação de 2008, em que a autora ao referir-se às agressões no interior dos lares das vítimas afirma: “Essa violência se tornou tão corriqueira que, às vezes a mulher não percebe que está sendo agredida ou que está sendo vítima de violência sexual...”.

Para pontuar a frequência com que ocorriam as investidas, a mesma seleciona o adjetivo “corriqueira” e a locução conjuntiva adverbial consecutiva “tão... que...” para provocar justamente o efeito de continuidade, como se a constância dos ataques fosse tão comum que não gerava nenhum estranhamento à vítima; em seguida, acrescentou a especificidade da violência sexual, o que remeteu de imediato ao sexo sem consentimento, em que o companheiro assume a indiferença à condição ou ao desejo da mulher em manter relações sexuais e a força, o que caracterizaria o estupro marital definido na lei 11.340/2006, em seu art.7º e que, em consonância com outros dispositivos legais, gerou condenações nos Tribunais de Santa Catarina e de Goiás (SANTOS, 2019).

Embora não inteiradas da nomenclatura acima apresentada, as estudantes apresentaram denúncias sérias acerca do cotidiano violento de algumas mulheres, seja como vítimas de crime sexual, seja pela omissão do poder público quanto à segurança daquelas que fizeram os boletins de ocorrência, mas, não foram

alcançadas pelas medidas protetivas prescritas na lei: “Queixas e mais queixas e B.O’s são registrados todos os dias nas delegacias e praticamente não têm mais valor...” (R2, PNT, de 2011). Com essas palavras, a jovem redatora fez ecoar as vozes dos familiares daquelas que perderam a vida, apesar de terem seguido os protocolos das secretarias de segurança pública. Ao escrever sobre tal situação, trouxe à memória a responsabilização dos organismos de direitos humanos, dos poderes de Estado e da sociedade, ao confrontá-los com a inoperância desse sistema por eles desenvolvido e defendido.

### **3.4.3 O *Empowerment* Feminino**

Nas redações do PNT não foi encontrado nenhum vocábulo que se referisse a *empowerment* ou a empoderamento, como o termo foi adotado no português, no entanto, embora tal expressão não fosse comum para as redadoras naquele momento ele perpassava a escrita, daí a necessidade de abordá-lo. Assim, houve parágrafos ou trechos nos trabalhos em tela, que de certa maneira, sinalizaram para seu uso. Antes, porém, de seguir para as produções premiadas, considerou-se relevante discorrer sobre conceitos circulantes no meio social, relativos a essa expressão.

Na trilha da conceituação havia muitos percursos a serem traçados, entre eles optou-se por iniciar pela reflexão acerca do desejo latente pelo poder, pelo controle, uma predominância do desejo de possuir e, por conseguinte, exibir aos demais como expressão de força e de virilidade, bem semelhante a muitos relacionamentos abusivos em que a mulher e a família são usadas pelo agressor como peça de alto valor em exposição ao público, contudo, fora dos holofotes sociais, são oprimidas, violadas sem culpa.

De origem inglesa, a palavra *empowerment* foi traduzida para o português como empoderamento, que não trouxe em si uma correspondência direta de significação, visto que teria relação direta com a ideia de tornar-se mais forte ou qualificado, mas não necessariamente ter poder. No Brasil tal palavra tem sido qualificada como neologismo e em razão disso, será bastante afetada pelo contexto em que for usada. Para alguns pesquisadores o vocábulo sofreu certo esvaziamento de sentido e tem sido empregado tão indiscriminadamente que exigiria hoje uma atenção a mais para não ser usada indevidamente.

A escritora Joice Berth no livro “O que é Empoderamento?” Da Coleção Feminismos Plurais, fez algumas inserções no campo da filosofia ao apresentar definições de poder por Hannah Arendt e Foucault; a partir dessas leituras ela convidou o leitor a observar mais que o sujeito detentor do poder, ou a seu aspirante, percorrendo acerca das condições em se encontraram aqueles que buscavam o poder, suas concepções e suas intenções no que dizia respeito aos desafios da história, da política, da cultura, da economia e da própria identidade cultural e étnica sobre seu projeto de sociedade, do presente e para adiante, seja para a maioria da população ou para os grupos minoritários.

Assim, o buscar ou oferecer empoderamento significa que falta poder àquela pessoa? E, por conseguinte haveria abundância de poder em quem o distribui? O real significado e em particular o uso de certos verbos, fizeram surgir tais questões e as respostas foram as mais diversas, daí o excerto a seguir ter sido relevante para esta reflexão:

Muitas vezes estar imerso na realidade opressiva impede-lhe uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido. A este nível, a percepção de si como contrário ao opressor não significa ainda que se comprometa numa luta para superar a contradição: um polo não aspira a sua libertação, mas a sua identificação com o polo oposto. Trata-se de uma visão individualista por causa de sua identificação com o opressor que não tem consciência de si mesmo enquanto pessoa, enquanto membro de uma classe oprimida (FREIRE, 1980, p.31 *apud* BERTH, 2018, p. 15).

Desse modo, mais que chamar a atenção sobre a definição de poder e de quem o detém, o trecho citado por Berth trouxe a relação entre o oprimido e o seu opressor, que se assemelhava à relação entre agressor e vítima, descrita nas redações das estudantes vencedoras do PNT; em geral pergunta-se por que as mulheres não saem dos relacionamentos abusivos, em particular nos casos em que não havia dependência econômica ou filhos, e apesar das redatoras não fazerem nenhuma referência direta sobre tal assunto, ele esteve implícito como, por exemplo, ao afirmar-se que “As mulheres são manipuladas de tal maneira, que têm medo de denunciar as agressões sofridas” (Redação 1, PNT, 2008). As razões por que elas permaneceram ligadas aos seus pares advém de um laço de opressão que as confunde e as impede de seguir, seja por medo ou por ignorar a própria condição.

O empoderamento pode estar mais próximo de uma construção conjunta, em que tanto a cidadã quanto às instituições que assumiram posições de mudança, e potencializaram as habilidades individuais e coletivas, de forma que todos são responsabilizados. Vale o registro de Berth (2018, p.20), ao afirmar que:

Quando falamos em *empoderamento*, sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido na atualidade, o que se deve em grande parte ao debate acrítico sobre o tema. Exatamente por isso, também vem sendo severamente criticado, não pelo seu significado, mas pela maneira esvaziada com que é utilizado e que foge completamente das raízes da teoria proposta.

Como afirmado no início deste tópico, esta palavra não foi usada por nenhuma das autoras, no entanto o empoderamento não se resume a um vocábulo, mas a um conjunto de ações e seu uso não é recente, pois, segundo Rute Baquero data do período da Reforma Protestante no século XVI, depois ele foi usado com os movimentos sociais nos anos 60 do século XX e se ampliou, fortalecendo a contracultura e os movimentos de libertação, passando a ser *empowerment*, significando emancipação social (2012, p.174). No Brasil a expressão tornou-se bastante conhecida no meio empresarial, para em seguida ser tomada com efetividade pelos movimentos em defesa dos direitos da mulher, como representação da força para mudar a própria história.

Com o sentido de mudança na condição da violência em que se encontrava, a ideia de as mulheres tomarem tal vocábulo como princípio foi importante nos textos analisados, seja para garantir o próprio bem estar, seja para projetar-se em direção uma nova vida. Como exemplo dessa percepção, foram feitos os seguintes destaques:

E aqui nos perguntamos: o que é que falta para termos todos esses aspectos positivos para a nossa comunidade? A resposta é bem simples: falta o apoio de todos, em geral. Temos que nos unir na luta contra a violência doméstica e sexista, pois só assim é que conseguiremos diminuir e muito a violência no estado (Redação 01, PNT, 2008).

Vamos lá, mulheres, façam sua parte denunciando o agressor para facilitar o trabalho da polícia. E não esqueçam: até quando vocês querem que a violência contra a mulher reine no Brasil? Façam sua parte e ajudem o Brasil a se tornar um país de todos, um país digno das mulheres (Redação 02, PNT, 2011).

Ao ler os destaques anteriores foi possível relacioná-los tanto com as ideias compartilhadas por Berth quanto com as afirmações de Baquero (2012, p. 177), ao referem-se ao que denominou de empoderamento comunitário, onde por meio desse haveria uma articulação coletiva em prol de um bem que parecia particular, mas cujo alcance não foi mensurável e traduzido em números, leia-se:

O empoderamento comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado.

De certo modo a redação de 2008 convocou a sociedade a assumir a responsabilidade pela violência que assolava o estado; tal convite não era uma metáfora ou um eufemismo desobrigando o poder público de assumir as falhas na segurança pública, mas um chamado à reflexão a respeito da postura de descaso e de omissão que vizinhos, amigos, familiares vinham ao longo do tempo assumindo ao esconder ou negar a violência doméstica que acontecia tão próximo a eles, agindo como se não tivessem conhecimento. Mais que uma legislação sensível às necessidades das mulheres de proteção e de abrigo, elas precisavam de aceitação social, de novas oportunidades para recomeçar a vida longe dos agressores, de apoio no cuidado com os filhos, isso vai além de medidas protetivas, pois, apenas a comunidade pode oferecer uma rede de solidariedade, empática e atuante.

O sentimento identitário, que tomou a estudante do texto de 2008, ficou explícito com as escolhas lexicais e a flexão verbal, pois ao usar a primeira pessoa do plural, incluiu-se. Nesse processo de inclusão, além da memória discursiva, o contexto em que se desenvolveu a escrita foi relevante, afinal a escola em que ela estudava encontra-se em uma região com alto índice de violência, limítrofe entre Recife e Jaboatão e nela é comum a ausência do poder público para atender à população com os serviços básicos como saneamento, segurança e saúde, agravados por sérios problemas de urbanização e ocupação desordenada. Dessa forma, a escola tornava-se um refúgio e uma janela para se pensar uma sociedade diferente, mais justa e igualitária.

A convocação da comunidade para mudar a realidade da violência doméstica no estado estava diretamente relacionada ao exercício político, habitual em reuniões de associações de moradores e clubes de mães, tão comuns para os residentes em

subúrbios dos grandes centros urbanos. Desde cedo as crianças já acompanham familiares em encontros nos quais representantes municipais apresentavam e ouviam propostas, faziam consultas e perscrutaram reivindicações de moradores e de lideranças comunitárias, em um exercício de negociação política, que se coadunava com a afirmação anterior de Baquero (2012).

Por outro lado, a redação de 2011 também fez uma convocatória, mas dessa vez inicialmente às mulheres, para logo em seguida se dirigir ao leitor e à sociedade em geral, como a estudante de 2008, conclamando todos ao compromisso de enfrentar a violência doméstica contra a mulher. Nesse texto dois aspectos se distinguiram, o primeiro referia-se ao início do parágrafo quando trouxe: “Vamos lá mulheres, façam sua parte denunciando o agressor para facilitar o trabalho da polícia”; esse convite ofereceu duas possibilidades de interpretação: a primeira que foi de estimular vítimas a não silenciarem, mas procurarem apoio para sair do relacionamento abusivo; e a outra seria o tom irônico ao referir-se à polícia, uma vez que durante muito tempo esteve omissa no dever de assegurar o direito à vida para as mulheres.

Em ambas as possibilidades de leitura vislumbra-se que na maior parte dos casos, as mulheres agredidas precisaram encontrar forças na dor para sair do relacionamento, pedir ajuda e tomar a vida em suas próprias mãos. Eis por que anos depois a palavra empoderamento passou a representar atitudes assim, porém não apenas isso como escreve Joice Berth (2018, p. 42):

Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair nas raias do pensamento liberal, servindo assim de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento.

Ao questionar o leitor sobre “[...] até quando vocês querem que a violência contra a mulher reine no Brasil? A estudante provocou seu interlocutor sobre algo que ela acreditava possível de ser respondido que era detentor do ‘poder’ de transformar a realidade das vítimas e de seus algozes. Ao dirigir-lhe tal indagação transferiu a responsabilidade pelas vidas das mulheres mortas, das que sofriam ameaças e daquelas que buscavam ajuda, junto às instituições públicas responsáveis, uma vez

que apesar do avanço na legislação, da ampliação da rede de apoio e de outras ações intersetoriais como o PNT, o feminicídio reinava e ainda reina no estado e no país.

O tom político ficou por conta da paráfrase final com o uso do *slogan* adotado pela Presidência da República naquela momento, em que o “Brasil é o país de todos”, mas não era das mulheres; no pronome indefinido o gênero a quem pertencia o país era o masculino, visto que as políticas públicas em vigor até aquele momento não alcançavam a maior parte da população, que era pouco mais de 51% formado por mulheres. Mesmo sendo numericamente superior, elas viviam em posição de inferioridade no que se referia ao direito básico à vida. No final, a estudante, encerrou seu texto expondo a condição indigna enfrentada pelas brasileiras.

Diante disso, esse capítulo seja ao término afirmando que ambas as estudantes hastearam a bandeira da luta por igualdade de direitos e de condições dignas para as mulheres em geral e que, apesar do intervalo temporal, se assemelham ao se identificarem com as milhares de vítimas espalhadas pelo território brasileiro e cujos assassinos sequer foram julgados; permitiram-se sentir a dor de familiares e amigos que em alguns casos sequer puderam viver o luto ao se lançarem nas ruas pedindo justiça. Em Pernambuco elas presenciaram matérias jornalísticas, passeatas, vigílias em favor de filhas, irmãs, mães, amigas que foram mortas em situações de violência doméstica. Os textos trouxeram essas e outras tantas marcas que ficaram emaranhadas no interdiscurso ou escondidas no não dito, mas, todas elas presentes e pulsantes, sob o véu do discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da educação como atividade profissional nem sempre é fruto de um período de reflexão e ponderação sobre vantagens e desvantagens, habilidades e desafios, condições de trabalho e compromisso, mas em geral resulta da intensa paixão e do desejo de transformar a sociedade por meio do conhecimento, da discussão, da predominância do coletivo sobre o individual, ou seja, tem mais de utópico do que de realidade. Assim, considerar que a educação pode e deve se envolver com temáticas universais como as relações de gênero, questionando, reelaborando práticas e fortalecendo a criticidade é o ápice de uma idealização concretizável.

Neste sentido, educação e gênero estão profundamente emaranhados, ainda que entre outros direitos, o acesso ao conhecimento tenha sido negado às mulheres em diferentes períodos da história e em distintas formas de organização social em que foram colocadas em posições que não pudessem ameaçar o controle masculino, contudo, elas buscaram superar esses entraves, ainda que não tenham ainda o devido reconhecimento:

Hoje têm, em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações (BIROLI, 2018, p.21).

Sobre essas desigualdades persistentes, sabe-se que ao se entrecruzar aspectos relacionados ao gênero ao trabalho e renda, à raça e à classe social, a situação torna-se ainda mais complexa. Todavia, em comum todas as mulheres compartilham a multiplicidade de responsabilidades atribuídas, pois, na hierarquização desigual das atividades foram também fortalecidos os limites de ação e de expressão que nos caberiam e desde então, atos violentos cometidos estão sendo punidos, mesmo que tardiamente e lentamente.

Os obstáculos enfrentados dentro dos lares, ao longo do desenvolvimento das sociedades, tornaram-se mais intensos à medida que as nações buscaram ampliar seus territórios, seu poder bélico e político e isso não foi diferente no Brasil, onde as primeiras feministas iniciaram participando dos chamados “grupos de reflexão”, em que se discutia acerca das condições das mulheres dentro e fora do lar, na política e

na produção intelectual, mas se no Brasil, vivia-se e o endurecimento do movimento político, fora, a pauta variava desde a discussão sobre a sexualidade, ao acesso às universidades (HOLLANDA, 2019).

Desse modo, nessa pesquisa buscou-se respostas, através do processo educativo, para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher com o objetivo de analisar o discurso de estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram premiados no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (PNT), na categoria redação e na temática “violência doméstica contra a mulher”, no período compreendido entre 2008 a 2012 e em escolas localizadas na região metropolitana de Recife.

A relevância de tal estudo está vinculada a fatores de ordens diversas, tanto de caráter antropológico, envolto no exercício da alteridade e, por conseguinte, da partilha do ser e do saber, quanto no entrecruzar, por meio das relações de sentido, de lugar e de força, as questões de gênero com as de ideologia e de política no combate ao feminicídio. Há ainda que se considerar os aspectos filosóficos e linguísticos analisados a partir da produção escrita no espaço escolar, resultante das reflexões e dos desafios locais de estudantes e professores envolvidos nesse cenário de dor e de injustiça, convidados a produzir conhecimento crítico sobre as relações de gênero e a violência que acometia às mulheres.

Mas, não somente as redações vencedoras foram examinadas, pois, o contato com educadores orientadores e com as estudantes premiadas foi crucial para entender como as temáticas do PNT sobre “violência doméstica contra a mulher” reverberam na atualidade, nas suas vidas e nas escolas premiadas. Assim, o problema de pesquisa levantado sobre a repercussão na prática pedagógica das escolas, após a premiação aos estudantes do PNT (Prêmio Naíde Teodósio), foi respondido nas entrevistas realizadas por meio de informações preciosas sobre a movimentação nas unidades de ensino e especificamente, na vida pessoal das ganhadoras.

Diante disso, reafirmamos a importância de se discutir as relações de gênero e violências advindas delas nos ambientes educacionais haja vista que é preciso debater sobre as desigualdades sociais e neste processo, o papel da escola e dos educadores é fundamental para a mudança do quadro de feminicídio ainda existente

(LOURO, 2014). Neste aspecto, temos que denunciar que apesar dos esforços, infelizmente a escola permanece como o lugar em que as diferenças, as desigualdades são reproduzidas e reforçadas há muito tempo, porém, professores e gestores podem contribuir para alterar isso trabalhando com iniciativas que tenham um alcance generalizado como reflete o Prêmio Naíde Teodósio.

Ainda que tenha sido criado como instrumento da política pública estadual de Pernambuco de enfrentamento à violência de gênero, no período analisado, além do PNT, não foi identificada nenhuma outra ação junto às escolas com esta finalidade, o que representa um investimento ínfimo por parte do estado no combate a esse tipo de agressão usando a educação para o estabelecimento deste diálogo. Especificamente sobre o prêmio, no que diz respeito ao processo de orientação das alunas, pudemos observar a ausência de envolvimento da Secretaria de Educação, naquele período seja analisado, na formação dos professores, na produção de material didático de apoio às atividades, referentes às temáticas propostas pelos editais, o que pode ter desestimulado algumas participações e, por conseguinte, o efetivo estudo sobre gênero como é destacado nos editais. Por fim, não há nenhum indício nas entrevistas de contribuição dos demais órgãos que organizaram o prêmio no desenvolvimento de quaisquer medidas de ensino ou de pesquisa nas escolas para fins de sensibilização dos docentes e gestores escolares, na perspectiva de dar prosseguimento às discussões após a premiação.

Assim, finalizamos reforçando que passados 13 (treze) anos do lançamento do PNT e 14 (catorze) da publicação da lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, o índice de violência doméstica contra a mulher no Brasil e em Pernambuco tem voltado a crescer, daí a urgência na ampliação de políticas públicas educacionais que incluam as discussões sobre gênero e educação nos currículos escolares, para além de projetos pontuais, mas sejam implementados de forma efetiva, envolvendo os diferentes segmentos escolares e as famílias. Essa é questão crucial que pode modificar mentes e posturas patriarcalistas e machistas, salvando a vida de muitas mulheres e por que não dizer de homens, toda a sociedade sofre com a violência doméstica.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E.D.A.; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

BAQUERO, Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-174 187, jan.-abr. 2012

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BIRMAN, Joel. **Cartografias do Feminino**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Portugal: Porto Editora LTDA. 1994. (Coleção Ciências da Educação).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, Caderno SECAD. 4 **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, maio de 2007 Organização: Ricardo Henriques, Maria Elisa Almeida Brandt Rogério, Diniz Junqueira, Adelaide Chamusca.

BRASIL, **Decreto nº 36.584**, de 27 de maio de 2011. Modifica o Decreto nº 30.252, de 08 de março de 2007, e alteração, que cria Comissão Permanente de Políticas Integradas para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexista, no âmbito da Secretaria Especial da Mulher, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei no 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Instituto de Pesquisa e economia Aplicada, **Avaliando a efetividade da aplicação da Lei Maria da Penha**, Brasília, 2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República (SPM/PR). **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**. Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres Brasília, 2011, Ideal Gráfica e Editora Disponível:  
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 06/02/2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 de março de 2020.

BRASIL. **Portaria nº 15 de 08 de março de 2017**, institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências. DJe/CNJ, nº 36, de 09/03/2017, p. 2-4.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Observatório da Mulher contra a Violência**. Política Nacional de enfrentamento à violência contra a mulher. Brasília, 2011. Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 29 de março de 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra as Mulheres**. Disponível em:  
[https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/imagem/Dossie\\_FMPE\\_CPMI\\_vcm.pdf](https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/imagem/Dossie_FMPE_CPMI_vcm.pdf)). Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 588, In. **AgRg no AREsp 733395 / MS** Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 2015/0151644-8 TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 18/09/2017). In:  
<https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TIT1TEMA0> Acesso em: 25 de março de 2020.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017.

BY ABSTARTUPS, **Tudo que você precisa saber sobre startups**, Julho 5, Primeiros Passos, 2017. Disponível em: <https://abstartups.com.br/o-que-e-uma-startup/>. Acesso em: 27 de março de 2020

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CRUZ, Ane; ARAÚJO, Jadilza; CERQUEIRA, Tais. BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 29 de março 2020.

DEL PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Brassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: contexto,2017.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Tribunal superior do trabalho. Secretaria. **Ato n 151**, de 19 de março de 2015. Brasília, DF, Edição n. 55, 23 mar. 2015. Seção I, p. 1. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/100238/2015\\_03\\_23\\_do2\\_00055\\_pag\\_00078.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/100238/2015_03_23_do2_00055_pag_00078.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Tribunal superior do trabalho. Secretaria. **Avisos de Licitação Pregão Nº 68/2006**., Brasília, DF, n. 151, 08 ago. 2006. Seção I, p. 1-4. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/135951/2006\\_08\\_08\\_dou\\_3\\_00151\\_pag\\_00089a00090.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/135951/2006_08_08_dou_3_00151_pag_00089a00090.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In.: FALCI, Miridan Knox (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: contexto,2017.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**, 7 ed. São Paulo. Cortez, 2001. (Coletânea de textos de vários autores).

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas- Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; LOSSO, Juliana C. M. **Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA Regina Lucia Sucupira. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas** Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019. 400p

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Ipea revela dados inéditos sobre violência contra a mulher**. 19 set. 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=19873](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873)>. Acesso em: 27 de março de 2020, às 21:45.

INSTITUTO MARIA DA PENHA – IMP. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 27 de março de 2020, às 21:34

LOS RIOS, Marcela Lagarde Y De. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 2 ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2015

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Proposições, v. 19, n. 2, p.17-23, mai.-ago, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade. v. 20, n. 2, p. 101-32, jul.-dez., 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16, ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, Lourdes Marcelino; MAIA, Graziela Zambão Abdian; LAMBEGALINI, Andréia Cristina (Orgs.) Fregate Baraldi. **Pesquisa em Educação: passo a passo**. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MAZIÉRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Trad. Marco Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MELO, Ana Paula. **Violência contra as Mulheres em Pernambuco**. Coord. Equipe do SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia. Novembro, 2015. Disponível em: [http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Viol%C3%Aancia-contra-as-mulheres\\_Diagn%C3%B3stico-PE-e-Regi%C3%B5es.pdf](http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Viol%C3%Aancia-contra-as-mulheres_Diagn%C3%B3stico-PE-e-Regi%C3%B5es.pdf). Acesso em: 22 de maio de 2019 às 10:49.

MIRANDA, Isabella. **“Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?”** Uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MÚCIO, Sévulo; CAVALCANTI, Sandra. **Abordagens sobre práticas docentes com os resultados obtidos**. Recife, 2019.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística-domínios e fronteiras**. 5 ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. 1994. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-61.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001 (Coleção Passando a limpo).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto – Formulação e circulação de sentidos**. 3 ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. In.: ZENAIDE, M. N. T. et al. (Org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 295-311.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma análise crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) In.: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014, p.159-250.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N. 1, p. 77-98, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>, acesso em 02/04/2020)

PERNAMBUCO, Fórum De Mulheres de Pernambuco – FMPE. **Dossiê Fórum de Mulheres de Pernambuco para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência Contra as Mulheres**, Recife, 16 de abril de 2012. Disponível em: [https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/imagem/Dossie\\_FMPE\\_CPMI\\_vcm.pdf](https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/imagem/Dossie_FMPE_CPMI_vcm.pdf), Acesso em: 22 de maio de 2019, 10:54.

PERNAMBUCO, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI. **A Região Metropolitana do Recife**. 2016. Disponível em: <https://www.pdui-rmr.pe.gov.br/RMR>. Acesso em: 08 de fevereiro 2020.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 30.569, de 29 de junho de 2007**. DOE 02.07.2007 Cria o Comitê Estadual de Governança do Pacto Pela Vida, e dá outras providências.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 36.584**, de 27 de maio de 2011. Modifica o Decreto nº 30.252, de 08 de março de 2007, e alteração, que cria Comissão Permanente de Políticas Integradas para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexista, no âmbito da Secretaria Especial da Mulher, e dá outras providências.

PERNAMBUCO. **Plano de desenvolvimento urbano integrado - Região Metropolitana do Recife**. Disponível em: < <https://www.pdui-rmr.pe.gov.br/RMR>>, acesso em 14 de dezembro se 2019, às 12:11.

PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Segurança Pública-PESP-PE 2007**. Programa Pacto Pela Vida. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20034%20Anexo%2004.pdf>, acesso em 04/02/2020, às 23:22.

PERNAMBUCO. Polícia Civil de Pernambuco. **Portaria GAB-SDS Nº 2028 de 12-07-11** institui o Boletim de Ocorrência Eletrônico (BOE) no âmbito de todas as unidades operacionais da Polícia Civil do Estado e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.sds.pe.gov.br/images/media/arquivos/ATOS\\_NORMATIVOS/Portaria%20BOE/PORTARIA%20GAB-SDS%20N%C2%BA%202028%20de%2012-07-11.pdf](http://www.sds.pe.gov.br/images/media/arquivos/ATOS_NORMATIVOS/Portaria%20BOE/PORTARIA%20GAB-SDS%20N%C2%BA%202028%20de%2012-07-11.pdf)  
Acesso em: 25 de março de 2020.

PERNAMBUCO. Polícia Civil de Pernambuco. Gerência de Recursos Humanos. Unidade de Capacitação e Desenvolvimento Divisão de Desenvolvimento Institucional. **Decreto n. 38.576**, de 27 de agosto de 2012. Cria as Câmaras Técnicas do Pacto Pela Vida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/legislacao-enfrentamento>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2010**: Concurso de Redações e Artigos Científicos Ano IV. Secretaria da Mulher; organização de Maria do Rosário da Silva; Recife: A Secretaria. 2011. Disponível em: <[http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863)>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2012**: concurso de redações e artigos científicos ano V. Secretaria da Mulher de Pernambuco. – Recife: A Secretaria, 2012. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863). Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2013**: concurso de redações e artigos científicos ano seis (Ano VI). Secretaria da Mulher de Pernambuco. Recife: A Secretaria, 2013. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863). Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2014**: concurso de redações e artigos científicos ano sete (Ano, VII). Secretaria da Mulher do Governo do Estado de Pernambuco. Recife: A Secretaria, 2014. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863). Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero: ano IX**. Secretaria da Mulher, prefácio Abraham Benzaquen Sicsú. Recife: A Secretaria, 2017. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863). Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2015**: concurso de redações e artigos científicos, ano oito. (Ano VIII). Organização: Rickson Medeiros; Valdirene G. A. Azevedo. Recife: Secretaria da Mulher, 2015. Disponível em:

[http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3b21d15f-836b-4996-b1ad-a66367e83911&groupId=30863). Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE). **Números de vítimas de violência doméstica e familiar do sexo feminino por município – janeiro de 2012 a dezembro de 2016**. Disponível em: [http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_](http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_). Acesso em: 30 de julho de 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria Especial da Mulher (SecMulher-PE). **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2009**: Concurso de Redações e Artigos Científicos Ano III. Secretaria Especial da Mulher; organização da publicação Celma Tavares; Rosário Silva; Amanda Scott; Cristina Camarotti Recife: A Secretaria. 2010. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863). Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE). Governo do Estado de Pernambuco Secretaria Especial da Mulher. 2009. **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero - Ano II**. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863). Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria Especial da Mulher **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2007**: Concurso de Redações e Artigos Científicos Ano I. Secretaria da Mulher. 2007. Disponível em: <http://www.facepe.br/edital-do-1a-premio-naide-teodosio-de-estudos-do-genero-2/> Acesso em: 15 de agosto de 2020.

PERNAMBUCO. **Secretaria Especial da Mulher**, Edital n. 3, de 02 de julho de 2007 e Edital nº 6 de outubro de 2009.

PERNAMBUCO. Secretaria Especial da Mulher. **Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2008**. Secretaria Especial da Mulher; Celma Tavares, Rosário Silva (Orgs), Recife: Secretaria Especial da Mulher, 2009. Disponível em: [http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863](http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=39e468bb-ff55-4da2-8ae8-93b601460b72&groupId=30863). Acesso em: 14 de abril de 2020.

RAGO, Margareth. In.: VENTURINI, G.; RECAMAM, M.; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: RAMINELLI, Ronald (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2017

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na colônia**. In.: \_\_\_\_\_. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: autêntica, 2000.

SANTOS, João Luiz Miguel Ferreira dos. Estupro Marital sob a ótica do Ordenamento Jurídico. **Revista Âmbito Jurídico**. Direito Penal. São Paulo. Nº 180. Ano XII. Janeiro/ 2019. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/180/estupro-marital-sob-a-otica-do-ordenamento-juridico/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Thayana de Oliveira. **As Mulheres do Raio Leste**: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. (Dissertação), Recife, 2016.

SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da análise do discurso**. Tradução: Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Piovenazi e Vanice Sargentini. São Paulo: Ática, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José C.; SANFELICE, José Luiz (Orgs). **História e História da Educação**. 3 ed. 2006. Campinas São Paulo, Autores Associados: HISTEDBR, 2006, Edição contemporânea (Coleção educação contemporânea).

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp.71-99.

SOUZA, E. F. **Histórias e Memórias da Educação em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

STEARNS, Peter N. **História das Relações de Gênero**. Tradução: Mirna Pinsky. 2 ed.,4. reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VENTURIN, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgas.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (Orgs.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação**. Teoria e Prática. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### Levantamento de teses e dissertações sobre violência doméstica contra a mulher e educação

##### Pesquisa Bibliográfica

A relação a seguir resume no conjunto do repositório de dissertações e teses em que já em seus títulos apresentam algum indício temático, temporal ou geográfico que se aproxima ou assemelha com a pesquisa que aqui apresentada

Total: 9.470 teses e dissertações, aberto a todas as áreas de pesquisa.

Relacionados à Educação: 112

Quadro 1. Relação do repositório de dissertações e teses com indício temático, temporal ou geográfico que se aproxima ou assemelha com a pesquisa

Área	Gênero	Ano	Título	Autoria
Psicologia	Dissertação	2010	1- Violência de gênero e educação: nas malhas e tramas discursivas de documentos de domínio público	<u>Pontes de Mello, Rodrigo</u>
Direitos Humanos	Dissertação	2017	2- “Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”: um estado de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco	<u>JACOB, Maria Julieta Correia</u>
Serviço Social	Dissertação	2010	3-Feminismo; Violência Contra a Mulher; Patriarcado; Relações Humanas; Capitalismo	<u>Diniz, Maria José Pereira</u>
Saúde coletiva	Dissertação	2011	4-Mulheres do Recife enfrentando a violência cometida pelo parceiro íntimo	<u>de Aquino Silva, Raquel</u>
Sociologia	Dissertação	2009	5-Assassinatos de mulheres : violência urbana ou femicídio?	<u>de Azevedo Albuquerque, Luzia</u>
Educação Contemporânea CAA	Dissertação	2016	6-“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru	<u>OLIVEIRA, Karinny Lima de</u>
Sociologia	Dissertação	2009	7- Homicídios intencionais de mulheres no Recife: Um estudo de caso	<u>CUSTÓDIO, Rosier Batista</u>
Antropologia	Tese	2013	8-Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero	<u>SANTOS, Valdonilson Barbosa dos</u>
Linguística	Dissertação	2008	9- Discurso feminino: uma análise crítica de identidades sociais de mulheres vítimas de violência de gênero	<u>GOMES, Jaciara Josefa</u>

Educação Contemporânea CAA	Dissertação	2017	10- Relações de gênero no contexto do Programa de Educação Integral (PEI): os desafios dos conteúdos da jornada ampliada	<u>SILVA, Fernanda Cavalcante da</u>
Gestão em economia e saúde	Dissertação	2016	11- Impacto da Lei Maria da Penha na violência contra a mulher no Recife e Região Metropolitana: uma análise de tendência temporal	<u>MAGALHÃES, Ana Lúcia Guerra Albuquerque</u>
Sociologia	Tese	2014	Como morre uma mulher? : configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco	<u>Gomes, Ana Paula Portella Ferreira</u>
Educação	Dissertação	2006	As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim-PE: silêncio ou desvelamento?	<u>SOUSA, Bernardina Santos Araújo de</u>
Antropologia	Dissertação	2010	15- O processo de reconstrução da vida das mulheres que sofrem violência doméstica no Recife	<u>das Chagas Saraiva, Jeiza</u>
Sociologia	Dissertação	2012	<b>Homens e masculinidades na política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres</b>	<u>Silva, Hermerson de Moura</u>

**Fonte:** Repositório de dissertações e teses da Universidade Federal de Pernambuco <https://repositorio.ufpe.br/> dia de acesso: 16 de janeiro de 2019.

Quadro 2. Levantamento sobre dissertações e teses sobre violência doméstica contra a mulher e educação, relacionados à Educação e por aproximação temática, no repositório da UFPE e na BTB.

Área	Gênero	Ano	Título	Autoria
Psicologia	Dissertação	2010	Violência de gênero e educação: nas malhas e tramas discursivas de documentos de domínio público	<u>Rodrigo Pontes de Mello</u>
Direitos Humanos	Dissertação	2017	“Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”: um estado de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco	<u>Maria Julieta Correia Jacob</u>
Serviço Social	Dissertação	2010	Feminismo; Violência Contra a Mulher; Patriarcado; Relações Humanas; Capitalismo	<u>Maria José Pereira Diniz</u>
Saúde coletiva	Dissertação	2011	Mulheres do Recife enfrentando a violência cometida pelo parceiro íntimo	<u>Raquel de Aquino Silva</u>
Sociologia	Dissertação	2009	Assassinatos de mulheres : violência urbana ou femicídio?	<u>Luzia de Azevedo Albuquerque</u>
Educação Contemporânea CAA	Dissertação	2016	“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru	<u>Karinny Lima de Oliveira</u>
Sociologia	Dissertação	2009	Homicídios intencionais de mulheres no Recife: Um estudo de caso	<u>Rosier Batista Custódio</u>
Antropologia	Tese	2013	Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero	<u>Valdonilson Barbosa dos Santos</u>
Linguística	Dissertação	2008	Discurso feminino: uma análise crítica de identidades sociais de mulheres vítimas de violência de gênero	<u>Jaciara Josefa Gomes</u>
Educação Contemporânea CAA	Dissertação	2017	Relações de gênero no contexto do Programa de Educação Integral (PEI): os desafios dos conteúdos da jornada ampliada	<u>Fernanda Cavalcante da Silva</u>
Gestão em economia e saúde	Dissertação	2016	Impacto da Lei Maria da Penha na violência contra a mulher no Recife e Região Metropolitana: uma análise de tendência temporal	<u>Ana Lúcia G. Albuquerque Magalhães</u>
Sociologia	Tese	2014	Como morre uma mulher? configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco	<u>Ana Paula Portella Ferreira Gomes</u>
Educação	Dissertação	2006	As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim-PE: silêncio ou desvelamento?	<u>Bernardina S. Araújo de Sousa</u>
Antropologia	Dissertação	2010	O processo de reconstrução da vida das mulheres que sofrem violência doméstica no Recife	<u>Jeiza das Chagas Saraiva</u>
Sociologia	Dissertação	2012	Homens e masculinidades na política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres	<u>Hermerson de Moura Silva</u>

Fonte: Repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco.

## APÊNDICE B

### Levantamento de teses e dissertações sobre violência doméstica contra a mulher com aproximação temática no repositório da Capes.

Quadro 3. Levantamento de teses e dissertações sobre violência doméstica contra a mulher com aproximação temática no repositório da Capes

Área	Gênero	Ano	Título da dissertação/tese	Autoria	Instituição
Educação	Dissertação	2007	Violência doméstica: a interdisciplinaridade como mediação no espaço escolar'	Terezinha de Jesus Barbosa da Silva	UFAL
Educação	Dissertação	2011	Currículo escolar: possibilidade de apoio ao enfrentamento da violência doméstica (estudo de uma prática em São José dos Campos/SP)	Daniela de Araújo Ando	PUC-SP
Antropologia	Tese	2018	Práticas Feministas em contextos educacionais	Julyana Vilar de Franca Manguinho	UFRN
Educação	Dissertação	2000	Violência Doméstica: possibilidades e limitações de intervenção de uma escola pública	Cristina Mosquetta de Moraes	Univ. Católica de Brasília

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES).

Quadro 4. Levantamento de teses e dissertações com aproximação temática com Prêmio Naíde Teodósio com aproximação temática no repositório da Capes

Área	Gênero	Ano	Instituição	Título	Autoria
Sociologia	Dissertação	2012	UFPE	Homens e masculinidades na política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres	Silva, Hermerson de Moura
Antropologia	Tese	2012	UFPE	Crime é "coisa de mulher": Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife-PE.'	Oliveira, Luciana Maria Ribeiro
Antropologia	Dissertação	2011	UFPE	Sobre gatas velhas e santas: vínculos afetivos e dupla proteção entre mulheres jovens de uma comunidade da periferia do Recife	Silva, Núbia Michella Clementino da
Antropologia	Dissertação	2010	UFPE	Ele ainda canta de galo: Etnografando homens pobres no Domínio da casa'	Santos, Giselle Maria Nanes Correia dos
Integrado em saúde coletiva	Dissertação	2011	UFPE	Mulheres do Recife Enfrentando a Violência Cometida pelo Parceiro Íntimo	Silva, Raquel De Aquino

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES)

Quadro 5. Levantamento de teses e dissertações com aproximação temática sobre Naíde Teodósio com aproximação temática no repositório da UFPE

Dissertação/Tese	Ano	Título da dissertação/tese	Autoria
Dissertação	<b>2016</b>	As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967)	SANTOS, Thayana de Oliveira

Fonte: Repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco

## APÊNDICE C

### Questionário aplicado às estudantes que foram vencedoras do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero

1- Ano de participação/Edição

2- Questões gerais

- a) Como tomou conhecimento do Prêmio?
- b) O que lhe moveu a participar?
- c) Qual a motivação para escolha desse tema?
- d) Como se desenvolveu a participação do professor e da escola na produção textual?
- e) Houve participação de outros estudantes da turma no concurso?
- f) Que conhecimentos anteriores ao prêmio você tinha sobre o tema?
- g) Como você elaborou sua redação/que fases/procedimentos?
- h) Você conhece ou convive com mulheres vítimas de violência doméstica?  
Em caso positivo, que tipo relacionamento há entre vocês?
- i) Considera que alguém ou algum fato/evento/texto contribuiu para produção de sua redação?
- j) Percebeu alguma mudança em si mesma ou nos colegas a partir da premiação?
- k) Como você percebe a violência doméstica contra a mulher atualmente?
- l) Houve mudança na sua forma de ver/pensar sobre o assunto entre o período anterior a premiação e os dias atuais?

## APÊNDICE D

### **Questionário aplicado a professores cujas estudantes foram vencedoras do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero**

- 1- Como tomou conhecimento do concurso?
- 2- Já havia participado de alguns concursos de redação anteriormente?
- 3- A escola trabalha/desenvolve projetos visando à participação em concursos em geral? E de redação?
- 4- Que docentes de que disciplinas costumam participar de atividades desse tipo?
- 5- Como os pais vêm à participação dos filhos em atividades desse tipo?
- 6- Há/ Houve uma preparação para as participações?
- 7- Após a premiação no PNT o que mudou no andamento da Escola?
- 8- Houve mudança na compreensão sobre a violência doméstica contra a mulher entre os docentes? E entre os estudantes?

**ANEXO A**  
**Editais do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano II**  
**Edital Nº 05/2008**

Seleção pública destinada a premiar estudos de gênero, observando a diversidade de classe social, raça e etnia das mulheres no território pernambucano, nas seguintes categorias: 06 (seis) artigos científicos, 10 (dez) relatos de experiência, 10 (dez) redações e 01 (um) roteiro para documentário de curta-metragem digital, tudo conforme disposto no Art. 52, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as condições estabelecidas neste Edital.

Capítulo I – Das Disposições Gerais

**Art. 1º** – A Secretaria Especial da Mulher, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, a Companhia Editora de Pernambuco – CEPE e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, em conformidade com o Protocolo de Intenções assinado em 01/07/2008, tornam público o lançamento do presente Edital e convidam estudantes de pós-graduação, graduação e do ensino médio; professoras e professores do ensino médio, a apresentar redações, artigos científicos, relatos de experiência e roteiro para vídeo documentário de curta metragem digital, de acordo com as prioridades, condições e linhas temáticas definidas neste Edital.

Capítulo II – Da Coordenação e Comissão Organizadora

**Art. 2º** - A coordenação do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano II é de responsabilidade da Secretaria Especial da Mulher. A comissão organizadora é constituída pela Secretaria Especial da Mulher, Secretaria de Educação, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – Facepe, Companhia Editora de Pernambuco – Cepe e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe.

### Capítulo III – Do Objetivo

**Art. 3º** - O presente Edital tem por objetivo estimular e fortalecer a produção crítica de conhecimentos sobre as relações de gênero, contribuindo para a promoção dos direitos das mulheres em sua diversidade, através de pesquisas e estudos que busquem contemplar as dimensões de raça, etnia e classe social.

### Capítulo IV – Dos Temas

**Art. 4º** - O Concurso de Redações e Artigos Científicos, em sua segunda edição, na área das relações de gênero, mulheres e feminismos abordará os temas deste campo, contemplando as interseções de raça, etnia e classe social:

- I.** Violência doméstica e sexista;
- II.** Inserção das mulheres nos espaços de poder;
- III.** Mulher e meio ambiente;
- IV.** Mulher e cultura;
- V.** Agricultoras familiares e reforma agrária;
- VI.** Feminização da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- VII.** A participação da mulher negra na formação da sociedade pernambucana;
- VIII.** A participação da mulher indígena na formação da sociedade pernambucana.

### Capítulo V – Do Público

**Art. 5º** – Poderão participar:

- I. Estudantes de pós-graduação** - regularmente matriculadas (os) em cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado, reconhecidos pela CAPES, no Estado de Pernambuco;
- II. Estudantes de graduação** - regularmente matriculadas (os) em cursos de graduação reconhecidos pelo MEC, no Estado de Pernambuco;
- III. Estudantes do ensino médio** - regularmente matriculadas (os) em escolas públicas ou privadas e em escolas técnicas de nível médio, reconhecidas pelo MEC, no Estado de Pernambuco;

**IV. Professoras e professores do ensino médio** - pertencentes ao quadro de escolas públicas ou privadas e de escolas técnicas de nível médio, reconhecidas pelo MEC, no Estado de Pernambuco.

Capítulo VI – Das Modalidades

**Art. 6º** - O Prêmio será atribuído em 07 (sete) modalidades:

**I. Modalidade estudante de pós-graduação:** serão premiados os 3 (três)

melhores artigos científicos; **II. Modalidade estudante de graduação:** serão premiados os 3 (três) melhores artigos científicos;

**III. Modalidade estudante de graduação da área de comunicação social:** será premiado o melhor roteiro para vídeo documentário digital;

**IV. Modalidade estudante do ensino médio:** serão premiadas as 10 (dez) melhores redações;

**V. Modalidade professor e professora do ensino médio:** serão premiados os 10 (dez) melhores relatos de experiência;

**VI. Modalidade mérito institucional:** receberão diploma de reconhecimento institucional a Universidade e Escola com maior número de inscrições aceitas de cada uma das seguintes regiões do Estado: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

**VII. Menção honrosa:** na categoria redação 02 (duas) serão publicadas no Livro do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano II, com o título de menção honrosa.

Capítulo VII – Da Premiação

**Art. 7º** – As premiações terão por referência os seguintes valores:

**I. Modalidade estudante de pós-graduação:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para cada uma das 3 (três) candidaturas selecionadas.

**II. Modalidade estudante de graduação:** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada uma das 3 (três) candidaturas selecionadas.

**III. Modalidade roteiro para documentário de curta metragem digital:** R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para 01(uma) única candidatura premiada, que deverão,

obrigatoriamente, ser investidos na produção do vídeo documentário, em conformidade com os itens descritos no **anexo VI** do presente edital.

**IV. Modalidade Estudante do Ensino Médio:** 01 Computador (CPU, monitor LCD, teclado, mouse, caixa de som e estabilizador) com sistema operacional instalado e uma impressora, para cada uma das dez candidaturas selecionadas.

**V. Modalidade Professora e Professor do Ensino Médio:** 01 LAPTOP com sistema operacional instalado e impressora multifuncional, para cada uma das dez candidaturas selecionadas.

**VI. Modalidade Mérito Institucional:** será concedido diploma de reconhecimento institucional para a Universidade e Escola com maior número de inscrições aceitas de cada uma das seguintes regiões do Estado: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** SOBRE O VALOR TOTAL DOS PRÊMIOS INCIDIRÃO ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

#### Capítulo VIII - Das Inscrições

**Art. 8º** – As inscrições para o concurso são gratuitas e serão realizadas no período de 11/08/2008 a 31/10/2008. A Ficha para a inscrição está disponível no endereço: <http://agil.facepe.br>, nas escolas estaduais e secretarias de educação dos municípios.

**Art. 9º** - Não serão aceitas inscrições enviadas por *e-mail* (correio eletrônico). As redações, os artigos científicos, os relatos de experiência e o roteiro para vídeo documentário de curta metragem digital não poderão ser manuscritos.

**Art. 10** - As documentações e inscrições enviadas após o dia 31/10/2008 não serão aceitas. Para efeitos de comprovação, será considerada a data do carimbo dos Correios.

**Art. 11** - Em todas as categorias da premiação cada participante poderá inscrever somente um trabalho, e este deverá ser individual e inédito.

**Art. 12** - As inscrições com dados, informações e documentações falhas e/ou incompletas, ou ainda fora do formato exigido para cada uma das categorias, não serão aceitas.

**Art. 13** - O ato de inscrição implica na aceitação irrestrita, pelo concorrente, de todas as condições constantes neste edital, podendo a inscrição ser impugnada em qualquer fase da seleção, se for constatada qualquer irregularidade ou desconformidade com as normas aqui discriminadas.

**Art. 14** - Após divulgação do Resultado Final as pessoas agraciadas com o Prêmio deverão comprovar a matrícula e/ou vínculo com as respectivas escolas e instituições de ensino, enviando cópia do comprovante de matrícula ou declaração devidamente assinada e carimbada pela instituição.

**Parágrafo Único** – Não serão aceitas inscrições que não cumpram com as exigências contidas neste edital, nem as apresentadas fora do prazo nele estabelecido, conforme previsto nos **arts. 10 e 12** deste edital.

Capítulo IX – Das Inscrições na modalidade estudante de pós-graduação

**Art. 15-** Estudantes de pós-graduação deverão fazer as inscrições pela internet no endereço: <http://aqil.facepe.br/cadastro.php>. Para a inscrição nesta modalidade, exige-se:

- I.** Ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no endereço: <http://aqil.facepe.br/cadastro.php>;
- II.** Currículo atualizado, no ano de 2008, na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br.index.htm>) e anexado no processo de inscrição;
- III.** Artigo científico completo, sem identificação de autoria, com o máximo de 20 páginas sobre o tema proposto, contendo: título, introdução, objetivos, metodologia, resultados da pesquisa, discussão, conclusões e referências bibliográficas (segundo as regras estabelecidas no ANEXO I deste edital).
- IV.** Os artigos científicos devem ser apresentados em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm;

**V.** Em folha separada do artigo, com o máximo de 30 linhas, enviar título, resumo do trabalho e as palavras-chave (até cinco), autoria, instituição e professor ou professora orientadora, se houver;

**VII.** Não serão aceitos planos de trabalhos ou projetos de pesquisa;

**Parágrafo Único:** Só serão encaminhados à Comissão Julgadora os artigos científicos que estiverem de acordo com as especificações acima mencionadas.

Capítulo X - Das inscrições na modalidade estudante de graduação

**Art. 16** - Estudantes de graduação deverão fazer as inscrições pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php>. Para a inscrição nesta modalidade, exige-se:

- I.** Ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php>;
- II.** Currículo atualizado, no ano de 2008, na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/index.htm>) e anexado no processo de inscrição;
- III.** Artigo científico completo, sem identificação de autoria, com o máximo de 15 páginas, sobre o tema proposto contendo: título, introdução, objetivos, metodologia, resultados da pesquisa, discussão, conclusões e referências bibliográficas (segundo as regras estabelecidas no ANEXO I deste edital);
- IV.** Os artigos científicos devem ser apresentados em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm (para citações consultar o anexo I deste Edital).
- V.** Em folha separada do artigo, com o máximo de 30 linhas, enviar título, resumo do trabalho e as palavras-chave (até cinco), autoria, instituição, professor ou professora orientadora, se houver;

**VI.** Não serão aceitos planos de trabalhos ou projetos de pesquisa;

**Parágrafo Único:** Só serão encaminhados à Comissão Julgadora os artigos científicos que estiverem de acordo com as especificações acima mencionadas.

Capítulo XI - Das inscrições na modalidade estudante do ensino médio

**Art. 17** - Estudantes do ensino médio poderão fazer as inscrições pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br> ou pelos Correios.

**Art. 18** – Para inscrições realizadas pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br>, exige-se:

- I.** Ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php>
- II.** Redação, sem identificação de autoria, com o mínimo de 2 (duas) páginas e o máximo de 4 (quatro) páginas, sobre o tema proposto contendo: introdução, desenvolvimento e conclusão estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos;
- III.** As redações devem ser apresentadas em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm;
- IV.** Em folha separada, enviar o nome da/do autora (o), tema; escola (indicar endereço e telefone da escola), nome do professor ou professora que orientou a redação, se houver, enviado em folha separada;

**Parágrafo Único:** Só serão encaminhados à Comissão Julgadora as redações que estiverem de acordo com as especificações acima mencionadas.

**Art. 19** - Das inscrições realizadas nos Correios, exige-se:

- I.** Ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no endereço: <http://agil.facepe.br> ou nas escolas e secretarias de educação municipais.
- II.** Redação, sem identificação de autoria, com o mínimo de 2 (duas) páginas e o máximo de 4 (quatro) páginas, sobre o tema proposto contendo: introdução, desenvolvimento e conclusão estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos.
- III.** As redações devem ser apresentadas em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman;

tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento 1,5 cm;

**IV.** Autoria, tema; escola (indicar endereço e telefone da escola), nome do professor ou professora que orientou a redação, se houver, enviado em folha separada;

**V.** As pessoas deverão encaminhar, em envelope fechado, a ficha de inscrição devidamente preenchida, 01 (uma) cópia da redação impressa junto com uma cópia salva em CD ou disquete, até o dia 31/10/2008, para o endereço abaixo discriminado:

---

Prêmio Naíde Teodósio

Modalidade: Estudante do Ensino Médio

FACEPE – Rua Benfica, 150 - Madalena – Recife-PE

CEP: 50720-001

---

**Parágrafo Único:** Para efeitos de comprovação, será considerada a data do carimbo dos Correios.

**Art. 20** – Estudantes do Ensino Médio devem escolher uma única forma de realizar as inscrições. Se, para uma mesma candidatura, houver mais de uma inscrição efetivada, será considerada somente a de data mais recente ou, se for o caso, a de horário mais recente.

**Parágrafo Único:** Só serão encaminhadas à Comissão Julgadora as redações que estiverem de acordo com as especificações acima mencionadas. O não encaminhamento de cópia da redação salva em CD ou disquete desclassifica a candidatura.

Capítulo XII – Das inscrições na modalidade professora e professor do ensino médio

**Art. 21** – As professoras e os professores do ensino médio poderão fazer as inscrições pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php> ou pelos Correios.

**Art. 22** – Para as inscrições realizadas pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php>, exige-se:

- I. Ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php>;
- II. Relato de experiência, sem identificação de autoria, com o máximo de 08 páginas, sobre o tema proposto contendo: título, introdução, objetivos, o problema e seu contexto, a solução adotada, conclusões e referências bibliográficas (segundo as regras estabelecidas no anexo I deste edital);
- III. Resumo do relato de experiência e as palavras-chave (até cinco), enviado em folha separada, com o máximo de 30 linhas, com o nome da (o) candidata (o), o título do trabalho, e a escola na qual trabalha;
- IV. Os relatos de experiência devem ser apresentados em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm.

**Art. 23** – Para as inscrições realizadas pelos Correios, exige-se:

- I. Ficha de inscrição devidamente preenchida, disponível no endereço: <http://agil.facepe.br/cadastro.php> ou na secretarias de educação dos municípios.
- II. Relato de experiência, sem identificação de autoria, com o máximo de 08 páginas, sobre o tema proposto contendo: título, introdução, objetivos, o problema e seu contexto, a solução adotada, conclusões e referências bibliográficas (segundo as regras estabelecidas no anexo I deste edital);
- III. Resumo do relato de experiência e as palavras-chave (até cinco), enviado em folha separada, máximo de 30 linhas, com o nome da (o) candidata (o), o título do trabalho, escola na qual trabalha;
- IV. Os relatos de experiência devem ser apresentados em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm.

As pessoas concorrentes deverão encaminhar, em envelope fechado, a ficha de inscrição devidamente preenchida, 01 (uma) cópia do relato de experiência impressa

junto com uma cópia salva em CD ou disquete, até o dia 31/10/2008, para o endereço abaixo discriminado:

Prêmio Naíde Teodósio
-----------------------

Modalidade: Professora (o) do Ensino Médio
--------------------------------------------

FACEPE – Rua Benfica, 150 - Madalena – Recife-PE CEP: 50720-001
-----------------------------------------------------------------

**Parágrafo Único:** Para efeitos de comprovação, será considerada a data do carimbo dos Correios.

**Art. 24** – As professoras e os professores do Ensino Médio devem escolher uma única forma de realizar as inscrições. Se, para uma mesma candidatura, houver mais de uma inscrição efetivada, será considerada somente a de data mais recente ou, se for o caso, a de horário mais recente.

**Parágrafo Único:** Só serão encaminhadas à Comissão Julgadora os relatos de experiência que estiverem de acordo com as especificações acima mencionadas. O não encaminhamento de cópia do relato de experiência salva em CD ou disquete desclassifica a candidatura.

Capítulo XIII – Das inscrições na categoria roteiro para documentário de curta metragem digital

**Art. 25** - As (os) concorrentes na categoria roteiro para documentário de curta metragem digital deverão realizar suas inscrições exclusivamente pelos Correios, até o dia 31/10/2008, para o seguinte endereço:

<b>Prêmio Naíde Teodósio</b>
------------------------------

<b>Modalidade: Estudante de graduação da área de comunicação social</b>
-------------------------------------------------------------------------

<b>FACEPE – Rua Benfica, 150 - Madalena – Recife- PE CEP: 50720-001.</b>
--------------------------------------------------------------------------

**Parágrafo Único:** Para efeitos de comprovação, será considerada a data do carimbo dos Correios.

**Art. 26** - Para a inscrição nesta modalidade, exige-se:

A inscrição do projeto deve ser efetuada via Correios, encaminhada para o endereço indicado acima, devendo constar nos envelopes:

**I. Envelope Nº 01:** Projeto Técnico, (Sugestão de estrutura do roteiro no ANEXO III deste Edital) contendo 05 (cinco) vias, sem identificação de autoria;

**II. Envelope Nº 02:** destinado à ficha de inscrição (ANEXO II deste Edital) e Documentação de Habilitação, conforme art. 24 deste Edital, que será aberto ao término do prazo de inscrições para conferência da documentação;

**III.** O Projeto Técnico deverá conter os seguintes itens:

- a) Título do Projeto e Pseudônimo da/do autora (o);
- b) Resumo do documentário (máximo: 10 linhas com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento 1,5 cm), explicitando a idéia cinematográfica/audiovisual do projeto de documentário. Esta idéia deve conter em si uma visão original sobre a temática abordada;
- c) Justificativa para a estratégia de abordagem do tema (máximo: uma página com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm), descrevendo como será realizado o documentário. Quem serão as/os principais entrevistadas e/ou personagens do documentário, expressões artísticas e/ou culturais, bens materiais e/ou imateriais, arquivos, etc;
- d) Proposta narrativa e estética do documentário (máximo: duas páginas com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman ; tamanho da fonte – corpo: 12 e margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm), descrevendo de que maneira a/o documentarista abordará o tema; como serão estabelecidas a relação com a câmera e a construção da narrativa e das imagens. Não se trata da descrição do tema ou de sua importância, mas de como a(o) proponente pretende desenvolver a sua idéia e o que deve apresentar como resultado enquanto obra cinematográfica / audiovisual. Ao descrever a proposta, a(o) proponente pode

apontar documentários de seu conhecimento e/ou outras referências que tenham proposta semelhante;

**Parágrafo Único:** Só serão encaminhados à Comissão Julgadora os projetos de roteiro para documentário de curta metragem digital que estiverem de acordo com as especificações acima mencionadas.

**Art. 27** - Serão consideradas habilitadas as/os candidatas (os) que apresentarem as seguintes documentações de habilitação:

- I. Declaração de Compromisso (ANEXO IV deste Edital) da/do concorrente de que o valor do Prêmio será destinado à produção do vídeo, assinada com firma reconhecida em cartório; e
- II. Currículo resumido da/do concorrente, com no máximo uma lauda; e
- III. Cópias autenticadas da Cédula de Identidade e do CPF; e
- IV. Declaração formal e expressa (ANEXO V deste Edital) de que o projeto apresentado é inédito, informando estar de acordo com este Edital e com as decisões da Comissão Julgadora, quanto aos resultados da seleção, assinada com firma reconhecida em cartório.

Capítulo XIV – Dos Direitos Autorais, Créditos de Participação e Divulgação do Documentário Art. 28 - **O direito autoral do documentário será de propriedade da/do**

realizadora (o), sendo esta/este também responsável pela utilização de imagens e sons de terceiros em seus trabalhos.

**Art. 29** - A (o) realizadora (o) cederá à **Secretaria Especial da Mulher**, e a **FUNDARPE**, sem ônus e sem exclusividade, os direitos de exibição do documentário exclusivamente para a sua utilização nos segmentos de televisões públicas e estatais brasileiras e nos canais básicos de utilização gratuita de televisão por assinatura, destinados à educação e cultura, em canais de TVs comerciais em até um minuto, desde que para fins institucionais, nos estabelecimentos educacionais de 1º, 2º e 3º graus públicos e privados, em empresas e fundações públicas e em associações culturais e comunitárias e por intermédio do site institucional, em trechos de até três minutos, com a finalidade exclusiva de divulgação.

**Art. 30** - A **Secretaria Especial da Mulher** poderá utilizar, sem ônus, imagens e trechos do vídeo e do *making of*, com a finalidade exclusiva de registro das atividades institucionais ou para uso em suas campanhas de comunicação.

**Art. 31** - A **Secretaria Especial da Mulher, a FUNDARPE** e os demais parceiros do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero deverão ter suas logomarcas na abertura do documentário, sob chancela “Apresenta”, em todo o material de divulgação do concurso, assim como nos créditos do documentário vencedor na edição deste ano, de forma padronizada e exclusiva, devendo o vídeo ser submetido previamente à coordenação geral do Prêmio, antes do pré-lançamento.

**Art. 32** - Nos créditos finais do documentário deverá constar, obrigatoriamente, a **Secretaria Especial da Mulher, a FUNDARPE** e os demais parceiros do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero na qualidade de promotores e organizadores do concurso, de forma padronizada pelas Instituições.

**Art. 33** - Demais empresas e instituições terão crédito final nas peças de comunicação e nas fichas técnicas do filme, sob a chancela “Apoio Cultural” ou “Colaboração”, permitindo-se a fixação de suas logomarcas em dimensões inferiores à da Secretaria Especial da Mulher e dos demais parceiros do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero.

**Art. 34** - A (o) realizadora (o) do documentário premiado deverá mencionar, nas entrevistas concedidas, que o vídeo é resultado do Concurso Naíde Teodósio de Estudos de Gênero promovido pela Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco.

**Art. 35** - A Secretaria Especial da Mulher terá direito a realizar um evento de Premiação e pré-lançamento do vídeo, em local indicado pela Instituição, com a presença do/da ganhador(a).

Capítulo XV – Disposições Gerais Referentes ao roteiro para documentário de curta metragem digital

**Art. 36** - Para os efeitos deste Edital, entende-se que:

**I.** Documentário de Curta-Metragem Digital é aquele cuja duração encontra-se estimada entre 15 e 26 minutos, sendo impresso e apresentado em formato Mini

DV, podendo no processo de realização serem empregados formatos e suportes diversos de captação de imagem;

**II.** A liberação do prêmio, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), será efetuada diretamente pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, a candidatura premiada no concurso, somente após a homologação dos resultados, assinatura do contrato e apresentação da documentação exigida neste Edital devidamente regularizada.

**Art. 37** - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Especial da Mulher, ouvindo a Comissão Julgadora.

**Art. 38** – A pessoas vencedoras deverão entregar duas cópias em Mini DV dos documentários prontos, a título de doação, à Secretaria Especial da Mulher até o dia 30 de outubro de 2009.

#### Capítulo XVI – Análise e seleção dos trabalhos

**Art. 39** - A análise e o julgamento dos trabalhos obedecerão aos seguintes procedimentos:

**I.** Análise preliminar dos trabalhos realizada pela FACEPE, Secretaria Especial da Mulher e Secretaria de Educação para enquadramento e homologação das inscrições, observando as exigências contidas neste edital de acordo com a modalidade na qual a (o) candidata (o) está se inscrevendo;

**II.** Análise, pela comissão de pareceristas, formada por profissionais que trabalham com as questões de Gênero, para as modalidades estudante de pós-graduação, graduação, professora e professor do ensino médio, que pontuará os trabalhos conforme **art. 40** e **art. 42** do presente Edital.

**III.** Do total de trabalhos analisados pela comissão de pareceristas, serão selecionados os 20 trabalhos mais bem pontuados por modalidade, estes trabalhos selecionados serão analisados pela Comissão Julgadora que definirá, em plenária, os trabalhos a serem premiados.

**IV.** Análise e Julgamento das redações referentes à modalidade estudante de ensino médio, serão efetuadas pela Comissão Julgadora que pontuará os trabalhos de acordo com o **art. 41** do presente edital.

**V.** Do total de inscrições aceitas serão selecionadas as 30 redações mais bem pontuadas. A Comissão Julgadora definirá em plenária as 10 redações a serem premiadas e as duas que receberão menção honrosa.

**VI.** A análise e julgamento dos roteiros de documentário de curta metragem digital serão efetuadas por uma Comissão Julgadora formada por profissionais da área de comunicação social, que pontuará os trabalhos de acordo com o **art. 43** do presente edital.

#### Capítulo XVII - Dos Critérios de Julgamento dos Trabalhos

**Art. 40** - Os artigos científicos das modalidades estudante de pós-graduação e graduação serão analisados pela Comissão julgadora observando os seguintes critérios:

- I.** Originalidade da abordagem, relevância do tema e utilização da categoria gênero;
- II.** Adequação da análise teórica e metodológica empregada;
- III.** Contribuição ao conhecimento sobre o assunto;
- IV.** Coerência do texto quanto ao conteúdo e forma de apresentação;
- V.** Clareza, concisão e enquadramento às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

**Art. 41** - As redações inscritas na modalidade Estudante do Ensino Médio serão analisadas pela Comissão Julgadora observando os seguintes critérios:

- I.** Tema relevante e problematizado a partir do enfoque de gênero de forma consistente;
- II.** Construção do texto quanto à abordagem do tema e coesão dos objetivos: originalidade e criatividade;
- III.** Coerência do texto quanto à apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão, estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos.
- IV.** Clareza, concisão e enquadramento às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

**Art. 42** - Os Relatos de Experiência na modalidade Professora e Professor do Ensino Médio serão analisadas pela Comissão Julgadora observando os seguintes critérios:

- I. Qualidade do texto quanto ao conteúdo e a coesão dos objetivos; identificação consistente do relato de experiência com as questões de gênero;
- II. Coerência do texto quanto à introdução, desenvolvimento e conclusão;
- III. Clareza, concisão e enquadramento às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa

**Art. 43** - Os roteiros para documentário de curta metragem digital na modalidade Estudante de Graduação na área de Comunicação Social serão analisados pela Comissão Julgadora observando os seguintes critérios:

- I. Visão original sobre a temática abordada e identificação consistente do tema com as questões de gênero;
- II. Coerência do texto do roteiro quanto à estratégia, abordagem do tema e dos caminhos metodológicos;
- III. Construção da proposta relacionada com a narrativa estética do documentário.

#### Capítulo XVIII - Da Comissão Julgadora

**Art. 44** – A constituição da Comissão Julgadora será definida e dividida de acordo com as modalidades deste Edital. Para cada modalidade haverá uma subcomissão e uma coordenação.

**Art. 45** – A Comissão Julgadora será constituída por profissionais ligados as áreas temáticas constantes no capítulo IV, que julgarão os trabalhos na forma deste Edital. Para a modalidade estudantes de graduação em comunicação social, também haverá indicação de profissionais da área de comunicação social.

**Art. 46** - A Comissão Julgadora será indicada pelas instituições promotoras.

**Art. 47** - As subcomissões poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, desde que estejam presentes as respectivas Coordenações.

**Parágrafo Único:** Profissionais integrantes da Comissão Julgadora não poderão ter orientandas (os) concorrendo a este Prêmio.

#### Capítulo XIX – Do Resultado do Julgamento

**Art. 48** – A relação das pessoas premiadas no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero/ano II será divulgada a partir de fevereiro de 2009 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no site [www.facepe.br](http://www.facepe.br).

**Art. 49** – Caso as pessoas concorrentes tenham justificativa e desejem contestar o resultado do julgamento do seu trabalho, a FACEPE e a Secretaria Especial da Mulher receberão o recurso, no prazo de 48 horas, a contar da publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial do Estado.

#### Capítulo XX – Do Cronograma

- 04 de agosto de 2008: Publicação do edital no Diário Oficial do Estado;
- 11 de agosto a 31 de outubro de 2008: Inscrições;
  - Novembro de 2008: Divulgação das inscrições aceitas no Diário Oficial do Estado e no site [www.facepe.br](http://www.facepe.br);
  - Novembro a Dezembro de 2008: Análise e o Julgamento dos trabalhos;
  - Fevereiro de 2009: Divulgação do resultado final no Diário Oficial do Estado e no site [www.facepe.br](http://www.facepe.br);
  - Março de 2009: cerimônia de entrega da premiação.

#### Capítulo XXI - Das Considerações Finais

**Art. 50** - As/os concorrentes ao Prêmio concordam com a eventual publicação, pelas entidades conveniadas, dos trabalhos selecionados, no todo, em parte ou em texto resumido pelo (a) autor(a), em formato a ser definido.

**Parágrafo Único:** As pessoas agraciadas concordam com a divulgação do resultado de forma apropriada a eventos desta natureza e serão convidadas a comparecer ao evento de entrega do Prêmio, a ocorrer no mês de março de 2009, em solenidade pública na cidade de Recife, em local a ser definido.

**Art. 51** – Os originais dos trabalhos premiados poderão sofrer pequenas adaptações que não alterem seu conteúdo, para fins de editoração. Os trabalhos serão submetidos à correção gramatical, ortográfica e de ABNT, quando necessário.

**Art. 52** - As comissões julgadoras não divulgarão notas, nem estabelecerão ranking ou classificação das candidaturas premiadas.

**Art. 53** - Os trabalhos e os documentos encaminhados não serão devolvidos.

**Art. 54** - Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões Julgadoras, ouvidas as instituições promotoras.

**Art. 55** - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 04 de agosto de 2008.

**ANEXO B**  
**Edital do Prêmio Naíde Teodósio- Ano IV- 2011**  
**EDITAL Nº 08/2011**

Seleção pública destinada a premiar estudos de gênero, observando a diversidade de classe social, raça, etnia e geração das mulheres em Pernambuco, nas seguintes modalidades: 6 (seis) artigos científicos, 10 (dez) relatos ou projetos de experiência pedagógica, 10 (dez) redações e 1 (um) roteiro para documentário de curta-metragem digital, conforme o disposto no Art. 52, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as condições estabelecidas neste Edital.

**Capítulo I – Das Disposições Gerais**

**Art. 1º.** A Secretaria da Mulher (SecMulher), a Secretaria de Educação (SE), a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC), a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) tornam público o lançamento do presente Edital e convidam estudantes do ensino médio, graduação, pós-graduação e professoras e professores do ensino médio, a apresentar redações, artigos científicos, relatos ou projetos de experiência pedagógica e roteiro para documentário de curta metragem digital, de acordo com as prioridades, condições e linhas temáticas definidas neste Edital.

**Capítulo II – Da Coordenação e Comissão Organizadora**

**Art. 2º.** A Coordenação do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano IV é de responsabilidade da SecMulher. A comissão organizadora é constituída pela SecMulher, SE, SECTEC, FACEPE, CEPE, FUNDARPE e FUNDAJ.

**Capítulo III – Do Objetivo**

**Art. 3º.** Este Edital tem por objetivo estimular e fortalecer a produção crítica de conhecimentos sobre as relações de gênero, contribuindo para a promoção dos direitos das mulheres em sua diversidade, por meio de pesquisas e estudos que busquem contemplar as dimensões de classe social, raça, etnia e geração das mulheres em Pernambuco.

## Capítulo IV – Dos Temas

**Art. 4º.** O Prêmio abordará exclusivamente os seguintes temas:

- a) Violência doméstica e sexista;
- b) Inserção das mulheres nos espaços de poder;
- c) Mulher e meio ambiente;
- d) Patriarcado: educação e cultura;
- e) Agricultoras familiares e reforma agrária;
- f) Gênero e saúde;
- g) Sexualidade e gravidez na adolescência;
- h) A participação da mulher negra na formação da sociedade pernambucana;
- i) A participação da mulher indígena na formação da sociedade pernambucana;
- j) Gênero e práticas esportivas em Pernambuco;
- k) Gênero e ciência em Pernambuco;
- l) O protagonismo da mulher idosa na sociedade pernambucana.

## Capítulo V – Das Modalidades, do Público e da Premiação

**Art. 5º. Redações** - serão apresentados trabalhos produzidos por:

**I. Estudantes do ensino médio (Ensino Regular, Educação de Jovens e Adultos - EJA Médio e do Projeto Travessia)** regularmente matriculadas (os) em escolas públicas ou privadas e em escolas técnicas de nível médio, reconhecidas pelo MEC, no Estado de Pernambuco. Serão premiadas até 10 (dez) redações com 1 (um) computador (CPU, monitor LCD, teclado, mouse, caixa de som e estabilizador) com sistema operacional instalado e uma impressora jato de tinta, para cada candidatura selecionada.

**Art. 6º. Artigos científicos** – serão apresentados trabalhos produzidos por:

**I. Estudantes de graduação** regularmente matriculadas (os) em cursos de graduação reconhecidos pelo MEC, no Estado de Pernambuco. Serão premiados até 3 (três) artigos científicos no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada.

**II. Estudantes de pós-graduação** regularmente matriculadas (os) em cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado ou doutorado, reconhecidos

pela CAPES, no Estado de Pernambuco. Serão premiados até 3 (três) artigos científicos no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada.

**Art. 7º. Relatos ou projetos de experiência pedagógica** – serão apresentados trabalhos produzidos por:

**I. Professoras e professores do ensino médio** - pertencentes ao quadro de escolas públicas ou privadas e de escolas técnicas de nível médio, reconhecidas pelo MEC, no Estado de Pernambuco. Serão premiados até 10 (dez) relatos ou projetos de experiência pedagógica com 1 (um) notebook com sistema operacional instalado e impressora multifuncional a jato de tinta, para cada candidatura selecionada.

**Parágrafo Único:** cada projeto pedagógico premiado poderá receber até 5 (cinco) bolsas de iniciação científica Junior no valor de R\$ 100,00 mensais, disponibilizadas pela FACEPE para o desenvolvimento do projeto por um período de no máximo 12 meses.

**Art. 8º. Roteiro para documentário de curta metragem digital** - serão apresentados trabalhos produzidos por:

**I. Estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação** - Será premiado até 1 (um) roteiro para documentário digital no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a candidatura premiada. Esse valor deverá, obrigatoriamente, ser investido na produção do vídeo documentário, em conformidade com os itens descritos na forma dos **anexos VI** – Planilha de orçamento e **anexo VII** – Plano de produção do presente edital. Além desse valor, que será concedida pela FUNDARPE, a premiada ou premiado também terá a disposição equipamentos e equipe concedidos pela Massangana Multimídia Produções, da FUNDAJ, para a produção do roteiro vencedor, da forma que se segue:

- a) Sete diárias de câmera digital XL2 CANNON, incluindo monitor e tripé, com operador de câmera e assistente;
- b) Sete diárias de equipamento de iluminação, com técnico e assistente;
- c) Dez horas de ilha de copiagem para transcrição do material bruto para DVD, para decupagem;
- d) Quarenta horas de ilha de edição não-linear Final CUT Pro HD da Machintosh, com editor.

**Art. 9º. Diploma de reconhecimento institucional:**

I. Receberão diploma de reconhecimento institucional a Universidade/Faculdade e/ou Escola com maior número de inscrições aceitas de cada uma das seguintes regiões do Estado: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

**Art. 10. Menção honrosa:**

I. Serão publicadas 2 (duas) redações no Livro do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano IV com o título de menção honrosa.

**Parágrafo 1º:** Todos os trabalhos premiados serão publicados no Livro do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero – Ano IV

**Parágrafo 2º:** Sobre o valor total dos prêmios, incidirão encargos sociais e obrigações tributárias previstos na legislação em vigor.

**Capítulo VI – Do Formato dos Trabalhos**

**Art. 11.** Todos os trabalhos devem ser apresentados em arquivo tipo PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página – tamanho A4; fonte – Times New Roman; tamanho da fonte – corpo: 12 e para citações de mais de três linhas: 11; margens – superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm e espaçamento entre linhas de 1,5 cm.

**Art. 12. Redação** – deverá ser encaminhada sem identificação de autoria, com o mínimo de 2 (duas) páginas e o máximo de 4 (quatro) páginas, sobre um dos temas indicados no **Art. 4**, estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos e contendo: introdução, desenvolvimento e conclusão.

**Art. 13. Artigo científico** - deverá ser encaminhado sem identificação de autoria sobre um dos temas indicados no **Art. 4** contendo: título, resumo, 03 palavras-chave, introdução, objetivos, metodologia, discussão teórica, conclusões e bibliografia (segundo as orientações estabelecidas no **anexo I** deste edital). Os artigos de graduação devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 15 páginas e os de pós-graduação o mínimo de 15 e o máximo de 20 páginas.

**Art. 14. Relato de experiência pedagógica** – deve ser encaminhado sem identificação de autoria, com o mínimo de 10 e o máximo de 15 páginas, sobre o tema

proposto contendo: título, introdução, justificativa, objetivos (específico e geral), público alvo, metodologia, recursos utilizados, resultados alcançados, produtos e bibliografia (Ver orientações gerais no **anexo II**).

**Parágrafo único:** os relatos de experiência pedagógica poderão ser enriquecidos com material anexo dos registros das atividades, tais como: fotografias, vídeo gravado em DVD (de câmeras filmadoras, fotográficas ou de aparelho celular), produção de alunos ou qualquer outra forma de registro.

**Art. 15. Projeto de experiência pedagógica** - deve ser encaminhado sem identificação de autoria, com o mínimo de 10 e o máximo de 15 páginas, sobre o tema proposto contendo: título, tema, objetivos (geral e específico), justificativa, metodologia, público-alvo, número de pessoas envolvidas, cronograma, resultados esperados, produtos e bibliografia (Ver orientações gerais no **anexo II**).

#### **Art. 16. Roteiro para documentário de curta metragem digital**

O projeto técnico deverá conter os seguintes itens:

- a) Título do projeto e pseudônimo da autora ou do autor;
- b) Resumo do documentário (máximo: 10 linhas), explicitando a idéia cinematográfica/audiovisual do projeto de documentário. Essa idéia deve conter uma visão original sobre a temática abordada;
- c) Justificativa para a estratégia de abordagem do tema (máximo: uma página), descrevendo como será realizado o documentário. Quem serão as/os principais entrevistadas e/ou personagens do documentário, expressões artísticas e/ou culturais, bens materiais e/ou imateriais, arquivos, etc.;
- d) Proposta narrativa e estética do documentário (máximo: duas páginas), descrevendo de que maneira a/o documentarista abordará o tema; como serão estabelecidas a relação com a câmera e a construção da narrativa e das imagens. Não se trata da descrição do tema ou de sua importância, mas de como a(o) proponente pretende desenvolver a sua idéia e o que deve apresentar como resultado enquanto obra cinematográfica / audiovisual. Ao descrever a proposta, a (o) proponente pode apontar documentários de seu conhecimento e/ou outras referências que tenham proposta semelhante;
- e) Sugestão de estrutura do roteiro (sem nº de páginas determinado);
- f) Planilha de orçamento; (na forma do **anexo VI**)

- g) Plano de produção; (na forma do **anexo VII**)
- h) Em anexo ao projeto, deverão constar cartas de autorização de uso da imagem e/ou carta de anuência de participação dos personagens propostos;
- i) O projeto deverá ser entregue em 4 (quatro) vias devidamente encadernadas e com folhas numeradas, contendo todos os itens especificados acima e com cópia gravada em CD.

**Parágrafo 1º.** Não serão consideradas habilitadas as inscrições cujos projetos técnicos apresentem identificação do verdadeiro autor.

**Parágrafo 2º.** Os itens f e g devem ser preenchidos, obrigatoriamente, em formulário padrão, na forma dos **anexos VI e VII**.

## **Capítulo VII - Das Inscrições**

**Art. 17.** As inscrições para o concurso são gratuitas e serão realizadas no período de **05 de julho a 05 de setembro de 2011**, conforme descrito abaixo:

**I** - I - Pela internet - até as 24h da data do encerramento, **no endereço [http://agil.facepe.br/pnt/pnt\\_externo.php](http://agil.facepe.br/pnt/pnt_externo.php)**, observando-se, no entanto, que o suporte técnico do **AgilFAP** fica disponível até as 17h.

**II** – Pelos Correios - O formulário para a inscrição estará disponível no endereço: <http://agil.facepe.br> e nas Gerências Regionais de Ensino da SE.

**Art. 18.** Não serão aceitas inscrições enviadas por **e-mail (correio eletrônico)** e os trabalhos apresentados não **poderão ser manuscritos**.

**Art. 19.** As documentações e inscrições enviadas após o dia **05/09/2011** não serão aceitas. Para efeitos de comprovação da data de inscrição, será considerada a data da postagem dos Correios.

**Art. 20** - Em todas as categorias da premiação cada participante poderá inscrever somente um trabalho, que deverá ser individual e inédito.

**Art. 21.** As inscrições com dados, informações e documentações falhas e/ou incompletas, ou ainda fora do formato exigido para cada uma das categorias, não serão aceitas.

**Art. 22.** O ato de inscrição implica na aceitação irrestrita, pelo concorrente, de todas as condições constantes neste edital, podendo a inscrição ser impugnada em qualquer fase da seleção, se for constatada qualquer irregularidade ou desconformidade com as normas aqui discriminadas.

**Art. 23.** A inscrição realizada via Correios deve ser encaminhada para o endereço abaixo discriminado: **Prêmio Naíde Teodósio**

**Modalidade: (especificar) FACEPE – Rua Benfica, 150 - Madalena – Recife-PE  
CEP: 50720-001**

**Art. 24.** Após a divulgação do resultado final, as (os) premiadas (os) deverão comprovar a matrícula e/ou vínculo com as respectivas escolas e instituições de ensino, enviando cópia do comprovante de matrícula ou declaração devidamente assinada e carimbada pela instituição.

**Parágrafo Único** – Não serão aceitas inscrições que não cumpram com as exigências contidas neste edital, nem as apresentadas fora do prazo nele estabelecido, conforme previsto nos **Art. 19 e 21**.

### **Capítulo VIII – Das Inscrições na Modalidade Estudante do Ensino Médio**

**Art. 25.** Para inscrições realizadas pela internet, acessar o endereço: <http://ajil.facepe.br>; **I.** Preencher devidamente o formulário de inscrição.

**II.** Anexar, ao processo de inscrição arquivo da redação conforme especificações do **Art. 12**.

**Art. 26.** Para inscrições realizadas via Correios, encaminhar em envelope fechado:

**I.** Ficha de inscrição devidamente preenchida e 1 (uma) cópia impressa da redação com uma cópia salva em CD, até o dia 05/09/2011, para o endereço discriminado no **Art. 23**.

**II.** O não encaminhamento de cópia da redação salva em CD desclassifica a candidatura.

**Parágrafo Único** - Os estudantes do ensino médio devem escolher uma única forma de realizar as inscrições. Se, para uma mesma candidatura, houver mais de uma inscrição efetivada, será considerada somente a de data mais recente ou, se for o caso, a de horário mais recente.

## **Capítulo IX - Das Inscrições na Modalidade Estudante de Graduação e de Pós-Graduação**

**Art. 27.** Os estudantes de graduação e de pós-graduação deverão fazer as inscrições, **exclusivamente**, pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br>. Para a inscrição nesta modalidade, exige-se:

- I. Realizar cadastro no Ágil Facepe no endereço:  
([http://agil.facepe.br/cad\\_orientador/cad\\_simples.php](http://agil.facepe.br/cad_orientador/cad_simples.php)).
- II. Preencher devidamente o formulário de inscrição, disponível no endereço:  
<http://agil.facepe.br/cadastro.php> ;
- III. Anexar, ao processo de inscrição, currículo atualizado, no ano de 2011, na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/index.htm>);
- IV. Anexar, ao processo de inscrição, artigo científico conforme especificações do **Art. 13.**

## **Capítulo X – Das Inscrições na Modalidade Professora e Professor do Ensino Médio**

**Art. 28.** Para as inscrições realizadas pela internet no endereço: <http://agil.facepe.br>, exige-se:

- I. Preencher devidamente o formulário de inscrição, disponível no endereço:  
<http://agil.facepe.br/cadastro.php>;
- II. Anexar, ao processo de inscrição arquivo do relato ou projeto de experiência pedagógica conforme especificações dos **Art. 14 e 15.**

**Art. 29.** Para inscrições realizadas via Correios, encaminhar em envelope fechado:

**I.** Ficha de inscrição devidamente preenchida e 1 (uma) cópia impressa do relato ou projeto de experiência pedagógica com uma cópia salva em CD, até o dia 05/09/2011, para o endereço discriminado no **Art. 23**. Para efeitos de comprovação, será considerada a data da postagem dos Correios.

**II.** O não encaminhamento de cópia do relato ou projeto de experiência pedagógica em CD desclassifica a candidatura.

**Parágrafo 1º:** As professoras e os professores do Ensino Médio devem escolher uma única forma de realizar as inscrições. Se, para uma mesma candidatura, houver mais de uma inscrição efetivada, será considerada somente a de data mais recente ou, se for o caso, a de horário mais recente.

**Parágrafo 2º:** as professoras e os professores do ensino médio devem escolher um único formato de trabalho: relato ou projeto de experiência pedagógica. Se, para uma mesma candidatura, houver mais de uma inscrição efetivada em formatos diferentes, será considerada somente a de data mais recente ou, se for o caso, a de horário mais recente.

## **Capítulo XI – Das Inscrições na Categoria Roteiro para Documentário de Curta Metragem Digital**

**Art. 30.** As (os) concorrentes na categoria roteiro para documentário de curta metragem digital deverão realizar suas inscrições, **exclusivamente**, pelos Correios via Sedex, até o dia **05/09/2011**, para o endereço discriminado no **Art. 23**. **Art. 31.** Documentação exigida para inscrição:

- a) Formulário de inscrição na forma do **anexo III**
- b) Declaração de compromisso na forma do **anexo V** de que o valor do Prêmio será destinado à produção do vídeo, assinada e com firma reconhecida em cartório;
- c) Currículo resumido da/do concorrente, com no máximo uma lauda;
- d) Cópias autenticadas da Cédula de Identidade e do CPF;
- e) Declaração formal e expressa na forma do **anexo IV** de que o projeto apresentado é inédito, informando estar de acordo com este Edital, assinada e com firma reconhecida em cartório.

**Art. 32.** A inscrição nesta modalidade, efetuada via Correios/Sedex, encaminhada para o endereço constante no **Art. 23**, deve conter dois envelopes lacrados:

- a) **Envelope Nº 01:** destinado ao projeto técnico, em 04 (quatro) vias e gravado em CD, e dentro do qual não pode haver identificação do candidato, devendo-se fazer uso de pseudônimo como identificação da autora ou do autor, conforme itens exigidos no **Art. 16**.
- b) **Envelope Nº 02:** destinado ao formulário de Inscrição na forma do **anexo III** e documentação de habilitação, conforme itens exigidos no **Art. 31**.

**Parágrafo único:** Só serão encaminhados à comissão julgadora os projetos de roteiro para documentário de curta metragem digital que estiverem de acordo com as especificações deste artigo.

## **Capítulo XII – Dos Direitos Autorais, Créditos de Participação e Divulgação do Documentário**

**Art. 33.** Os direitos autorais do documentário serão de propriedade do realizador (a), que é também responsável pela utilização de imagens e sons de terceiros em seus trabalhos.

**Art. 34.** O realizador (a) cederá à SecMulher, a FUNDARPE e a FUNDAJ, sem ônus e sem exclusividade, os direitos de exibição do documentário, **exclusivamente**, para a sua utilização nos segmentos de televisões públicas e estatais brasileiras e nos canais básicos de utilização gratuita de televisão por assinatura, destinados à educação e cultura, em canais de TVs comerciais em até um minuto, desde que para fins institucionais, nos estabelecimentos educacionais de educação básica (Ensino Fundamental e Médio) e de Ensino Superior públicos e privados, em empresas e fundações públicas e em associações culturais e comunitárias e por intermédio do site institucional, em trechos de até três minutos, com a finalidade exclusiva de divulgação.

**Art. 35.** A SecMulher, poderá utilizar, sem ônus, imagens e trechos do vídeo e do *making of*, com a finalidade exclusiva de registro das atividades institucionais ou para uso em suas campanhas de comunicação.

**Art. 36.** A SecMulher, a FUNDARPE, a FUNDAJ, a FACEPE e os demais parceiros do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero deverão ter suas marcas na

abertura do documentário, sob chancela “Apresenta”, em todo o material de divulgação do Prêmio, assim como nos créditos do documentário vencedor, na edição deste ano, de forma padronizada e exclusiva, devendo o vídeo ser submetido previamente à coordenação geral do Prêmio, antes do pré-lançamento.

**Art. 37.** Nos créditos finais do documentário, deverá constar, obrigatoriamente, a SecMulher,, a FUNDARPE a FUNDAJ e os demais parceiros do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, na qualidade de promotores e organizadores do Prêmio, de forma padronizada pelas Instituições.

**Art. 38.** Demais empresas e instituições terão crédito final nas peças de comunicação e nas fichas técnicas do filme, sob a chancela “Apoio Cultural” ou “Colaboração”, permitindo-se a fixação de suas marcas em dimensões inferiores à da Secretaria da Mulher e dos demais parceiros do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero.

**Art. 39.** A (o) realizadora (r) do documentário premiado deverá mencionar, nas entrevistas concedidas, que o vídeo é resultado do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero promovido pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco.

**Art. 40.** A Secretaria da Mulher terá direito a realizar um evento de Premiação e pré-lançamento do vídeo, em local indicado pela Instituição, com a presença da pessoa premiada.

### **Capítulo XIII – Disposições Gerais Referentes ao Roteiro para Documentário de Curta Metragem Digital**

**Art. 41.** Para os efeitos deste Edital, entende-se que:

**I.** Documentário de Curta-Metragem Digital é aquele cuja duração estimada é de 15 a 26 minutos, sendo impresso e apresentado em formato Mini DV, podendo, no processo de realização, serem empregados formatos e suportes diversos de captação de imagem;

**II.** A liberação do prêmio, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), será efetuada diretamente pela FUNDARPE, a pessoa premiada, somente após a homologação dos resultados, assinatura do contrato e apresentação da documentação exigida neste Edital, devidamente regularizada.

**Art. 42.** Os casos omissos serão resolvidos pela SecMulher,, ouvindo a Comissão Julgadora.

**Art. 43.** A pessoa premiada deverá entregar duas cópias em Mini DV do documentário pronto, a título de doação, à Secretaria da Mulher até no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de liberação do prêmio.

#### **Capítulo XIV – Análise e seleção dos trabalhos**

**Art. 44.** A análise e o julgamento dos trabalhos obedecerão aos seguintes procedimentos:

- I.** Análise preliminar dos trabalhos realizada pela FACEPE, SecMulher, e SE para **enquadramento** e homologação das inscrições, observando as exigências contidas neste edital de acordo com a modalidade na qual a (o) candidata (o) está se inscrevendo;
- II.** Análise, pela comissão de pareceristas, formada por profissionais que trabalham com as questões de gênero, para as modalidades estudantes de graduação, pós-graduação e professora e professor do ensino médio, que pontuará os trabalhos conforme os **Art. 46 e 47**;
- III.** A comissão julgadora tem autonomia para definir a quantidade de trabalhos premiados, respeitando o limite máximo por modalidade, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital.
- IV.** A análise e o julgamento das redações referentes à modalidade estudantes do ensino médio serão efetuadas pela comissão julgadora que pontuará os trabalhos de acordo com o **Art. 45** do presente edital.
- V.** Do total de inscrições aceitas serão selecionadas as 30 redações mais bem pontuadas. A comissão julgadora definirá em plenária, no máximo 10 redações a serem premiadas e até duas que receberão o título menção honrosa;
- VI.** A análise e julgamento dos roteiros para documentário de curta metragem digital serão efetuadas por uma comissão julgadora formada por profissionais da área de comunicação social, que pontuará os trabalhos de acordo com o **Art. 48**.

#### **Capítulo XV - Dos Critérios de Julgamento dos Trabalhos**

**Art. 45.** As redações serão analisadas pela comissão julgadora, observando-se:

- I. Tema relevante e problematizado a partir do enfoque de gênero de forma consistente;
- II. Construção do texto quanto à abordagem do tema e coesão dos objetivos: originalidade e criatividade;
- III. Coerência do texto quanto à apresentação: introdução, desenvolvimento e conclusão, estabelecendo conexões lógicas entre os argumentos.
- IV. Clareza, concisão e enquadramento às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

**Art. 46.** Os artigos científicos serão analisados pela comissão julgadora, observando-se:

- I. Originalidade da abordagem, relevância do tema e utilização da categoria gênero;
- II. Adequação da análise teórica e metodológica empregada;
- III. Contribuição ao conhecimento sobre o assunto;
- IV. Coerência do texto quanto ao conteúdo e forma de apresentação;
- V. Clareza, concisão e enquadramento às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

**Art. 47.** Os relatos ou projetos de experiência pedagógica serão analisados pela comissão julgadora, observando-se:

- I. Qualidade do texto quanto ao conteúdo e a coesão dos objetivos; identificação consistente do relato de experiência com as questões de gênero;
- II. Coerência do texto quanto à introdução, desenvolvimento e conclusão;
- III. Clareza, concisão e enquadramento às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

**Art. 48.** Os roteiros para documentário de curta metragem digital serão analisados pela comissão julgadora, observando-se:

- I. Visão original sobre a temática abordada e identificação consistente do tema com as questões de gênero;
- II. Coerência do texto do roteiro quanto à estratégia, abordagem do tema e dos caminhos metodológicos;
- III. Construção da proposta relacionada com a narrativa estética do documentário.

## **Capítulo XVI - Da Comissão Julgadora**

**Art. 49.** A comissão julgadora será constituída por profissionais ligados às áreas temáticas constantes no **Art. 4**, julgando os trabalhos na forma deste Edital. Para cada modalidade será definida uma subcomissão e uma coordenação. Os roteiros para documentário de curta metragem digital serão analisados por profissionais da área de comunicação social.

**Art. 50.** A comissão julgadora será indicada pelas instituições promotoras.

**Art. 51.** As subcomissões poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros, desde que estejam presentes as respectivas Coordenações.

**Parágrafo Único:** Os profissionais integrantes da comissão julgadora não poderão ter orientandas (os) concorrendo a este Prêmio.

## **Capítulo XVII – Dos Trabalhos Aceitos e dos Resultados do Julgamento**

**Art. 52.** A relação dos trabalhos aceitos será divulgada em 28 de setembro de 2011 e a lista dos premiados e premiadas no Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero - Ano IV será divulgada a partir de 24 de outubro de 2011, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e nos endereços [www.secmulher.pe.gov.br](http://www.secmulher.pe.gov.br) e [www.facepe.br](http://www.facepe.br).

**Art. 53.** O prazo de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da publicação no Diário Oficial do Estado das seguintes etapas:

- a)Relação dos trabalhos aceitos;
- b)Resultado do julgamento dos trabalhos.

**Parágrafo 1º** - O recurso previsto na alínea a do artigo 53, deverá ser enviado no prazo estabelecido, em envelope lacrado, endereçado à Facepe;

**Parágrafo 2º** - O recurso previsto na alínea b do artigo 53, deverá ser enviado no prazo estabelecido, em envelope lacrado, endereçado à Secretaria da Mulher.

## Capítulo XVIII – Do Cronograma

PERÍODO	EVENTO
4 de julho de 2011	Publicação do edital no Diário Oficial do Estado e nos sites da Secretaria da Mulher e da Facepe.
05 de julho a 05 de setembro de 2011	Período de inscrições.
28 de setembro de 2011	Divulgação das inscrições aceitas no Diário Oficial do Estado e nos sites da Secretaria da Mulher e da Facepe.
19 a 21 de outubro de 2011	Análise e Julgamento dos trabalhos
24 de outubro de 2011	Divulgação do resultado final no Diário Oficial do Estado e no site da Secretaria da Mulher e da Facepe
28 de novembro de 2011	Cerimônia de entrega da premiação

## Capítulo XIX - Das Considerações Finais

**Art. 54.** Os (as) concorrentes ao Prêmio concordam com a eventual publicação, pelas entidades conveniadas, dos trabalhos selecionados, no todo, em parte ou em texto resumido pelo (a) autor(a), em formato a ser definido.

**Art. 55.** É de inteira responsabilidade da pessoa que se inscreveu o ônus relativo aos direitos autorais de textos, imagens e outros meios que acompanharão seu trabalho. Se constatada qualquer tentativa de dolo, fraude, falsificação, adulteração, plágio, ou outro tipo de irregularidades nos trabalhos apresentados a candidata ou candidato está automaticamente desclassificada (o) sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

**Parágrafo Único:** As pessoas premiadas concordam com a divulgação do resultado de forma apropriada a eventos desta natureza e serão convidadas a comparecer ao evento de entrega do Prêmio, a ocorrer a partir do mês de novembro de 2011, em solenidade pública na cidade de Recife, em local a ser definido.

**Art. 56.** Os originais dos trabalhos premiados poderão sofrer pequenas adaptações que não alterem seu conteúdo, para fins de editoração. Os trabalhos serão submetidos

à correção gramatical, ortográfica e das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), quando necessário.

**Art. 57.** A comissão julgadora não divulgará notas, nem estabelecerá ranking ou classificação das candidaturas premiadas.

**Art. 58.** Os trabalhos e os documentos encaminhados não serão devolvidos.

**Art. 59.** As (os) premiadas (os) nas edições anteriores, somente poderão candidatar-se novamente após 3 (três) anos de sua premiação.

**Art. 60.** Os casos omissos serão resolvidos pela comissão julgadora, ouvidas as instituições promotoras.

**Art. 61.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.  
Recife, 28 de junho de 2011.

## **ANEXO C**

### **Redação vencedora do Prêmio Naíde Teodósio – Ano II – 2008 – Carla Karine Gomes Galvão**

#### **O dia-a-dia das mulheres domésticas**

Historicamente as mulheres têm vivido em situação de desigualdade em relação aos homens. Essa situação é realmente preocupante: uma mulher é espancada a cada quinze minutos; a cada cinco brasileiras, uma declara ter sofrido algum tipo de violência por algum homem.

A violência do homem contra a mulher, ou violência sexista, tem como suas razões a situação de desigualdade vivida pelas mulheres em todas as classes sociais, resultando em vários tipos de violências, tais como maus-tratos, espancamentos, assédios-sexuais, assassinatos, entre outras. Quanto maior for a precariedade das condições econômicas e sociais, maior é, também, a exposição à discriminação e à violência.

Muito se tem dito e escrito sobre o tema, que não é novo, mas conseguiu recentemente status relevante, a ponto de ser hoje uma das muitas preocupações governamentais.

A violência sexual afeta, sobretudo, a mulher e ocorre no espaço doméstico. No caso do estupro, as maiores vítimas são as adolescentes e as jovens mulheres. Estudos indicam que, em geral, estes atos de violência são praticados por parentes ou pessoas próximas, dificultando a denúncia pelas vítimas.

Além disso, a violência sofrida pela mulher pode também oferecer risco aos filhos, tendo a mãe, neste caso, a necessidade de protegê-los, já que a representação feminina tem a questão da maternidade como núcleo de seu papel na sociedade.

A violência doméstica e sexista é causada pelos constantes conflitos entre homens e mulheres, nos quais as mulheres são sempre as vítimas. As mulheres são manipuladas de tal maneira, que até têm medo de denunciar as agressões sofridas.

Muitas mulheres trabalham dentro das casas o dia inteiro, lavando, varrendo, passando, cozinhando e cuidando das crianças, no entanto muitas delas são agredidas ou abusadas.

A violência doméstica e sexista é, na maioria das vezes, praticada por maridos ou companheiros. Não ocorre somente entre pessoas mais próximas ou da família, pois pode acontecer também entre patrões e suas empregadas domésticas.

Essa violência se tornou tão corriqueira que, às vezes, a mulher não percebe que está sendo agredida ou que está sendo vítima de violência sexual e, quando se dá conta, tem medo de denunciar, porque o opressor muitas vezes a ameaça de morte ou de espancamento. Por isso, é preciso conscientizar as mulheres sobre o assunto, assim, elas não se prejudicarão nem serão manipuladas pelos homens que as cercam, mantendo-as como um objeto qualquer ou um material descartável.

Elas não sabem, mas o simples fato do homem as assediar já é uma violência sexista, e, por mais que as mulheres não se preocupem, a situação vai se agravando mais e mais, até que a mulher seja simplesmente um objeto de sua posse.

Muitos casos de violência começam com um “simples” assédio, quando o patrão, em sua casa, vai soltando beijinhos, piscando o olho de longe, tentando chamar a atenção da empregada doméstica. Mas depois que percebe que ela não está lhe dando atenção, ele leva a brincadeira a sério e aí começam as agressões físicas, que podem chegar até aos casos de morte.

Esse tipo de violência tem aumentado muito nos últimos anos, mas isso não quer dizer que nós não podemos mudar esse quadro. Por mais que todos nós lutemos contra, sempre haverá um ou outro caso de violência no mundo. Por isso é preciso que as autoridades tomem algumas providências.

Todas as mulheres que sofrem da violência devem criar coragem e denunciar. Talvez algumas mulheres não saibam, mas a agressão física é crime de lesão corporal, e qualquer ameaça deve ser denunciada.

Muitas mulheres são torturadas, espancadas e até ameaçadas de morte. Não há outra opção a não ser denunciar.

Se ela denunciar e for constatado que o agressor a agrediu e a ameaçou de morte, o resultado será a prisão dele e a paz para a mulher. Mas se não for denunciado que o agressor a agrediu e a ameaçou de morte, o resultado é o que vemos todos os dias: a morte constante de mulheres.

Para termos uma redução significativa nos índices de violência contra a mulher, precisamos de mais campanhas de apoio às mulheres domésticas; campanhas educativas tanto para as mulheres quanto para os homens; projetos de educação em escolas, educando as crianças já no ensino fundamental para que futuramente não sejam agressivas etc.

E aqui nos perguntamos: o que é que falta para termos todos esses aspectos positivos para a nossa comunidade? A resposta é bem simples: falta o apoio de todos, em geral. Temos que nos unir na luta contra a violência doméstica e sexista, pois só assim é que conseguiremos diminuir e muito a violência no estado.

## ANEXO D

**Redação Vencedora do Prêmio Naíde Teodósio – ANO IV – 2011 – Caroline**

**Gleyce do Nascimento de Oliveira**

“Até quando?”

Falar sobre a violência doméstica e sexista que as mulheres vêm sofrendo não é difícil, pois basta ter contato com qualquer veículo de mídia. Infelizmente, a cada dia, nós temos o desprazer de ver que milhares de mulheres estão sendo vítimas de violência.

Às vezes, começa com uma simples gracinha, que evolui para agressões verbais com termos chulos e, logo após, começam as agressões físicas. As vítimas, na maioria dos casos, têm medo de denunciar porque, na maior parte das ocorrências, elas são ameaçadas de morte, e os agressores, para intimidar ainda mais, ameaçam também sua família. Os casos de violência podem começar no local de trabalho ou na vizinhança, mas, infelizmente, mais da metade dos casos acontece com pessoas da mesma família (primos, irmãos, tios, pais, avós e o campeão dentre os familiares é o marido ou namorado). A omissão perante as agressões faz com que a vítima sintase muito insegura, angustiada, triste e desconfiada, tornando-se, assim, uma mulher que não sente mais prazer e alegria na sua vida.

A violência sexual, sem sombra de dúvidas, é a pior, pois, em 85% dos casos, vem acompanhada de agressões físicas e verbais. As mulheres, além de sofrerem estupros e espancamentos, ainda têm que enfrentar a desilusão de estarem sendo violentadas por alguém tão próximo a ela. Outro ponto também muito importante quanto à questão do abuso sexual é a gravidez indesejada, pois, em alguns casos, os agressores não matam as vítimas e elas acabam engravidando. Isso acontece principalmente porque, para evitar que a família descubra, eles preferem obrigar as vítimas a dizer que a gravidez é fruto de um relacionamento amoroso escondido.

Já as vítimas de agressões físicas sofrem pelo desconforto de ter que conviver debaixo do mesmo teto do agressor, uma vez que, em 90% dos casos de agressão física, o agressor é o próprio marido que, na maioria das vezes, comete o delito sob o efeito do álcool ou das drogas. Sabe-se que o índice de violência contra mulher vem subindo assustadoramente simplesmente por ter algo que reina em nosso país: a impunidade.

Queixas, mais queixas e BOs são registrados todos os dias nas delegacias e praticamente não têm mais valor, pois, quando vemos mais um caso de mulher assassinada, e ao fazerem uma busca sobre a vida dela, descobre-se que a mesma já havia registrado inúmeras queixas contra o agressor que passou a ser assassino.

Acredita-se que, se a lei Maria da Penha fosse cumprida com mais rigor, o índice de mortalidade feminina diminuiria não só no Nordeste, que é a região mais violenta do país, como no Brasil inteiro. Todos os dias, familiares dessas mulheres mortas injustamente fazem protestos e criam ONGs onde a pergunta principal é: Até quando? Ou seja, até quando a impunidade reinará em nossa nação? Até quando milhares e milhares terão que ser mortas injustamente?

O Código Penal deveria ser mais rígido e impor mais leis contra os agressores. Assim, uma vez o agressor preso, a mulher saberia que estaria livre pra sempre. Com certeza, se adotassem a lei com mais rigor, não só o índice de violência diminuiria como também diminuiria o número de mulheres com depressão, o índice de suicídios femininos e, principalmente, o de abortos. Para que essa medida venha a ser tomada, sugere-se a criação de uma campanha nacional com o título de: Até quando? Colocando em destaque o tipo de punição prevista aos acusados e mostrando também como os níveis de doenças e de abortos diminuiriam. Acredita-se que, adotando leis mais rígidas e com uma campanha de sensibilização envolvendo todos, toda a população passaria a sentir-se mais valorizada, principalmente as mulheres. Bem, agora só depende das autoridades atacarem a impunidade com mais severidade, pois as mulheres já não aguentam serem tratadas com tanto descaso.

*“Vamos lá, mulheres, façam sua parte denunciando o agressor para facilitar o trabalho da polícia. E não esqueçam: até quando vocês querem que a violência contra a mulher reine no Brasil? Façam sua parte e ajudem o Brasil a se tornar um país de todos, um país digno das mulheres.”*

## ANEXO E

## Autorizações Para Uso das Entrevistas na Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o Sr. Múcio Sévulo Fonseca de Almeida para participar como voluntário da pesquisa: "REDAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES VENCEDORES DO PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO",

## DADOS DA PESQUISA:

TÍTULO: Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naíde Teodósio

ORIENTADORA: Profª Aurenéia de Oliveira

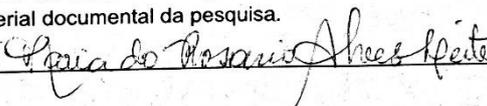
ORIENTANDA: Maria do Rosario Alves Leite

E-MAIL: [rosarioaleite@hotmail.com](mailto:rosarioaleite@hotmail.com)

PERÍODO: 2018- 2020

**Objetivo:** Analisar o discurso dos estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram premiados no Concurso Naíde Teodósio de estudos de gênero, na categoria redação e na temática: violência doméstica contra a mulher, no período compreendido entre 2008 a 2012

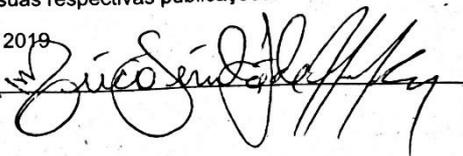
**Procedimentos:** As redações vencedoras no período compreendido entre 2008 e 2012 serão analisadas a partir da Análise de Discurso, assim como as entrevistas que contribuirão para o estudo do contexto em que os textos foram produzidos, essas serão transcritas e serão parte material documental da pesquisa.

 (Pesquisadora)

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO VOLUNTÁRIO

Eu, Múcio Sévulo Fonseca de Almeida, CPF 233.349.084-53, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo "REDAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEXTUAL DE ESTUDANTES VENCEDORES DO PRÊMIO NAÍDE TEODÓSIO", como voluntário. Concordo com o uso do teor da entrevista a pesquisa para fins acadêmicos e científicos e suas respectivas publicações.

Recife, 18 de dezembro de 2019

Assinatura do participante: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. SANDRA MARIA CAVALANTI para participar como voluntário(a) da pesquisa: **“Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio”**.

#### DADOS DA PESQUISA:

**TÍTULO:** Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Aurenéia de Oliveira

**ORIENTANDA:** Maria do Rosario Alves Leite

**E-MAIL:** [rosarioaleite@hotmail.com](mailto:rosarioaleite@hotmail.com)

**PERÍODO:** 2018- 2020

**Objetivo:** Analisar o discurso dos estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram premiados no Concurso Naide Teodósio de estudos de gênero, na categoria redação e na temática: violência doméstica contra a mulher, no período compreendido entre 2008 a 2012

**Procedimentos:** As redações vencedoras no período compreendido entre 2008 e 2012 serão analisadas a partir da Análise de Discurso, assim como as entrevistas que contribuirão para o estudo do contexto em que os textos foram produzidos, essas serão transcritas e serão parte material documental da pesquisa.

Maria do Rosario Alves Leite (Pesquisadora)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, SANDRA MARIA CAVALANTI, CPF 856.934.984-87, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **“Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio”**, como voluntário(a). Concordo com o uso do teor da entrevista a pesquisa para fins acadêmicos e científicos e suas respectivas publicações.

Local e data Recife, 19 de dezembro 2019

Assinatura do participante: Sandra Cavaleanti



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. **Carla Karine Gomes Galvão** para participar como voluntário(a) da pesquisa: **“Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio”**.

#### DADOS DA PESQUISA:

**TÍTULO:** Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio

**ORIENTADORA:** Profª Drª Aurenéia de Oliveira

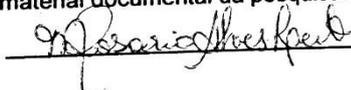
**ORIENTANDA:** Maria do Rosario Alves Leite

**E-MAIL:** [rosarioaleite@hotmail.com](mailto:rosarioaleite@hotmail.com)

**PERÍODO:** 2018- 2020

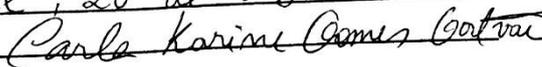
**Objetivo:** Analisar o discurso dos estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram premiados no Concurso Naide Teodósio de estudos de gênero, na categoria redação e na temática: violência doméstica contra a mulher, no período compreendido entre 2008 a 2012

**Procedimentos:** As redações vencedoras no período compreendido entre 2008 e 2012 serão analisadas a partir da Análise de Discurso, assim como as entrevistas que contribuirão para o estudo do contexto em que os textos foram produzidos, essas serão transcritas e serão parte material documental da pesquisa.

 \_\_\_\_\_ (Pesquisadora)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, **Carla Karine Gomes Galvão**, CPF 093.035.314.50, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **“Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio”**, como voluntário(a). Concordo com o uso do teor da entrevista a pesquisa para fins acadêmicos e científicos e suas respectivas publicações

Local e data Recife, 20 de dezembro de 2019  
Assinatura do participante: 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. **Caroline Gleyce do Nascimento de Oliveira** para participar como voluntário(a) da pesquisa: **“Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio”**.

#### DADOS DA PESQUISA:

**TÍTULO:** Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio

**ORIENTADORA:** Profª Drª Aurenéa de Oliveira

**ORIENTANDA:** Maria do Rosario Alves Leite

**E-MAIL:** [rosarioaleite@hotmail.com](mailto:rosarioaleite@hotmail.com)

**PERÍODO:** 2018- 2020

**Objetivo:** Analisar o discurso dos estudantes do ensino médio da rede estadual de Pernambuco, cujos textos foram premiados no Concurso Naide Teodósio de estudos de gênero, na categoria redação e na temática: violência doméstica contra a mulher, no período compreendido entre 2008 a 2012

**Procedimentos:** As redações vencedoras no período compreendido entre 2008 e 2012 serão analisadas a partir da Análise de Discurso, assim como as entrevistas que contribuirão para o estudo do contexto em que os textos foram produzidos, essas serão transcritas e serão parte material documental da pesquisa.

Maria do Rosario Alves Leite (Pesquisadora)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, **Caroline Gleyce do Nascimento de Oliveira**, CPF 114.002.564-37, abaixo assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **“Redações como instrumento de combate à violência doméstica contra a mulher: uma análise da produção textual de estudantes vencedores do Prêmio Naide Teodósio”**, como voluntário(a). Concordo com o uso do teor da entrevista a pesquisa para fins acadêmicos e científicos e suas respectivas publicações.

Local e data Recife, 18 de Dezembro de 2019

Assinatura do participante: Caroline Gleyce do Nascimento de Oliveira

## ANEXOS

### Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil

Leila Posenato Garcia\*, Lúcia Rolim Santana de Freitas, Gabriela Drummond Marques da Silva, Doroteia Aparecida Höfelmann

\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, [leila.garcia@ipea.gov.br](mailto:leila.garcia@ipea.gov.br)

A versão completa do estudo será publicada como Texto para Discussão – TD Ipea



#### Feminicídios: a violência fatal contra a mulher

A expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito. As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios.<sup>1</sup> Estes crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem.<sup>2</sup>

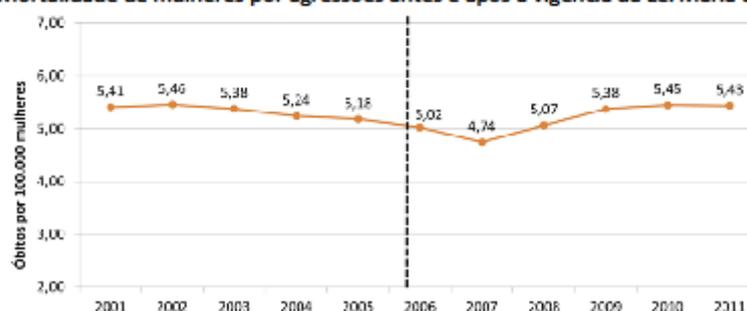
Os parceiros íntimos são os principais assassinos de mulheres. Aproximadamente 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo. Em contraste, essa proporção é próxima a 6% entre os homens assassinados. Ou seja, a proporção de mulheres assassinadas por parceiro é 6,6 vezes maior do que a proporção de homens assassinados por parceira.<sup>3</sup>

No Brasil, no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, o que equivale a, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Acredita-se que grande parte destes óbitos foram decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que aproximadamente um terço deles tiveram o domicílio como local de ocorrência.<sup>4</sup>

#### Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha

Estudo do Ipea avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões, por meio de estudo de séries temporais.<sup>5</sup> Constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Observou-se sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei, conforme pode-se observar no gráfico abaixo, e, nos últimos anos, o retorno desses valores aos patamares registrados no início do período.

Mortalidade de mulheres por agressões antes e após a vigência da Lei Maria da Penha.



<sup>1</sup> Meneghel e Hirakata, 2011; Brasil, 2013.

<sup>2</sup> WHO, 2013.

<sup>3</sup> Stöckl, 2013.

<sup>4</sup> Garcia et al, 2013

<sup>5</sup> Garcia et al, 2013

Unidade da Federação	Número Absoluto de Femicídios Corrigidos de 2009 a 2011	Média Anual do Número Absoluto de Femicídios Corrigidos
Acre	58	19
Alagoas	427	142
Amapá	60	20
Amazonas	263	88
Bahia	1945	648
Ceará	684	228
Distrito Federal	222	74
Espírito Santo	601	200
Goiás	686	229
Maranhão	460	153
Mato Grosso	310	103
Mato Grosso do Sul	237	79
Minas Gerais	1939	646
Pará	768	256
Paraíba	408	136
Paraná	1035	345
Pernambuco	1070	357
Piauí	129	43
Rio de Janeiro	1513	504
Rio Grande Do Norte	306	102
Rio Grande Do Sul	763	254
Rondônia	171	57
Roraima	57	19
Santa Catarina	310	103
São Paulo	2377	792
Sergipe	172	57
Tocantins	138	46
<b>Brasil</b>	<b>16994</b>	<b>5665</b>